

PROCOLO GERAL

NUP: 65323.001620/2024-44



ASSUNTO

Processo Administrativo  
Pregão Eletrônico SRP

Nr .....90005/2024

MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXERCITO BRASILEIRO  
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS  
(4ª Companhia de Fronteira/ 1956)  
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

SEÇÃO: SALC

ANO: 2024

INTERESSADO COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA.

VOLUME I

ASSUNTO Processo Licitatório Modalidade Pregão Eletrônico (SRP) Nr 90005/2024

OBJETO Aquisição de material permanente para o Setor de Aprovisionamento do Cmdo Fron AC/4º BIS.

PREGOEIRO DESIGNADO, ALEXANDRO GRANDO, conforme BI Nr 43, de 04/03/2024, do Cmdo de Fron Ac/4ºBIS (anexo)

ANEXOS : VOLUME Nº 01/02

MOVIMENTO DO PROCESSO

| DESTINO | DATA | DESTINO | DATA |
|---------|------|---------|------|
| 1 -     |      |         | 16   |
| 2       |      |         | 17   |
| 3       |      |         | 18   |
| 4       |      |         | 19   |
| 5       |      |         | 20   |
| 6       |      |         | 21   |
| 7       |      |         | 22   |
| 8       |      |         | 23   |
| 9       |      |         | 24   |
| 10      |      |         | 25   |
| 11      |      |         | 26   |



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE / 4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA  
(4ª Companhia de Fronteira/1956)  
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)**

**TERMO DE ABERTURA**

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte quatro, nesta cidade de Rio Branco, Estado do Acre, no Quartel do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva (C Fron AC/4º BIS), em cumprimento ao determinado no DFD nº 1/2024, SET APRV/4º BIS, 19 FEV 24, autorizado pelo Ordenador de Despesas, faço abertura e autuação dos trabalhos atinentes ao processo de Pregão Eletrônico nº 90005/2024, que se inicia com a folha nº 001, deste volume, do que para constar lavrei o presente termo.

Rio Branco – AC, 04 de março de 2024.



**ALEXANDRO GRANDÓ – S Ten**  
Adjunto da Seção de Aquisição, Licitações e Contratos



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE / 4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA  
(4ª Companhia de Fronteira/1956)  
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

**TERMO DE ABERTURA – AUTUAÇÃO**


**ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO - Pregão Eletrônico nº 90005/2024 – 4º BIS**

**REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65323.001620/2024-44**

**AMPARO LEGAL: Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002**

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte quatro, nesta cidade de Rio Branco, no estado do Acre, no COMANDO DE FRONTEIRA ACRE / 4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA, faço a abertura do Processo Administrativo nº 65323.001620/2024-44, referente ao processo licitatório, objetivando a aquisição de materiais permanente para o Setor de Aproveitamento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, autuando a requisição e os demais documentos a ele anexados que me foram encaminhados pelo Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4º BIS, confeccionados pelos militares: 2º Ten **CLEISSON MELGAREJO CUEVA**; 3º Sgt **EUGÊNIO DIAS DE SOUZA** e o 3º Sgt **EVALDO EDUARDO LIMA BRITO**, designados para esse fim, do que, para constar, lavro o presente termo.

Rio Branco-AC, 04 de março de 2024.

  
**ALEXANDRO GRANDÓ – S Ten**  
Adjunto da Seção de Aquisição, Licitações e Contratos



NUP: 65323.001620/2024-44

MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE  
4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA  
(4ª Companhia de Fronteira/1956)  
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

ASSUNTO: SALC

DFD: 1/2024 SET PRV/4º BIS  
19 FEV 24



## Cmdo Fron AC/4º BIS

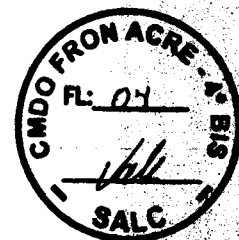
**INTERESSADO:** SETOR DE APROVISIONAMENTO DO CMDO FRON AC/4º BIS

**ASSUNTO:** Aquisição de materiais permanente para o Setor de Aprovisionamento.

**ANEXO:** Portaria, publicação da Portaria, pesquisa de preços, mapa comparativo, nota técnica da pesquisa, mapa de risco e ETP.



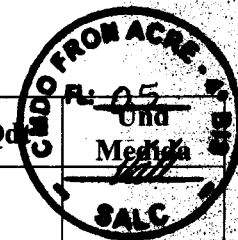
MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA  
(4ª Companhia de Fronteira/1956)  
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)



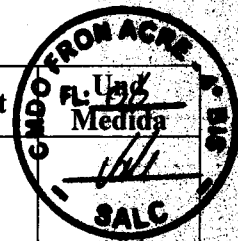
DFD Nº 01/2024  
NUP: 65323.001620/2024-44

|   |                         |
|---|-------------------------|
| Setor/Seção Requirante: SET APRV/4ºBIS  | Data: 19/02/2024        |
| Responsável pela demanda: 2ºTEN CUEVA   | Identidade: [REDACTED]  |
| E-mail: rancho4bis2020@gmail.com  | Telefone: (41)996323747 |
| <b>Objeto:</b><br><input type="checkbox"/> Serviço não continuado<br><input type="checkbox"/> Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra<br><input type="checkbox"/> Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra<br><input type="checkbox"/> Material de consumo<br><input checked="" type="checkbox"/> Material permanente/equipamento<br><input type="checkbox"/> Obra ou Serviço de Engenharia  |                         |
| <b>Forma de Contratação sugerida:</b><br><input type="checkbox"/> Contratação Direta – Dispensa de Licitação<br><input type="checkbox"/> Contratação Direta – Inexigibilidade de Licitação<br><input checked="" type="checkbox"/> Modalidade da lei nº 14.133, de 2021.<br><input type="checkbox"/> Adesão à ARP de outra UASG.   |                         |
| <b>1. Justificativa da necessidade da contratação da solução, considerando o Planejamento Estratégico (Plano de Gestão da OM)</b>   |                         |
| <p>1.1 Nos termos do contido no Art. 13 da Port. Min Nº 305, de 24 Mai 95 - Instruções Gerais para realização de Licitações no Comando do Exército (IG 12-02) solicito providências junto ao Ordenador de Despesas, no sentido de aprovar a requisição do material.</p> <p>1.2 A requisição está alinhada com Objetivo Estratégico Organizacional, OE 09, META 9.2.1. Proporcionar nos refeitórios do Cmdo de Fron ACRE/4ºBIS ambientes hígidos e funcionais de forma a prestar com efetividade os serviços preconizados no PASA (Programa de auditoria e Segurança alimentar). AÇÃO 9.2.1.1. Mobilizar o setor de aprovisionamento do Cmdo de Fron ACRE/4ºBIS de acordo com o preconizado no PASA(Programa de auditoria e Segurança alimentar) conforme o Plano de Gestão do Cmdo Fron AC/4ºBIS (2021/2023).</p> <p>1.3 Deste modo, solicito que seja autorizado o início dos procedimentos licitatório conforme os quantitativos de máquinas e equipamentos de cozinha, especificados abaixo:</p> |                         |

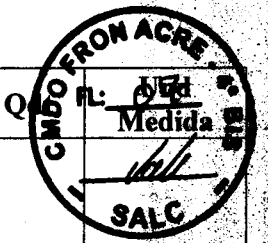




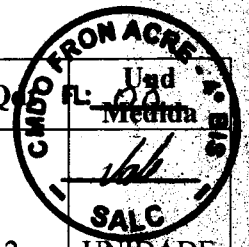
| Item | Descri o do Material/Serviço  | Qtd | Medida  |
|------|---|-----|---------|
| 1    | CADEIRA ESCRITÓRIO/REFEITÓRIO ISO EMPILHÁVEL COM ESTRUTURA EM AÇO: ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO. ACABAMENTO: FILTRO UV COR: PRETA. CAPACIDADE MÍNIMA PARA SUPORTAR 120KG. DIMENSÕES: ALTURA TOTAL: MÍNIMO 81 CM E MÁXIMO 85 CM; ALTURA DO ASSENTO: MÍNIMO 46 CM MÁXIMO 50; LARGURA DO ASSENTO: MÍNIMO 46 CM MÁXIMO 50; PROFUNDIDADE DO ASSENTO: MÍNIMO 40 CM MÁXIMO 45; ALTURA DO ENCOSTO: MÍNIMO 31 CM E MÁXIMO 35CM; LARGURA DO ENCOSTO: MÍNIMO 45,5 CM E MÁXIMO 50CM.  | 180 | UNIDADE |
| 2    | COIFA INDUSTRIAL 100% EM AÇO INOX, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280CM, LARGURA MÍNIMA 115CM, CENTRAL. ACOMPANHAM O PRODUTO OS SEGUINTE ITENS: DUTO COM 300MM DE DIÂMETRO EM AÇO COM COMPRIMENTO ENTRE 10 E 15 METROS A SER INFORMADO NO MOMENTO DO PEDIDO E DUAS CURVAS EM AÇO PARA FAZER JUN O NO MESMO DIÂMETRO. EXAUSTOR BLINDADO DE 300MM DE DIÂMETRO, COM CAPACIDADE DE VAZAO DE 2100M3/H E 1740RPM. CHAPÉU CHINES EM AÇO PARA DUTO DE 300MM DE DIÂMETRO. ACOMPANHAM AINDA PARAFUSOS, BUCHAS E PRESILHAS NECESSÁRIAS PARA INSTALA O DO PRODUTO.   | 2   | UNIDADE |
| 3    | AR CONDICIONADO, COMPRESSOR, TIPO SPLIT INVERTER, COM CAPACIDADE DE 9.000 BTUS FRIO, COM SELO PROCEL CLASSE A, EQUIPADO COM CONTROLE REMOTO DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO CONTENDO TODAS AS FUN OES DO APARELHO, AJUSTE DE TEMPERATURA E FLUXO DE AR, COM DEFLETORES DE AR COM MOVIMENTO AUTOMÁTICO, TENSÃO: 220 VOLTS, FASE MONOFÁSICA (1F), FREQUÊNCIA: 60 HZ. INCLUSOS SUPORTES METÁLICOS PARA FIXAR O EVAPORADOR E O CONDENSADOR. GARANTIA DE 1 ANO. COM ENTREGA E INSTALA O A CARGO DA CONTRATADA.  | 4   | UNIDADE |
| 4    | AR-CONDICIONADO, COMPRESSOR, TIPO SPLIT INVERTER, COM CAPACIDADE DE 18.000 BTUS FRIO, COM SELO PROCEL CLASSE A, EQUIPADO COM CONTROLE REMOTO DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO CONTENDO TODAS AS FUN OES DO APARELHO, AJUSTE DE TEMPERATURA E FLUXO DE AR, COM DEFLETORES DE AR COM MOVIMENTO AUTOMÁTICO, TENSÃO: 220 VOLTS, FREQUÊNCIA: 60 HZ. INCLUSOS SUPORTES METÁLICOS PARA FIXAR O EVAPORADOR E O CONDENSADOR. GARANTIA DE 1 ANO. COM ENTREGA E INSTALA O A CARGO DA CONTRATADA.   | 2   | UNIDADE |
| 5    | MOEDOR DE CARNE INDUSTRIAL, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE DE MOAGEM: 300 KG/H, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 220 VOLTS, BOCA 22, MATERIAL DA BANDEJA: AÇO INOXIDÁVEL, POTÊNCIA DO MOTOR: 1/2 CV.   | 2   | UNIDADE |
| 6    | AMASSADEIRA RÁPIDA, MATERIAL: AÇO INOX AISI 304; CAPACIDADE: 25 KG; TENSÃO ALIMENTA O: 220 V; APLICA O: MASSAS ALIMENTÍCIAS; POTÊNCIA MOTOR: 1/2 CV; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MODELO BASCULANTE, SISTEMA MONOFÁSICO.   | 2   | UNIDADE |
| 7    | FORNO TURBO ELÉTRICO, FABRICADO EM AÇO SAE 1020, REVESTIDO INTERNAMENTE COM PINTURA ALUMÍNIO (ATÓXICA) E EXTERNAMENTE COM PINTURA EPÓXI OU EM AÇO ESCOVADO. POSSUI A FRENTE, PORTA E OS SUPORTES DAS BANDEJAS FABRICADO EM AÇO INOX AISI 430. SISTEMA TURBO QUE ATRAVÉS DE UMA HÉLICE, CIRCULA O AR QUENTE FAZENDO COM QUE O PÃO ASSE UNIFORME. BAIXO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. PAINEL DE FÁCIL OPERA O, COM BOTÕES DE ACIONAMENTO PARA GERAL, MOTOR E LÂMPADA. CONTROLADOR DIGITAL QUE EMITE UMA ALARME SONORO PARA AVISAR O TÉRMINO DO TEMPO DESEJADO E CONTROLA A TEMPERATURA DESEJADA. CONTROLA O TEMPO DE COZINHA DESEJADO. LUZ PARA MELHOR VISUALIZA O DA CÂMARA INT | 2   | UNIDADE |



| Item | Descrição do Material/Serviço  | Qdt |         |
|------|--|-----|---------|
|      | COMPATÍVEL COM BANDEJAS DE 58 X 70CM E 40 X 60CM. ISOLAMENTO UND TÉRMICO EM LÃ DE ROCHA. RODÍZIOS PARA FACILITAR A LOCOMOÇÃO. MOTOR: 1,0 CV , TENSÃO: 220/380V, Nº DE BANDEJAS: 10, DIMENSÕES (A X L X C): 1935X995X1385MM.  |     |         |
| 8    | MODELADORA DE PÃO DE PEDESTAL PARA PRODUÇÃO DE BAGUETES, PÃES, OU QUALQUER OUTRO TIPO DE MASSAS ENROLADAS, DE 25G ATÉ 1 KG. CAPACIDADE: 1500 ATÉ 2000 PÃES/H, PESO: 96 KG, DIMENSÕES (ALT. X LARG. X COMP.) 1180 X 630 X 1150 MM (BANDEJA FECHADA).  | 2   | UNIDADE |
| 9    | MÁQUINA DE FABRICAR GELO: CARACTERÍSTICAS: DEPÓSITOS PRODUÇÃO: MÍNIMO 80 QUILOGRAMAS/DIA; CAPACIDADE DO DEPÓSITO: ATÉ 50 KG; CARACTERÍSTICAS DO DEPÓSITO DE GABINETE: AÇO INOX; DIMENSÕES A X L X P (CM): 111 X 89 X 54, PESO 77 KG.   | 2   | UNIDADE |
| 10   | MESA APOIO: MESA DE PANIFICAÇÃO EM AÇO INOX 304, COM TRAVAMENTO EM V INVERTIDO, PARA CARGA DISTRIBUÍDA SOBRE O TAMPO DE 100KG." - ALTURA: 890 MM - LARGURA: 1900 MM - PROFUNDIDADE: 900MM.   | 8   | UNIDADE |
| 11   | LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL: LIQUIDIFICADOR BASCULANTE 25 LITROS, COPO MONOBLOCO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: POTÊNCIA: 1,0 CV , RPM 3500; VOLTAGEM: 127/ 220 V.  | 6   | UNIDADE |
| 12   | CAFETEIRA INDUSTRIAL: CARACTERÍSTICAS: CAFETEIRA ELÉTRICA EM AÇO INOX; CAPACIDADE DE 20 LITROS COM 2 (DOIS) DEPÓSITOS DE 10-LITROS (1 REMOVÍVEL P/ EITE); CARACTERÍSTICAS BÁSICAS: AÇO INOX 304; 3 (TRÊS) TORNEIRAS COM SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA VAZAMENTOS E ENTUPIMENTOS; 3 (TRÊS) VISORES DE VIDRO PARA CONTROLE DOS NÍVEIS DE ÁGUA E DE CAFÉ; AQUECIMENTO POR RESISTÊNCIA ELÉTRICA REGULÁVEL; 2 (DUAS) TAMPAS; SACO E ARO COADOR; ALIMENTAÇÃO: 220V OU BI VOLT; POTÊNCIA DE 3000W. DESTAQUES: INTERIOR E ACABAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL; TERMOSTATO COM REGULAGEM DE TEMPERATURA; HIGIÊNICA E FÁCIL DE LIMPAR.   | 2   | UNIDADE |
| 13   | FREEZER TIPO: HORIZONTAL, CAPACIDADE: 546 L, ALTURA: 94,40 CM, LARGURA: 166,50 CM, PROFUNDIDADE: 69 CM, QUANTIDADE TAMPAS: 2 UN, SISTEMA DEGELO: MANUAL, COR: BRANCA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 110/220V V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DRENO FRONTAL.   | 16  | UNIDADE |
| 14   | LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, 220V, POTÊNCIA 2000 W, SUPORTAR PRESSÃO MÁXIMA E 2350 PSI, PRESSÃO DE TRABALHO 1600 PSI, VAZÃO: 6 LITROS/MIN, MANGUEIRA DE LTA PRESSÃO DE 5 METROS, CABO ELÉTRICO DE 5 METROS, FREQUÊNCIA 50/60 HZ, MOTOR DE INDUÇÃO, MOTOR EQUIPADO COM SISTEMA QUE DESLIGA E LIGA A LAVADORA ATRAVÉS ACIONAMENTO DO GATILHO DA PISTOLA, MOTOR EQUIPADO COM SISTEMA CONTRA SUPERAQUECIMENTO, PISTOLA DE ALTA PRESSÃO, PONTEIRA PARA REGULAR O JATO DE SAÍDA DE ÁGUA, PONTEIRA PARA JATO TURBO, PONTEIRA DE JATO TURBO PARA LAVADORAS DE ALTA PRESSÃO, DISPOSITIVO PARA APLICAÇÃO DE DETERGENTE E ENGATE RÁPIDO PARA MANGUEIRA DE FORNECIMENTO, DUPLO DISPOSITIVO PARA APLICAÇÃO DE SABÃO, REGULAGEM DO LEQUE DE ACORDO COM O TRABALHO A SER REALIZADO, DISPOSITIVO DE JATO TURBO PARA LIMPEZAS PESADAS, SISTEMA DE ENCAIXE RÁPIDO DA MANGUEIRA, EQUIPADA COM DUAS RODAS, DISPOSITIVO COM MANIVELA ACOPLADA PARA ENROLAR A MANGUEIRA, SUPORTES PARA OS ACESSÓRIOS E CABO ELÉTRICO. | 2   | UNIDADE |
| 15   | BEBEDOURO INDUSTRIAL, COM CAPACIDADE PARA 200 LITROS DE ÁGUA GELADA, GABINETE EM AÇO INOX 430 PROTEGIDO COM PVC, 4 TORNEIRAS, ISOLAMENTO EPS, SERPENTINA INTERNA EM AÇO INOX 304, APARADOR/CUBA EM AÇO INOX 430, 2 TORNEIRAS DO TIPO "TORNEIRA" E 2 TORNEIRAS TIPO "ESGUICHO" NAS EXTREMIDA  | 2   | UNIDADE |



| Item | Descrição do Material/Serviço  | Q | Medida  |
|------|--|---|---------|
|      | ACOMPANHADO DE FILTRO, COMPRESSOR, GÁS R134A (ECOLÓGICO), CONTROLE DE TEMPERATURA ATRAVÉS DE TERMOSTATO COM REGULAGEM, TENSÃO 220V, GARANTIA DE 12 MESES. ACOMPANHADO DE KIT INSTALAÇÃO, KIT MANGUEIRA PARA UTILIZAÇÃO EXTERNA DA TORNEIRA.  |   |         |
| 16   | FOGÃO INDUSTRIAL ALTA PRESSÃO 6 BOCAS ESTRUTURA EM AÇO INOXIDÁVEL COM GRELHAS EM FERRO FUNDIDO 6 QUEIMADORES DUPLOS COM AS SEGUINTE DIMENSÕES: 43CM X 43CM EM FERRO FUNDIDO (DIAM. MÍNIMO 175 MM). CONSUMO DE GÁS POR QUEIMADOR: 0,510 KG/H COMPRIMENTO DO FOGÃO: MÍNIMO DE 140 CM DE COMPRIMENTO, MÍNIMO 116 CM DE LARGURA OU PROFUNDIDADE E MÍNIMO 80 CM DE ALTURA.  | 6 | UNIDADE |
| 17   | ARMADILHA LUMINOSA SLIM-115 PEGA MOSCAS MOSQUITOS INSETOS. INFORMAÇÕES TÉCNICAS: MATERIAL: ALUMÍNIO DIMENSÕES: 66X6,0X27,8 CM PESO: 2,3 KG COR: BRANCO POTÊNCIA: LÂMPADAS LED ULTRAVIOLETA DE 8 WATTS QUE EQUIVALEM A UMA DE 40 WATTS COMUM. ÁREA DE ABRANGÊNCIA: 50M TENSÃO: 220V. (POSSUI GRADE DE PROTEÇÃO NOS 2 LADOS, FRONTAL E POSTERIOR).   | 8 | UNIDADE |
| 18   | CARRINHO DE TRANSPORTE PESADO COM CAPACIDADE PARA 500KG. CHAPA EM AÇO.   | 2 | UNIDADE |
| 19   | BALANÇA INDUSTRIAL DIGITAL EM INOX COM BATERIA, CAPACIDADE MÍNIMA 300 KG 90V/250V 55 CM X 40 CM.   | 4 | UNIDADE |
| 20   | ARMÁRIO DE PÃO EM AÇO INOX CONTENDO 20 ASSADEIRAS PARA PÃO FRANCÊS E MASSA FINA CONFORME O PEDIDO.   | 6 | UNIDADE |
| 21   | EXAUSTOR MATERIAL: AÇO CARBONO, POTÊNCIA MOTOR: 1 CV, TIPO MOTOR: TRIFÁSICO, TENSÃO: 220 V, VAZÃO: 4.000 M3/H, TIPO: AXIAL, FREQUÊNCIA: 60 H   | 4 | UNIDADE |
| 22   | FORNO DE PIZZA INDUSTRIAL A GÁS FORNO A GÁS INDUSTRIAL COM PEDRA REFRAATÁRIA 100X68 GASTROMI PARA ASSAR PIZZAS E BOLOS EM AÇO INOX, MODELO FIRI110 DIMENSÕES: ALTURA 1270 MM ALTURA TOTAL 1530 MM LARGURA 1120 MM PROFUNDIDADE: 975MM.   | 2 | UNIDADE |
| 23   | CARRO AUXILIAR DE TRANSPORTE EM AÇO INOX COM 3 PRATELEIRAS COM ALÇAS TUBULARES PARA MOVIMENTAÇÃO NOS DOIS LADOS PRATELEIRAS COM REBAIXO ESTAMPADOS PARA EVITAR QUEDA DE RECIPIENTES E GARANTIR GRANDE DURABILIDADE 4 RODAS GIRATÓRIAS DE FÁCIL MOVIMENTAÇÃO TAMANHO: COMPRIMENTO MÍNIMO 850 MM ( 85 CM ) LARGURA MÍNIMA DE 450 MM ( 45 CM ) ALTURA MÍNIMA 900 MM ( 90 CM ).  | 2 | UNIDADE |
| 24   | IMPRESSORA TÉRMICA:<br>IMPRESSORA DE ETIQUETA PARA CRIAR RÓTULOS DE PAPEL PARA PACOTES, ENVELOPES, PASTAS DE ARQUIVO, CRACHÁS, ENTRE OUTROS. ESSA IMPRESSORA TÉRMICA REALIZA IMPRESSÕES COM ALTA VELOCIDADE DE ATÉ 93 ETIQUETAS DE ENDEREÇO POR MINUTO COM TEXTO PRETO A 300 DPI, ALÉM DISSO, REALIZA IMPRESSÕES DE ETIQUETAS PRÉ-DIMENSIONADAS, FÁCEIS DE DESTACAR, ALÉM DE FITAS EM PAPEL E EM FILME DE COMPRIMENTO CONTÍNUO DA LINHA DE FITAS DK. ESPECIFICAÇÕES DO HARDWARE: TIPO DE FITA: DK MODO DE OPERAÇÃO: APENAS CONECTADA AO PC CORTADOR: AUTOMÁTICO VELOCIDADE DE IMPRESSÃO (ETIQUETAS POR MINUTO): IMPRIME ATÉ 93 ETIQUETAS DE ENDEREÇAMENTO PADRÃO POR MINUTO COM TEXTO EM PRETO A 300 DPI, ROLOS DE ETIQUETA: PRÉ CORTADO E CONTÍNUO, LARGURA MÁX. DA ETIQUETA: 62 MM, LARGURA MÁX. DA IMPRESSÃO: 59 MM, COMPRIMENTO MÁX. DA ETIQUETA: 1 M, RESOLUÇÃO (DPI): ATÉ 300 X 600 IMPRESSÃO EM PRETO/VERMELHO USANDO A FITA DK-2251: SIM, INTERFACE: USE SIMILAR OU SUPERIOR A BROTHER QL-800 QL800. | 2 | UNIDADE |



| Item | Descrição do Material/Serviço   | Qtd | Unid    |
|------|---|-----|---------|
| 25   | FILTRO CENTRAL DE ÁGUA POTÁVEL, ESTRUTURA EM AÇO INOXIDÁVEL, EQUIPADO COM VÁLVULA AUTOMÁTICA PROGRAMÁVEL PARA RETRO LAVAGEM, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000L/H, FILTRAGEM REALIZADA POR UM PROCESSO NATURAL, SEM UTILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, GASEIFICAÇÃO OU REAGENTES QUÍMICOS. SIMILAR OU SUPERIOR O FILTRO CENTRAL DE ÁGUA FUSATI ATLÂNTICO 1500L/H COMPLETO. | 2   | UNIDADE |

### 3. Créditos Orçamentários:

- 3.1 Nota de Movimentação de Crédito: **Não se aplica.**
- 3.2 Valor estimado da contratação: **Não se aplica.**
- 3.3 Valor estimado custeio: **Não é o caso.**
- 3.4 Valor estimado investimento: **Não se aplica.**
- 3.5 Plano Interno (PI): **Não se aplica.**
- 3.6 Plano de Trabalho Resumido (PTRES): **Não se aplica.**

### 4. Indicação do(s) integrante(s) da equipe de planejamento

|  |   |
|--|---|
| <u>Fiscal Técnico, titular e substituto:</u>         | Integrante Setorial, titular e substituto – <b>Não é o caso</b> |
| Titular – Não é o caso                               | Titular – <b>Não é o caso</b>                                   |
| Substituto – Não é o caso                            | Substituto – <b>Não é o caso</b>                                |
| <u>Equipe de Planejamento, titular e substituto:</u> | Gestor do Contrato, titular e substituto:                       |
| Titular – <b>2º TEN CUEVA</b>                        | Titular – <b>Não é o caso</b>                                   |
| Substituto – <b>3ºSGT EUGENIO</b>                    | Substituto – <b>Não é o caso</b>                                |

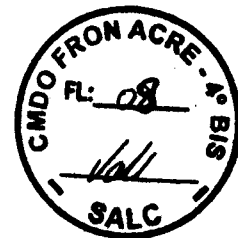
Rio Branco, AC, 19 de fevereiro de 2024.

**CLEISSON MEEGARELO CUEVA-2ºTen**  
Encarregado do Setor de Aprovisionamento

| DESPACHO DO FISCAL ADMINISTRATIVO  | DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS   |
|--|---|
| <p>O referido material/serviço necessita ser adquirido.</p> <p>Rio Branco/AC, ___ de fevereiro de 2024.</p> <p><b>FREDERICO PIMENTEL SOARES DE ALMEIDA – Cap</b><br/>Fiscal Administrativo do 4º BIS</p> | <p>Autorizo o início dos procedimentos licitatórios e determino a abertura do processo correspondente.</p> <p>O Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC) adote as providências cabíveis conforme a legislação.</p> <p>Rio Branco/AC ___ de fevereiro de 2024.</p> <p><b>JULIO JACKSON ALVES DA CRUZ - Maj</b><br/>Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4º BIS</p> |



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA  
(4ª Companhia de Fronteira/1956)  
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)



PORTARIA Nº 4-SALC/Comdo Fron ACRE/4º BIS  
NUP: 65323.001620/2024-44

Rio Branco, AC, 21 de fevereiro de 2024.

O Comandante do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, no uso de suas atribuições legais e regimentais, estabelecidas pela Portaria - C Ex nº 485, de 12 de maio de 2022, publicada na seção 2, do Diário Oficial da União nº 91 de 16 de maio de 2022, tendo em vista o que determina o art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e as Instruções Normativas nº 5, expedida em 26 de maio de 2017 pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, nº 40, de 22 de maio de 2020, nº 40 de 30 de junho de 2020 e nº 58, de 08 de agosto de 2022, expedidas pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, assim como o despacho exarado do Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos NUP: 65323.001620/2024-44.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Equipe de Planejamento para aquisição de material permanente do PASA.

Art. 2º Designar os militares abaixo relacionados:

- a. Presidente: 2º Ten CLEISSON MELGAREJO CUEVA
- b. Integrante Requisitante: 3º Sgt EUGÊNIO DIAS DE SOUZA
- c. Integrante Administrativo: 3º Sgt EVALDO EDUARDO LIMA DE BRITO

Art. 3º A Equipe de Planejamento da Contratação deverá realizar todas as atividades das etapas de Planejamento da Contratação, além de acompanhar e apoiar a fase de Seleção do Fornecedor, quando solicitado pelas áreas responsáveis. O grupo poderá ser requisitado para diligências e esclarecimentos acerca do Estudo e Planejamento da Contratação até a conclusão da compra/contratação, entendido como sendo a homologação da licitação ou ratificação para compra/contratação.

Art. 4º Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos seguintes documentos:

- a. estudo técnico preliminar;
- b. análise de riscos;
- c. planilha com os preços pesquisados; e
- d. nota técnica com a análise crítica da pesquisa de preços.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação.

  
ELMIR LEANDRO MOREIRA XAVIER – TC  
Cmt Comdo Fron Acre/4º BIS

(Continuação do BI Nr 38, de 26/02/2024, do(a) C Fron AC/4º BIS)



preços pesquisados e nota técnica com a análise crítica da pesquisa de preços.

- O Fisc Adm, SALC e demais interessados tomem conhecimento e as devidas providências.

(Nota Nº 96292 - Pregoeiro, de 23 FEV 24)

O Comandante do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, no uso de suas atribuições legais e regimentais, estabelecidas pela Portaria - C Ex nº 485, de 12 de maio de 2022, publicada na seção 2, do Diário Oficial da União nº 91 de 16 de maio de 2022, tendo em vista o que determina o art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e as Instruções Normativas nº 5, expedida em 26 de maio de 2017 pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, nº 40, de 22 de maio de 2020, nº 40 de 30 de junho de 2020 e nº 58, de 08 de agosto de 2022, expedidas pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, assim como o despacho exarado do Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos NUP: 65323.001620/2024-44,

**RESOLVE:**

Art. 1º Instituir a Equipe de Planejamento para aquisição de material permanente do PASA.

Art. 2º Designar os militares abaixo relacionados:

a. Presidente: 2º Ten CLEISSON MELGAREJO CUEVA

b. Integrante Requisitante: 3º Sgt EUGÊNIO DIAS DE SOUZA

c. Integrante Administrativo: 3º Sgt EVALDO EDUARDO LIMA DE BRITO

Art. 3º A Equipe de Planejamento da Contratação deverá realizar todas as atividades das etapas de Planejamento da Contratação, além de acompanhar e apoiar a fase de Seleção do Fornecedor, quando solicitado pelas áreas responsáveis. O grupo poderá ser requisitado para diligências e esclarecimentos acerca do Estudo e Planejamento da Contratação até a conclusão da compra/contratação, entendido como sendo a homologação da licitação ou ratificação para compra/contratação.

Art. 4º Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos seguintes documentos:

a) estudo técnico preliminar;

b) análise de riscos;

c) planilha de preços; e

d) nota técnica com a análise crítica da pesquisa de preços.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Em consequência:

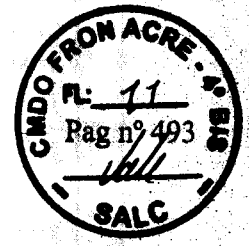
- Os militares designados terão o prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da Portaria, para entregar os documentos denominados: estudo técnico preliminar; análise de riscos; planilha com os preços pesquisados e nota técnica com a análise crítica da pesquisa de preços.

- O Fisc Adm, SALC e demais interessados tomem conhecimento e as devidas providências.

(Nota Nº 96293 - Pregoeiro, de 23 FEV 24)

O Comandante do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, no uso de suas atribuições legais e regimentais, estabelecidas pela Portaria - C Ex nº 485, de 12 de maio de 2022, publicada na seção 2, do Diário Oficial da União nº 91 de 16 de maio de 2022, tendo em vista o que determina o art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e as Instruções Normativas nº 5, expedida em 26 de maio de 2017 pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, nº 40, de 22 de maio de 2020, nº 40 de 30 de junho de 2020 e nº 58, de 08 de agosto de 2022, expedidas pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, assim como o despacho exarado do Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos NUP: 65323.001624/2024-22,

(Continuação do BI Nr 38, de 26/02/2024, do(a) C Fron AC/4º BIS)



**RESOLVE:**

**Art. 1º** Instituir a Equipe de Planejamento para aquisição de material de consumo de informática (TIC).

**Art. 2º** Designar os militares abaixo relacionados:

- a. Presidente: 1º Ten LUIS CARLOS MOISÉS ALMEIDA DE OLIVEIRA
- b. Integrante Requisitante: 3º Sgt JOSIMAR DA SILVA
- c. Integrante Administrativo: Cb JOAB FIGUEIREDO DE SOUZA MACIEL

**Art. 3º** A Equipe de Planejamento da Contratação deverá realizar todas as atividades das etapas de Planejamento da Contratação, além de acompanhar e apoiar a fase de Seleção do Fornecedor, quando solicitado pelas áreas responsáveis. O grupo poderá ser requisitado para diligências e esclarecimentos acerca do Estudo e Planejamento da Contratação até a conclusão da compra/contratação, entendido como sendo a homologação da licitação ou ratificação para compra/contratação.

**Art. 4º** Estabelecer o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos seguintes documentos:

- a) estudo técnico preliminar;
- b) análise de riscos;
- c) planilha de preços; e
- d) nota técnica com a análise crítica da pesquisa de preços.

**Art. 5º** Esta Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Em consequência:

- Os militares designados terão o prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da Portaria, para entregar os documentos denominados: estudo técnico preliminar; análise de riscos; planilha com os preços pesquisados e nota técnica com a análise crítica da pesquisa de preços.
  - O Fisc Adm, SALC e demais interessados tomem conhecimento e as devidas providências.
- (Nota Nº 96294 - Pregoeiro, de 23 FEV 24)

O Comandante do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, no uso de suas atribuições legais e regimentais, estabelecidas pela Portaria - C Ex nº 485, de 12 de maio de 2022, publicada na seção 2, do Diário Oficial da União nº 91 de 16 de maio de 2022, tendo em vista o que determina o art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e as Instruções Normativas nº 5, expedida em 26 de maio de 2017 pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, nº 40, de 22 de maio de 2020, nº 40 de 30 de junho de 2020 e nº 58, de 08 de agosto de 2022, expedidas pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, assim como o despacho exarado do Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos NUP: 65323.001622/2024-33,

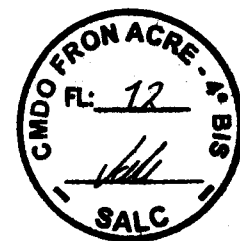
**RESOLVE:**

**Art. 1º** Instituir a Equipe de Planejamento para aquisição de material permanente de informática (TIC).

**Art. 2º** Designar os militares abaixo relacionados:

- a. Presidente: 1º Ten LUIS CARLOS MOISÉS ALMEIDA DE OLIVEIRA
- b. Integrante Requisitante: 3º Sgt JOSIMAR DA SILVA
- c. Integrante Administrativo: Cb JOAB FIGUEIREDO DE SOUZA MACIEL

**Art. 3º** A Equipe de Planejamento da Contratação deverá realizar todas as atividades das etapas de Planejamento da Contratação, além de acompanhar e apoiar a fase de Seleção do Fornecedor, quando solicitado pelas áreas responsáveis. O grupo poderá ser requisitado para diligências e esclarecimentos acerca do Estudo e Planejamento da Contratação até a conclusão da compra/contratação, entendido



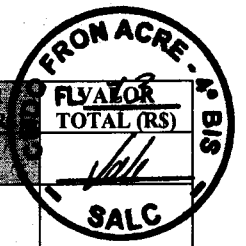
MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA  
(4ª Companhia de Fronteira/1956)  
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

Pesquisa de Preços/Mapa Comparativo pregão SRP N° \_\_\_\_/2024

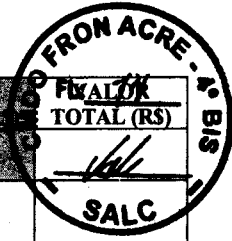
(Processo Administrativo n.º 65323.001620/2024-44)

A fim de atender aos parâmetro do inciso I, Art. 5º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 de 07 de julho de 2021, realizamos as pesquisas de preços através da consulta ao Sistema de Pesquisa de Preços do Governo Federal. Desta pesquisa, conforme consta em anexo, obtivemos o seguinte resultado:

| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO  | Und de Forn | QTD | PREÇO I  | PREÇO II  | PREÇO III | VALOR MÉDIO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|------|---|-------------|-----|----------|-----------|-----------|-------------------|-------------------|
| 1    | CADEIRA ESCRITÓRIO/REFEITÓRIO ISO EMPILHÁVEL COM ESTRUTURA EM AÇO: ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO. ACABAMENTO: FILTRO UV COR: PRETA. CAPACIDADE MÍNIMA PARA SUPORTAR 120KG. DIMENSÕES: ALTURA TOTAL: MÍNIMO 81 CM E MÁXIMO 85 CM; ALTURA DO ASSENTO: MÍNIMO 46 CM MÁXIMO 50; LARGURA DO ASSENTO: MÍNIMO 46 CM MÁXIMO 50; PROFUNDIDADE DO ASSENTO: MÍNIMO 40 CM MÁXIMO 45; ALTURA DO ENCOSTO: MÍNIMO 31 CM E MÁXIMO 35CM; LARGURA DO ENCOSTO: MÍNIMO 45,5 CM E MÁXIMO 50CM.  | Und         | 180 | 278,12   | 137,01    | -         | 207,77            | 37.398,60         |
| 2    | COIFA INDUSTRIAL 100% EM AÇO INOX, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280CM, LARGURA MÍNIMA 115CM, CENTRAL. ACOMPANHAM O PRODUTO OS SEGUINTE ITENS: DUTO COM 300MM DE DIÂMETRO EM AÇO COM COMPRIMENTO ENTRE 10 E 15 METROS A SER INFORMADO NO MOMENTO DO PEDIDO E DUAS CURVAS EM AÇO PARA FAZER JUNÇÃO NO MESMO DIÂMETRO. EXAUSTOR BLINDADO DE 300MM DE DIÂMETRO, COM CAPACIDADE DE VAZAO DE 2100M3/H E 1740RPM. CHAPÉU CHINES EM AÇO PARA DUTO DE 300MM DE DIÂMETRO. ACOMPANHAM AINDA PARAFUSOS, BUCHAS E PRESILHAS NECESSÁRIAS PARA INSTALAÇÃO DO PRODUTO. | Und         | 2   | 4.900,00 | 15.035,70 | 11.450,00 | 10.461,90         | 20.923,80         |
| 3    | AR CONDICIONADO, COMPRESSOR, TIPO SPLIT INVERTER, COM CAPACIDADE DE 9.000 BTUS FRIO, COM SELO PROCEL CLASSE A, EQUIPADO COM CONTROLE REMOTO DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO CONTENDO TODAS AS FUNÇÕES DO APARELHO, AJUSTE DE TEMPERATURA E FLUXO DE AR, COM DEFLETORES DE AR COM MOVIMENTO AUTOMÁTICO, TENSÃO: 220 VOLTS, FASE MONOFÁSICA (1F), FREQUÊNCIA: 60 HZ. INCLUSOS SUPORTES METÁLICOS PARA FIXAR O EVAPORADOR E O CONDENSADOR. GARANTIA DE 1 ANO. COM ENTREGA E INSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA.   | Und         | 4   | 2.095,00 | 2.273,00  | 2.377,26  | 2.248,42          | 8.993,68          |
| 4    | AR-CONDICIONADO, COMPRESSOR, TIPO SPLIT INVERTER, COM CAPACIDADE DE 18.000 BTUS FRIO, COM SELO PROCEL CLASSE A, EQUIPADO COM CONTROLE REMOTO DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO CONTENDO TODAS AS FUNÇÕES DO APARELHO, AJUSTE DE TEMPERATURA E FLUXO DE AR, COM DEFLETORES DE AR COM MOVIMENTO AUTOMÁTICO, TENSÃO: 220 VOLTS, FREQUÊNCIA: 60 HZ. INCLUSOS SUPORTES METÁLICOS PARA FIXAR O EVAPORADOR E O CONDENSADOR. GARANTIA DE 1 ANO. COM  | Und         | 2   | 3.669,18 | 3.700,00  | 3.909,00  | 3.759,39          | 7.518,79          |

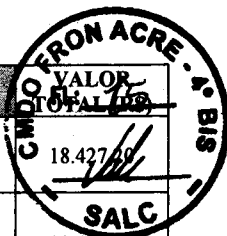


| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO   | Und de Forn | QTD | PREÇO I  | PREÇO II  | PREÇO III | VALOR MEDIO (R\$) | FLY/VALOR TOTAL (RS) |
|------|--|-------------|-----|----------|-----------|-----------|-------------------|----------------------|
|      | ENTREGA E INSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA.  |             |     |          |           |           |                   |                      |
| 5    | MOEDOR DE CARNE INDUSTRIAL, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE DE MOAGEM: 300 KG/H, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 220 VOLTS, BOCA 22, MATERIAL DA BANDEJA: AÇO INOXIDÁVEL, POTÊNCIA DO MOTOR: 1/2 CV.  | Und         | 2   | 3389,99  | 5.119,00  | 3.903,55  | 4.965,02          | 9.930,03             |
| 6    | AMASSADEIRA RÁPIDA, MATERIAL: AÇO INOX AISI 304; CAPACIDADE: 25 KG; TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V; APLICAÇÃO: MASSAS ALIMENTÍCIAS; POTÊNCIA MOTOR: 1/2 CV; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MODELO BASCULANTE, SISTEMA MONOFÁSICO.  | Und         | 2   | 4.986,15 | 6.043,00  | 10.959,70 | 8.795,54          | 17.591,08            |
| 7    | FORNO TURBO ELÉTRICO, FABRICADO EM AÇO SAE 1020, REVESTIDO INTERNAMENTE COM PINTURA ALUMÍNIO (ATÓXICA) E EXTERNAMENTE COM PINTURA EPÓXI OU EM AÇO ESCOVADO. POSSUI A FRENTE, PORTA E OS SUPORTES DAS BANDEJAS FABRICADO EM AÇO INOX AISI 430. SISTEMA TURBO QUE ATRAVÉS DE UMA HÉLICE, CIRCULA O AR QUENTE FAZENDO COM QUE O PÃO ASSE UNIFORME. BAIXO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. PAINEL DE FÁCIL OPERAÇÃO, COM BOTÕES DE ACIONAMENTO PARA GERAL, MOTOR E LÂMPADA. CONTROLADOR DIGITAL QUE EMITE UMA ALARME SONORO PARA AVISAR O TÉRMINO DO TEMPO DESEJADO E CONTROLA A TEMPERATURA DESEJADA. CONTROLA O TEMPO DE VAPOR DESEJADO. LUZ PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO DA CÂMARA INTERNA. COMPATÍVEL COM BANDEJAS DE 58 X 70CM E 40 X 60CM. ISOLAMENTO UND TÉRMICO EM LÃ DE ROCHA. RODÍZIOS PARA FACILITAR A LOCOMOÇÃO. MOTOR: 1,0 CV , TENSÃO: 220/380V, Nº DE BANDEJAS: 10, DIMENSÕES (A X L X C): 1935X995X1385MM. | Und         | 2   | 9.850,00 | 10.260,00 | 10.103,70 | 12.085,48         | 24.170,96            |
| 8    | MODELADORA DE PÃO DE PEDESTAL PARA PRODUÇÃO DE BAGUETES, PÃES, OU QUALQUER OUTRO TIPO DE MASSAS ENROLADAS, DE 25G ATÉ 1 KG. CAPACIDADE: 1500 ATÉ 2000 PÃES/H, PESO: 96 KG, DIMENSÕES (ALT. X LARG. X COMP.) 1180 X 630 X 1150 MM (BANDEJA FECHADA).  | Und         | 2   | 6.177,50 | 5.761,00  | 5.799,89  | 7.095,36          | 14.190,71            |
| 9    | MÁQUINA DE FABRICAR GELO: CARACTERÍSTICAS: DEPÓSITOS PRODUÇÃO: MÍNIMO 80 QUILOGRAMAS/DIA; CAPACIDADE DO DEPÓSITO: ATÉ 50 KG; CARACTERÍSTICAS DO DEPÓSITO DE GABINETE: AÇO INOX; DIMENSÕES A X L X P (CM): 111 X 89 X 54, PESO 77 KG.   | Und         | 2   | 8.879,00 | 7.950,00  | 10.258,30 | 10.834,92         | 21.669,84            |
| 10   | MESA APOIO: MESA DE PANIFICAÇÃO EM AÇO INOX 304, COM TRAVAMENTO EM V INVERTIDO, PARA CARGA DISTRIBUÍDA SOBRE O TAMPO DE 100KG." - ALTURA: 890 MM - LARGURA: 1900 MM - PROFUNDIDADE: 900MM.   | Und         | 8   | 3.990,00 | 3.640,00  | 2.392,00  | 4.008,80          | 32.070,40            |
| 11   | LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL: LIQUIDIFICADOR BASCULANTE 25 LITROS, COPO MONOBLOCO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: POTÊNCIA: 1,0 CV , RPM 3500; VOLTAGEM: 127/ 220 V.  | Und         | 6   | 2.140,16 | 2.138,99  | 2.025,00  | 2.521,66          | 15.129,96            |
| 12   | CAFETEIRA INDUSTRIAL: CARACTERÍSTICAS: CAFETEIRA ELÉTRICA EM AÇO INOX; CAPACIDADE DE 20 LITROS COM 2 (DOIS) DEPÓSITOS DE 10 LITROS (1 REMOVÍVEL P/ EITE); CARACTERÍSTICAS BÁSICAS: AÇO INOX 304; 3 (TRÊS) TORNEIRAS COM SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA VAZAMENTOS E ENTUPIMENTOS; 3 (TRÊS) VISORES DE VIDRO PARA CONTROLE DOS NIVEIS DE ÁGUA E DE CAFÉ; AQUECIMENTO POR RESISTÊNCIA ELÉTRICA REGULÁVEL; 2 (DUAS) TAMPAS; SACO E ARO COADOR; ALIMENTAÇÃO: 220V OU 110V; POTÊNCIA DE 3000W. DESTAQUES: INTERIOR E ACABAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL; TERMOSTATO COM   | Und         | 2   | 2.089,99 | 2.586,23  | 2.257,78  | 2.311,33          | 4.622,67             |



| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO   | Und de Forn | QTD | PREÇO I  | PREÇO II | PREÇO III | VALOR MEDIO (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|------|--|-------------|-----|----------|----------|-----------|-------------------|-------------------|
|      | REGULAGEM DE TEMPERATURA; HIGIÊNICA E FÁCIL DE LIMPAR.   |             |     |          |          |           |                   |                   |
| 13   | FREEZER TIPO: HORIZONTAL, CAPACIDADE: 546 L, ALTURA: 94,40 CM, LARGURA: 166,50 CM, PROFUNDIDADE: 69 CM, QUANTIDADE TAMPAS: 2 UN, SISTEMA DEGELO: MANUAL, COR: BRANCA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 110/220V V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DRENO FRONTAL.   | Und         | 16  | 3.642,40 | 3.853,00 | 3.600,00  | 3.698,47          | 59.175,47         |
| 14   | LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, 220V, POTÊNCIA 2000 W, SUPORTAR PRESSÃO MÁXIMA E 2350 PSI, PRESSÃO DE TRABALHO 1600 PSI, VAZÃO: 6 LITROS/MIN, MANGUEIRA DE LTA PRESSÃO DE 5 METROS, CABO ELÉTRICO DE 5 METROS, FREQUÊNCIA 50/60 HZ, MOTOR DE INDUÇÃO, MOTOR EQUIPADO COM SISTEMA QUE DESLIGA E LIGA A LAVADORA ATRAVÉS ACIONAMENTO DO GATILHO DA PISTOLA, MOTOR EQUIPADO COM SISTEMA CONTRA SUPERAQUECIMENTO, PISTOLA DE ALTA PRESSÃO, PONTEIRA PARA REGULAR O JATO DE SAÍDA DE ÁGUA, PONTEIRA PARA JATO TURBO, PONTEIRA DE JATO TURBO PARA LAVADORAS DE ALTA PRESSÃO, DISPOSITIVO PARA APLICAÇÃO DE DETERGENTE E ENGATE RÁPIDO PARA MANGUEIRA DE FORNECIMENTO, DUPLO DISPOSITIVO PARA APLICAÇÃO DE SABÃO, REGULAGEM DO LEQUE DE ACORDO COM O TRABALHO A SER REALIZADO, DISPOSITIVO DE JATO TURBO PARA LIMPEZAS PESADAS, SISTEMA DE ENCAIXE RÁPIDO DA MANGUEIRA, EQUIPADA COM DUAS RODAS, DISPOSITIVO COM MANIVELA ACOPLADA PARA ENROLAR A MANGUEIRA, SUPORTES PARA OS ACESSÓRIOS E CABO ELÉTRICO. | Und         | 2   | 1.599,90 | 1.470,00 | 1.886,40  | 1.982,52          | 3.965,04          |
| 15   | BEBEDOURO INDUSTRIAL, COM CAPACIDADE PARA 200 LITROS DE ÁGUA GELADA, GABINETE EM AÇO INOX 430 PROTEGIDO COM PVC, 4 TORNEIRAS, ISOLAMENTO EPS, SERPENTINA INTERNA EM AÇO INOX 304, APARADOR/CUBA EM AÇO INOX 430, 2 TORNEIRAS DO TIPO "TORNEIRA" E 2 TORNEIRAS TIPO "ESGUICHO" NAS EXTREMIDADES, ACOMPANHADO DE FILTRO, COMPRESSOR, GÁS R134A (ECOLÓGICO), CONTROLE DE TEMPERATURA ATRAVÉS DE TERMOSTATO COM REGULAGEM, TENSÃO 220V, GARANTIA DE 12 MESES. ACOMPANHADO DE KIT INSTALAÇÃO, KIT MANGUEIRA PARA UTILIZAÇÃO EXTERNA DA TORNEIRA.  | Und         | 2   | 2.857,50 | 4.100,00 | 2.795,00  | 3.901,00          | 7.802,00          |
| 16   | FOGÃO INDUSTRIAL ALTA PRESSÃO 6 BOCAS ESTRUTURA EM AÇO INOXIDÁVEL COM GRELHAS EM FERRO FUNDIDO 6 QUEIMADORES DUPLOS COM AS SEGUINTE DIMENSÕES: 43CM X 43CM EM FERRO FUNDIDO (DIAM. MÍNIMO 175 MM). CONSUMO DE GÁS POR QUEIMADOR: 0,510 KG/H COMPRIMENTO DO FOGÃO: MÍNIMO DE 140 CM DE COMPRIMENTO, MÍNIMO 116 CM DE LARGURA OU PROFUNDIDADE E MÍNIMO 80 CM DE ALTURA.  | Und         | 6   | 4.200,00 | 3.719,14 | 3.850,00  | 4.707,66          | 28.245,94         |
| 17   | ARMADILHA LUMINOSA SLIM-115 PEGA MOSCAS MOSQUITOS INSETOS. INFORMAÇÕES TÉCNICAS: MATERIAL: ALUMÍNIO DIMENSÕES: 66X6,0X27,8 CM PESO: 2,3 KG COR: BRANCO POTÊNCIA: LÂMPADAS LED ULTRAVIOLETA DE 8 WATTS QUE EQUIVALEM A UMA DE 40 WATTS COMUM. ÁREA DE ABRANGÊNCIA: 50M TENSÃO: 220V. (POSSUI GRADE DE PROTEÇÃO NOS 2 LADOS, FRONTAL E POSTERIOR).   | Und         | 8   | 664,66   | 522,50   | 573,21    | 704,15            | 5.633,18          |
| 18   | CARRINHO DE TRANSPORTE PESADO COM CAPACIDADE PARA 500KG. CHAPA EM AÇO.   | Und         | 2   | 801,25   | 1.105,80 | 2.900,00  | 1.922,82          | 3.845,64          |
| 19   | BALANÇA INDUSTRIAL DIGITAL EM INOX COM BATERIA, CAPACIDADE MÍNIMA 300 KG 90V/250V.55 CM X 40 CM.   | Und         | 4   | 1.680,00 | 1.530,00 | 1.433,00  | 1.547,67          | 6.190,67          |

| Item                        | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO  | Und de Forn | QTD | PREÇO I  | PREÇO II | PREÇO III | VALOR MEDIO (RS)      | VALOR TOTAL (RS) |
|-----------------------------|---|-------------|-----|----------|----------|-----------|-----------------------|------------------|
| 20                          | ARMÁRIO DE PÃO EM AÇO INOX CONTENDO 20 ASSADEIRAS PARA PÃO FRANCÊS E MASSA FINA CONFORME O PEDIDO.  | Und         | 6   | 2.480,00 | 2.699,00 | 2.499,00  | 3.071,20              | 18.427,20        |
| 21                          | EXAUSTOR MATERIAL: AÇO CARBONO, POTÊNCIA MOTOR: 1 CV, TIPO MOTOR: TRIFÁSICO, TENSÃO: 220 V, VAZÃO: 4.000 M3/H, TIPO: AXIAL, FREQUÊNCIA: 60 H  | Und         | 4   | 2.745,00 | 2.750,00 | 1.044,45  | 2.615,78              | 10.463,12        |
| 22                          | FORNO DE PIZZA INDUSTRIAL A GÁS FORNO A GÁS INDUSTRIAL COM PEDRA REFRATÁRIA 100X68 GASTROMI PARA ASSAR PIZZAS E BOLOS EM AÇO INOX, MODELO FIRI110 DIMENSÕES: ALTURA 1270 MM ALTURA TOTAL 1530 MM LARGURA 1120 MM PROFUNDIDADE: 975MM.   | Und         | 2   | 3.700,00 | 2.490,46 | 2.300,00  | 3.396,18              | 6.792,37         |
| 23                          | CARRO AUXILIAR DE TRANSPORTE EM AÇO INOX COM 3 PRATELEIRAS COM ALÇAS TUBULARES PARA MOVIMENTAÇÃO NOS DOIS LADOS PRATELEIRAS COM REBAIXO ESTAMPADOS PARA EVITAR QUEDA DE RECIPIENTES E GARANTIR GRANDE DURABILIDADE 4 RODAS GIRATÓRIAS DE FÁCIL MOVIMENTAÇÃO TAMANHO: COMPRIMENTO MÍNIMO 850 MM ( 85 CM ) LARGURA MÍNIMA DE 450 MM ( 45 CM ) ALTURA MÍNIMA 900 MM ( 90 CM ).   | Und         | 2   | 1.330,00 | 1.270,00 | 1.290,00  | 1.556,00              | 3.112,00         |
| 24                          | IMPRESSORA TÉRMICA: IMPRESSORA DE ETIQUETA PARA CRIAR RÓTULOS DE PAPEL PARA PACOTES, ENVELOPES, PASTAS DE ARQUIVO, CRACHÁS, ENTRE OUTROS. ESSA IMPRESSORA TÉRMICA REALIZA IMPRESSÕES COM ALTA VELOCIDADE DE ATÉ 93 ETIQUETAS DE ENDEREÇO POR MINUTO COM TEXTO PRETO A 300 DPI, ALÉM DISSO, REALIZA IMPRESSÕES DE ETIQUETAS PRÉ-DIMENSIONADAS, FÁCEIS DE DESTACAR, ALÉM DE FITAS EM PAPEL E EM FILME DE COMPRIMENTO CONTÍNUO DA LINHA DE FITAS DK. ESPECIFICAÇÕES DO HARDWARE: TIPO DE FITA: DK MODO DE OPERAÇÃO: APENAS CONECTADA AO PC CORTADOR: AUTOMÁTICO VELOCIDADE DE IMPRESSÃO (ETIQUETAS POR MINUTO): IMPRIME ATÉ 93 ETIQUETAS DE ENDEREÇAMENTO PADRÃO POR MINUTO COM TEXTO EM PRETO A 300 DPI , ROLOS DE ETIQUETA: PRÉ CORTADO E CONTÍNUO, LARGURA MÁX. DA ETIQUETA: 62 MM, LARGURA MÁX. DA IMPRESSÃO: 59 MM, COMPRIMENTO MÁX. DA ETIQUETA: 1 M, RESOLUÇÃO (DPI): ATÉ 300 X 600 IMPRESSÃO EM PRETO/VERMELHO USANDO A FITA DK-2251: SIM, INTERFACE: USB. SIMILAR OU SUPERIOR A BROTHER QL-800 QL800. | Und         | 2   | 1.350,00 | 1.120,00 | 1.290,00  | 1.504,00              | 3.008,00         |
| 25                          | FILTRO CENTRAL DE ÁGUA POTÁVEL, ESTRUTURA EM AÇO INOXIDÁVEL, EQUIPADO COM VÁLVULA AUTOMÁTICA PROGRAMÁVEL PARA RETRO LAVAGEM, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000L/H, FILTRAGEM REALIZADA POR UM PROCESSO NATURAL, SEM UTILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, GASEIFICAÇÃO OU REAGENTES QUÍMICOS. SIMILAR OU SUPERIOR O FILTRO CENTRAL DE ÁGUA FUSATI ATLÂNTICO 1500L/H COMPLETO.   | Und         | 2   | 7.900,00 | 5.443,13 | 2.400,00  | 6.297,25              | 12.594,50        |
| <b>VALOR TOTAO ESTIMADO</b> |   |             |     |          |          |           | <b>R\$ 383.465,64</b> |                  |



Rio Branco-AC, 07 de fevereiro de 2024.

**CLEISSON MELGAREJO CUEVA-2º Ten**  
Encarregado do Setor de Aprovisionamento

# Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

## Informações básicas

|                           |             |               |                       |
|---------------------------|-------------|---------------|-----------------------|
| <b>Número da Pesquisa</b> | <b>UASG</b> | <b>Status</b> | <b>Editado por</b>    |
| 1/2023                    | 160002      | Concluída     | EUGENIO DIAS DE SOUZA |

**Título:** Aquisição de máquinas e equipamentos de Copa e cozinha padrão PASA

**Observações:** Cotação de preços dos materiais permanentes necessários às atividades exercidas pelo Setor de Aprovisionamento.

**Total de itens cotados:** 25      **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 340.254.4637

## Itens cotados

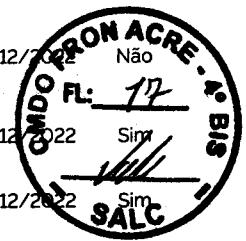
Item: 1

| Descrição do item  | Unidade de Fornecimento | Quantidade     |
|--|-------------------------|----------------|
| 474332 - Armário Panificação Material Aço Inox, Altura: 193 M, Largura: 63 CM, Profundidade: 74 CM, Características Adicionais: Pés Com Rodízios, Capacidade: 20 | Unidade                 | 5              |
| <b>Consolidação dos preços cotados</b>   |                         |                |
| Menor Preço  | ● Média                 | Mediana        |
| R\$ 2.480,0000   | R\$ 2.559,3333          | R\$ 2.499,0000 |
| Coeficiente de Variação: 3,8707%   |                         |                |
| Desvio Padrão: 99,0634   |                         |                |
| Maior Preço: R\$ 2.699,0000  |                         |                |
| Método de cálculo adotado: Média   |                         |                |

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

| Nº | Inciso | Nome   | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data       | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1  |        | COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br                        | 7          | Unidade | R\$ 2.552,2600 | 21/06/2023 | Não    |
| 2  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                           | 5          | Unidade | R\$ 1.608,1800 | 05/06/2023 | Não    |
| 3  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                           | 1          | Unidade | R\$ 2.699,0000 | 01/06/2023 | Sim    |
| 4  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                           | 2          | Unidade | R\$ 2.551,1100 | 01/06/2023 | Não    |
| 5  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                           | 4          | Unidade | R\$ 1.978,0000 | 03/05/2023 | Não    |
| 6  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                           | 4          | Unidade | R\$ 1.980,0000 | 03/05/2023 | Não    |
| 7  |        | INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TECNOLOGIA PIAUI - Compras.gov.br | 8          | Unidade | R\$ 4.045,0000 | 28/04/2023 | Não    |
| 8  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                           | 12         | Unidade | R\$ 4.000,0000 | 21/09/2023 | Não    |
| 9  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                           | 6          | Unidade | R\$ 1.728,0000 | 06/03/2023 | Não    |

|    |  |  |    |         |                |            |     |
|----|--|--|----|---------|----------------|------------|-----|
| 10 |  | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                           | 21 | Unidade | R\$ 1.679,7200 | 23/12/2022 | Não |
| 11 |  | COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br | 5  | Unidade | R\$ 2.499,0000 | 20/12/2022 | Sim |
| 12 |  | COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br | 5  | Unidade | R\$ 2.480,0000 | 20/12/2022 | Sim |
| 13 |  | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                           | 2  | Unidade | R\$ 2.581,2700 | 20/12/2022 | Não |
| 14 |  | ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br                           | 1  | Unidade | R\$ 1.746,6500 | 02/12/2022 | Não |
| 15 |  | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br                            | 1  | Unidade | R\$ 2.700,0000 | 30/11/2022 | Não |
| 16 |  | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                           | 1  | Unidade | R\$ 4.600,0000 | 21/11/2022 | Não |
| 17 |  | ESTADO DO PARA - Compras.gov.br                                | 3  | Unidade | R\$ 1.050,0000 | 16/11/2022 | Não |
| 18 |  | COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br | 20 | Unidade | R\$ 2.541,4800 | 23/09/2022 | Não |



Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 2

| Descrição do Item   | Unidade de Fornecimento | Quantidade   |
|---|-------------------------|--------------|
| 612547 - Cadeira Refeitório Material: Aço , Estrutura: Aço Carbono , Comprimento: 45 CM, Largura: 46 CM, Altura: 130 CM, Características Adicionais: Fixa; Sem Braços , Material Assento E Encosto: Polipropileno | Unidade                 | 180          |
| <b>Consolidação dos preços cotados</b>  |                         |              |
| Menor Preço   | ● Média                 | Mediana      |
| R\$ 137,0100  | R\$ 207,5675            | R\$ 207,5675 |
| Método de cálculo adotado: Média  |                         |              |
| Coeficiente de Variação: 33,9926%   |                         |              |
| Desvio Padrão: 70,5575  |                         |              |
| Maior Preço: R\$ 278,1250   |                         |              |

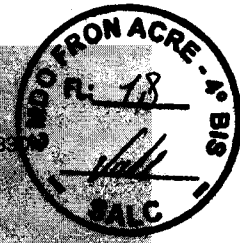
Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

| Nº | Inciso | Nome   | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data       | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1  |        | CONSELHO FEDERAL FISIOT.TERAPIA OCUPACIONAL - Compras.gov.br | 29         | Unidade | R\$ 534,7800   | 19/12/2023 | Não    |
| 2  |        | CONSELHO FEDERAL FISIOT.TERAPIA OCUPACIONAL - Compras.gov.br | 32         | Unidade | R\$ 278,1250   | 19/12/2023 | Sim    |
| 3  |        | ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br               | 72         | Unidade | R\$ 137,0100   | 27/11/2023 | Sim    |

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 3

| Descrição do Item   | Unidade de Fornecimento | Quantidade |
|---|-------------------------|------------|
| 611339 - Aparelho Ar Condicionado Capacidade Refrigeração: 9.000 BTU, Vazão Ar: 2.940 M3/H, Tensão: 220 V, Frequência: 60 HZ, Nível Ruído Interno: 42/36/28/22 DB, Tipo: Hi-Wall , Modelo: Split Inverter , Características Adicionais 1, Aletas Direcionais, Filtro De Ar Lavável , Garantia: 1 AN | Unidade                 | 4          |



### Consolidação dos preços cotados

Menor Preço

R\$ 2.095.0000

● Média

R\$ 2.248.4200

Mediana

R\$ 2.278.0000

Coefficiente de Variação: 5,18%

Desvio Padrão: 116,6366

Maior Preço: R\$ 2.377.2600

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado

Período: 3 Meses

| Nº | Inciso | Nome  | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data       | Compõe |
|----|--------|---|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1  |        | CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO DE DESENVOLVIMENTO - Compras.gov.br | 16         | Unidade | R\$ 1.900,0000 | 08/02/2024 | Não    |
| 2  |        | CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE AL - Compras.gov.br     | 6          | Unidade | R\$ 2.769,9600 | 25/01/2024 | Não    |
| 3  |        | ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br                              | 10         | Unidade | R\$ 2.095,0000 | 15/01/2024 | Sim    |
| 4  |        | ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br                       | 6          | Unidade | R\$ 1.977,4900 | 03/01/2024 | Não    |
| 5  |        | DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS - Compras.gov.br    | 1          | Unidade | R\$ 2.273,0000 | 27/12/2023 | Sim    |
| 6  |        | MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br                  | 2          | Unidade | R\$ 1.839,0000 | 21/12/2023 | Não    |
| 7  |        | DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS - Compras.gov.br    | 2          | Unidade | R\$ 1.990,0000 | 19/12/2023 | Não    |
| 8  |        | ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br                         | 6          | Unidade | R\$ 1.834,0000 | 15/12/2023 | Não    |
| 9  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                          | 20         | Unidade | R\$ 1.803,4600 | 12/12/2023 | Não    |
| 10 |        | PREFEITURA MUNICIPAL DE BELTERRA - Compras.gov.br             | 5          | Unidade | R\$ 1.800,0000 | 12/12/2023 | Não    |
| 11 |        | TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - Compras.gov.br | 50         | Unidade | R\$ 2.900,0000 | 12/12/2023 | Não    |
| 12 |        | TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - Compras.gov.br | 50         | Unidade | R\$ 2.500,0000 | 12/12/2023 | Não    |
| 13 |        | TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - Compras.gov.br | 100        | Unidade | R\$ 2.500,0000 | 12/12/2023 | Não    |
| 14 |        | TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - Compras.gov.br | 100        | Unidade | R\$ 2.500,0000 | 12/12/2023 | Não    |
| 15 |        | EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br  | 30         | Unidade | R\$ 2.489,0000 | 08/12/2023 | Não    |
| 16 |        | CONSELHO REG DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-MS - Compras.gov.br    | 1          | Unidade | R\$ 2.941,0000 | 08/12/2023 | Não    |
| 17 |        | PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - Compras.gov.br         | 2          | Unidade | R\$ 2.377,2600 | 29/11/2023 | Sim    |
| 18 |        | ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br                              | 39         | Unidade | R\$ 1.700,0000 | 27/11/2023 | Não    |
| 19 |        | FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br                   | 3          | Unidade | R\$ 1.815,0000 | 17/11/2023 | Não    |
| 20 |        | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br                           | 1          | Unidade | R\$ 2.104,5100 | 17/11/2023 | Não    |
| 21 |        | ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br                       | 7          | Unidade | R\$ 1.870,0000 | 16/11/2023 | Não    |

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 4



| Descrição do Item   | Unidade de Fornecimento | Quantidade |
|---|-------------------------|------------|
| 383866 - Máquina Fabricar Gelo Material Gabinete: Aço Inoxidável<br>Voltagem: 220 V, Capacidade De Produção: 82 KG/DIA<br>Capacidade Deposito: 25 K | Unidade                 | 2          |

**Consolidação dos preços cotados**

|                |                |                |                                    |
|----------------|----------------|----------------|------------------------------------|
| Menor Preço    | ● Média        | Mediana        | Coefficiente de Variação: 10,4189% |
| R\$ 7.950.0000 | R\$ 9.062.4333 | R\$ 8.979.0000 | Desvio Padrão: 944.2044            |
|                |                |                | Maior Preço: R\$ 10.258.3000       |

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

| Nº | Inciso | Nome   | Quantidade | Unidade | Preço unitário  | Data       | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|-----------------|------------|--------|
| 1  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                         | 1          | Unidade | R\$ 8.979.0000  | 12/12/2023 | Sim    |
| 2  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                         | 5          | Unidade | R\$ 7.950.0000  | 10/11/2023 | Sim    |
| 3  |        | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br                          | 7          | Unidade | R\$ 6.635.5700  | 14/08/2023 | Não    |
| 4  |        | INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC.DO TOCANTINS - Compras.gov.br | 4          | Unidade | R\$ 7.375.0000  | 14/06/2023 | Não    |
| 5  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                         | 25         | Unidade | R\$ 7.000.0000  | 25/05/2023 | Não    |
| 6  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                         | 7          | Unidade | R\$ 10.258.3000 | 25/05/2023 | Sim    |

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 5

| Descrição do Item  | Unidade de Fornecimento | Quantidade |
|--|-------------------------|------------|
| 611340 - Aparelho Ar Condicionado Capacidade Refrigeração:<br>18.000 BTU, Vazão Ar: 2.280 M3/H, Tensão: 220 V, Frequência:<br>60 HZ, Nível Ruído Interno: 45/43/38/32 DB, Modelo: Split<br>Inverter, Características Adicionais 1: Aletas Direcionais, Filtro De<br>Ar Lavável, Garantia: 1 AN | Unidade                 | 2          |

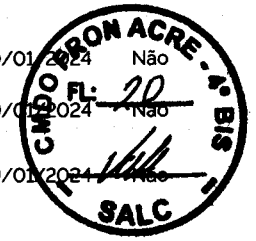
**Consolidação dos preços cotados**

|                |                |                |                                   |
|----------------|----------------|----------------|-----------------------------------|
| Menor Preço    | ● Média        | Mediana        | Coefficiente de Variação: 2,8338% |
| R\$ 3.669.1800 | R\$ 3.759.3933 | R\$ 3.700.0000 | Desvio Padrão: 106.5335           |
|                |                |                | Maior Preço: R\$ 3.909.0000       |

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado  
Período: 2 Meses

| Nº | Inciso | Nome   | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data       | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br   | 2          | Unidade | R\$ 3.127.0000 | 14/02/2024 | Não    |
| 2  |        | CONSELHO REG. DOS TECNICOS INDUSTRIAIS - SP - Compras.gov.br                                     | 5          | Unidade | R\$ 2.980.0000 | 01/02/2024 | Não    |
| 3  |        | MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br   | 7          | Unidade | R\$ 3.083.3300 | 30/01/2024 | Não    |
| 4  |        | EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br<br>MINISTERIO DA FAZENDA - Compras. | 2          | Unidade | R\$ 3.669.1800 | 30/01/2024 | Sim    |



|    |  |  |     |         |                |            |     |
|----|--|--|-----|---------|----------------|------------|-----|
| 5  |  | gov.br   | 23  | Unidade | R\$ 2.839.0000 | 30/01/2024 | Não |
| 6  |  | ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br                      | 4   | Unidade | R\$ 3.095.0000 | 09/01/2024 | Não |
| 7  |  | ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br                           | 3   | Unidade | R\$ 3.349.0000 | 09/01/2024 | Não |
| 8  |  | CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA 3ª REGIÃO-GO - Compras.gov.br | 1   | Unidade | R\$ 5.369.0000 | 05/01/2024 | Não |
| 9  |  | ESTADO DO PARA - Compras.gov.br                                | 180 | Unidade | R\$ 2.596.2800 | 04/01/2024 | Não |
| 10 |  | ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br                           | 7   | Unidade | R\$ 3.700.0000 | 02/01/2024 | Sim |
| 11 |  | PREFEITURA DE BORRAZOPOLIS PR - Compras.gov.br                 | 4   | Unidade | R\$ 3.909.0000 | 28/12/2023 | Sim |
| 12 |  | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                           | 10  | Unidade | R\$ 2.636.0000 | 28/12/2023 | Não |
| 13 |  | FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - Compras.gov.br                    | 1   | Unidade | R\$ 3.866.1000 | 28/12/2023 | Não |
| 14 |  | PREFEITURA DE RIO BRANCO - AC - Compras.gov.br                 | 8   | Unidade | R\$ 2.800.0000 | 26/12/2023 | Não |
| 15 |  | TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br       | 12  | Unidade | R\$ 3.433.3300 | 21/12/2023 | Não |
| 16 |  | PREFEITURA DE BELO JARDIM - PE - Compras.gov.br                | 3   | Unidade | R\$ 3.119.0000 | 15/12/2023 | Não |

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 6

| Descrição do item  | Unidade de Fornecimento | Quantidade |
|--|-------------------------|------------|
| 462874 - Lavadora Alta Pressão Pressão: 1800 PSI, Vazão: 300 L /H, Tensão: 110/220 V, Características Adicionais: Rodas, Gatilho Auto-Desligável, Misturador, Pistão - Tipo: Lava-Jato, Modelo: Monofásico | Unidade                 | 6          |

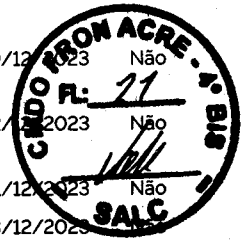
  

| Consolidação dos preços cotados |                |                |                                    |
|---------------------------------|----------------|----------------|------------------------------------|
| Menor Preço                     | ● Média        | Mediana        | Coefficiente de Variação: 10,0287% |
| R\$ 1.470.0000                  | R\$ 1.645.4833 | R\$ 1.599.9900 | Desvio Padrão: 163,0199            |
|                                 |                |                | Maior Preço: R\$ 1.866.4800        |

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado  
Período: 3 Meses

| Nº | Inciso | Nome   | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data       | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                           | 20         | Unidade | R\$ 541.0000   | 07/02/2024 | Não    |
| 2  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                           | 2          | Unidade | R\$ 540.0000   | 01/02/2024 | Não    |
| 3  |        | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br                            | 2          | Unidade | R\$ 699.0000   | 17/01/2024 | Não    |
| 4  |        | ESTADO DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br                      | 71         | Unidade | R\$ 568.0000   | 12/01/2024 | Não    |
| 5  |        | CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA 3ª REGIÃO-GO - Compras.gov.br | 1          | Unidade | R\$ 640.0000   | 05/01/2024 | Não    |
| 6  |        | COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br                        | 2          | Unidade | R\$ 580.0000   | 22/12/2023 | Não    |
| 7  |        | INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS - Compras.gov.br    | 1          | Unidade | R\$ 770.2000   | 19/12/2023 | Não    |
|    |        | INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO                              |            |         |                |            |        |



|    |  |  |    |         |                |            |     |
|----|--|--|----|---------|----------------|------------|-----|
| 8  |  | AMAZONAS - Compras.gov.br  | 1  | Unidade | R\$ 639.9000   | 19/12/2023 | Não |
| 9  |  | UNIVERSIDADE FED.VALES<br>JEQUITINHONHA E MUCURI -<br>Compras.gov.br | 5  | Unidade | R\$ 692.3000   | 12/12/2023 | Não |
| 10 |  | ESTADO DA PARAIBA - Compras.gov.br                                   | 3  | Unidade | R\$ 554.0000   | 11/12/2023 | Não |
| 11 |  | ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br                                    | 5  | Unidade | R\$ 421.4800   | 08/12/2023 | Não |
| 12 |  | PREFEITURA DE ARIQUEMES -<br>Compras.gov.br                          | 80 | Unidade | R\$ 589.0000   | 08/12/2023 | Não |
| 13 |  | COMANDO DA MARINHA - Compras.<br>gov.br                              | 4  | Unidade | R\$ 535.4500   | 07/12/2023 | Não |
| 14 |  | COMANDO DO EXERCITO - Compras.<br>gov.br                             | 2  | Unidade | R\$ 528.1900   | 30/11/2023 | Não |
| 15 |  | COMANDO DO EXERCITO - Compras.<br>gov.br                             | 20 | Unidade | R\$ 590.0000   | 30/11/2023 | Não |
| 16 |  | COMANDO DO EXERCITO - Compras.<br>gov.br                             | 73 | Unidade | R\$ 590.0000   | 30/11/2023 | Não |
| 17 |  | UNIVERSIDADE FEDERAL DE<br>ALAGOAS - Compras.gov.br                  | 36 | Unidade | R\$ 1.599.9900 | 29/11/2023 | Sim |
| 18 |  | COMANDO DA MARINHA - Compras.<br>gov.br                              | 1  | Unidade | R\$ 1.866.4600 | 28/11/2023 | Sim |
| 19 |  | UNIVERSIDADE FEDERAL DE<br>ALAGOAS - Compras.gov.br                  | 2  | Unidade | R\$ 565.9200   | 27/11/2023 | Não |
| 20 |  | MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.<br>br                             | 5  | Unidade | R\$ 1.470.0000 | 23/11/2023 | Sim |
| 21 |  | DEPARTAMENTO DE POLICIA<br>FEDERAL - Compras.gov.br                  | 1  | Unidade | R\$ 793.0000   | 17/11/2023 | Não |

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

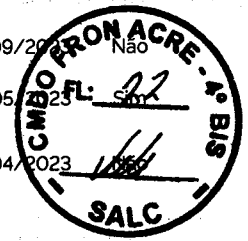
Item: 7

| Descrição do Item   | Unidade de Fornecimento | Quantidade     |
|---|-------------------------|----------------|
| 319454 - Liquidificador Industrial Material Copo: Aço Inoxidável, Material Base: Alumínio, Largura: 450 MM, Altura: 1.215 MM, Peso: 20.40 KG, Capacidade: 25 L, Potência Motor: 15 CV, Tensão Nominal: 110/220 V, Aplicação: Indústria Alimentícia, Material Hélice: Aço Inoxidável, Profundidade: 575 MM, Material Tampa: Aço Inoxidável | Unidade                 | 4              |
| <b>Consolidação dos preços cotados</b>  |                         |                |
| Menor Preço   | ● Média                 | Mediana        |
| R\$ 1.747.9900  | R\$ 1.770.4633          | R\$ 1.763.4000 |
| Coeficiente de Variação: 1.2320%<br>Desvio Padrão: 21.0125<br>Maior Preço: R\$ 1.800.0000   |                         |                |
| Método de cálculo adotado: Média  |                         |                |

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

| Nº | Inciso | Nome  | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data       | Compõe |
|----|--------|---|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.<br>gov.br                          | 2          | Unidade | R\$ 1.747.9900 | 09/02/2024 | Sim    |
| 2  |        | INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO<br>NORTE DE MG - Compras.gov.br | 8          | Unidade | R\$ 1.763.4000 | 24/01/2024 | Sim    |
| 3  |        | ESTADO DE TOCANTINS - Compras.<br>gov.br                          | 13         | Unidade | R\$ 1.600.0000 | 06/11/2023 | Não    |
| 4  |        | ESTADO DE TOCANTINS - Compras.<br>gov.br                          | 587        | Unidade | R\$ 1.600.0000 | 06/11/2023 | Não    |
| 5  |        | INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO<br>PARA - Compras.gov.br        | 3          | Unidade | R\$ 1.550.0000 | 01/11/2023 | Não    |
|    |        | COMANDO DA MARINHA - Compras.                                     |            |         |                |            |        |

|   |  |   |    |         |                |            |     |
|---|--|---|----|---------|----------------|------------|-----|
| 6 |  | gov.br                                    | 5  | Unidade | R\$ 1.590.0000 | 27/09/2023 | Não |
| 7 |  | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br      | 13 | Unidade | R\$ 1.800.0000 | 10/05/2023 |     |
| 8 |  | PREFEITURA DE TURVO - PR - Compras.gov.br | 2  | Unidade | R\$ 1.622.1000 | 14/04/2023 |     |



Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 8

| Descrição do item  | Unidade de Fornecimento | Quantidade |
|--|-------------------------|------------|
| 477008 - Mesa Material, Estrutura: Aço Inoxidável, Material Tampo: Dupla Chapa 304, Comprimento: 2,00 M, Largura: 100 CM, Altura: 90 CM, Características Adicionais: Acabamento Sanitário E Própria Para Utilização Em , Padrão Acabamento: Polido | Unidade                 | 8          |

| Consolidação dos preços cotados |                |                |                                    |
|---------------------------------|----------------|----------------|------------------------------------|
| Menor Preço                     | ● Média        | Mediana        | Coefficiente de Variação: 20,5306% |
| R\$ 2.392.0000                  | R\$ 3.340.6667 | R\$ 3.640.0000 | Desvio Padrão: 685,8578            |
|                                 |                |                | Maior Preço: R\$ 3.990.0000        |

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

| Nº | Inciso | Nome   | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data       | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1  |        | UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - Compras.gov.br | 15         | Unidade | R\$ 3.990.0000 | 05/12/2023 | Sim    |
| 2  |        | UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - Compras.gov.br | 15         | Unidade | R\$ 3.640.0000 | 05/12/2023 | Sim    |
| 3  |        | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SERGIPE - Compras.gov.br     | 32         | Unidade | R\$ 2.392.0000 | 12/09/2023 | Sim    |
| 4  |        | ESTADO DO AMAZONAS - Compras.gov.br                            | 1          | Unidade | R\$ 1.200.0000 | 27/04/2023 | Não    |

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 9

| Descrição do item  | Unidade de Fornecimento | Quantidade |
|--|-------------------------|------------|
| 272877 - Freezer Tipo: Horizontal, Capacidade: 546 L, Altura: 94,40 CM, Largura: 166,50 CM, Profundidade: 69 CM, Quantidade Tampas: 2 UN, Sistema Degelo: Manual, Cor: Branca, Tensão Alimentação: 110/220V, Características Adicionais: Dreno Frontal | Unidade                 | 16         |

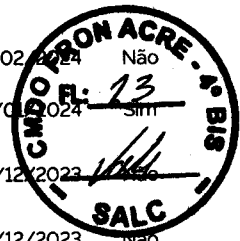
  

| Consolidação dos preços cotados |                |                |                                   |
|---------------------------------|----------------|----------------|-----------------------------------|
| Menor Preço                     | ● Média        | Mediana        | Coefficiente de Variação: 2,9914% |
| R\$ 3.600.0000                  | R\$ 3.698.4667 | R\$ 3.642.4000 | Desvio Padrão: 110,6341           |
|                                 |                |                | Maior Preço: R\$ 3.853.0000       |

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado  
Período: 3 Meses

| Nº | Inciso | Nome   | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data       | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1  |        | ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br<br>INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA | 1          | Unidade | R\$ 3.723.2500 | 07/02/2024 | Não    |



|    |  |  |     |         |                |            |     |
|----|--|--|-----|---------|----------------|------------|-----|
| 2  |  | BIODIVERSIDADE - Compras.gov.br                                | 2   | Unidade | R\$ 3.390,1900 | 01/02/2024 | Não |
| 3  |  | ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br                        | 6   | Unidade | R\$ 3.642,4000 | 19/02/2024 | Sim |
| 4  |  | COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br | 20  | Unidade | R\$ 3.402,9000 | 29/12/2023 | Não |
| 5  |  | COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br | 180 | Unidade | R\$ 3.245,5800 | 29/12/2023 | Não |
| 6  |  | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.S. PERNAMBUCANO - Compras.gov.br | 2   | Unidade | R\$ 3.999,4300 | 26/12/2023 | Não |
| 7  |  | COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br | 3   | Unidade | R\$ 3.159,1200 | 20/12/2023 | Não |
| 8  |  | COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br | 27  | Unidade | R\$ 3.159,1200 | 20/12/2023 | Não |
| 9  |  | COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br | 16  | Unidade | R\$ 3.853,0000 | 20/12/2023 | Não |
| 10 |  | COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br | 144 | Unidade | R\$ 3.853,0000 | 20/12/2023 | Não |
| 11 |  | COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br | 5   | Unidade | R\$ 3.600,0000 | 20/12/2023 | Sim |
| 12 |  | COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br | 45  | Unidade | R\$ 3.599,0000 | 20/12/2023 | Não |
| 13 |  | COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br | 5   | Unidade | R\$ 3.853,0000 | 20/12/2023 | Sim |
| 14 |  | COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br | 45  | Unidade | R\$ 3.400,0000 | 20/12/2023 | Não |
| 15 |  | ESTADO DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br                          | 3   | Unidade | R\$ 3.600,0000 | 29/11/2023 | Não |

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 10

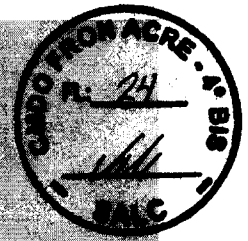
| Descrição do Item   | Unidade de Fornecimento   | Quantidade                |
|---|---------------------------|---------------------------|
| 454433 - Balança Eletrônica Capacidade Pesagem: 300 KG, Voltagem: 110/220 V, Características Adicionais: Plataforma Em Aço Carbono, Prato Removível, Tipo: Digital, Número Dígitos: 6, Dimensões: 60 X 60 C | Unidade                   | 4                         |
| <b>Consolidação dos preços cotados</b>  |                           |                           |
| Menor Preço<br>R\$ 1.433.0000   | ● Média<br>R\$ 1.547.6667 | Mediana<br>R\$ 1.530.0000 |
| Coeficiente de Variação: 6,5653%<br>Desvio Padrão: 101,6082<br>Maior Preço: R\$ 1.680.0000  |                           |                           |
| Método de cálculo adotado: Média  |                           |                           |

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses  
Estado: AC

| Nº | Inciso | Nome  | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data       | Compõe |
|----|--------|---|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                  | 1          | Unidade | R\$ 1.680.0000 | 09/02/2024 | Sim    |
| 2  |        | PREFEITURA DE PLACIDO DE CASTRO - AC - Compras.gov.br | 3          | Unidade | R\$ 1.530.0000 | 21/11/2023 | Sim    |
| 3  |        | PREFEITURA DE PLACIDO DE CASTRO - AC - Compras.gov.br | 3          | Unidade | R\$ 1.433.0000 | 30/08/2023 | Sim    |

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

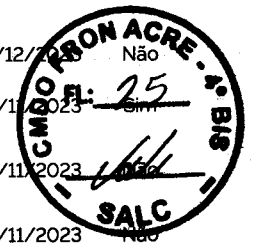
Item: 11



| Descrição do Item  | Unidade de Fornecimento | Quantidade     |
|--|-------------------------|----------------|
| 600610 - Fogão Industrial Material: Aço Carbono, Funcionamento: Gás, Tipo Acendimento: Manual, Comprimento: 140 CM, Largura: 83 CM, Altura: 80 CM, Tipo Uso: Cozinhar E Assar Alimentos, Quantidade Bocas: 6 UN, Aplicação: Cozinhar E Assar Alimentos | Unidade                 | 6              |
| <b>Consolidação dos preços cotados</b>   |                         |                |
| Menor Preço  | Média                   | Mediana        |
| R\$ 3.719,1400   | R\$ 3.923,0467          | R\$ 3.850,0000 |
| Coeficiente de Variação: 5,1743%   |                         |                |
| Desvio Padrão: 202,9917  |                         |                |
| Maior Preço: R\$ 4.200,0000  |                         |                |
| Método de cálculo adotado: Média   |                         |                |

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

| Nº | Inciso | Nome  | Quantidade | Unidade | Preço unitário  | Data       | Compõe |
|----|--------|---|------------|---------|-----------------|------------|--------|
| 1  |        | ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br              | 20         | Unidade | R\$ 1.469,5000  | 07/02/2024 | Não    |
| 2  |        | ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - Compras.gov.br              | 100        | Unidade | R\$ 1.691,1700  | 07/02/2024 | Não    |
| 3  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                        | 13         | Unidade | R\$ 1.835,0000  | 07/02/2024 | Não    |
| 4  |        | PREFEITURA DE MARIOPOLIS - PR - Compras.gov.br              | 5          | Unidade | R\$ 1.529,9900  | 30/01/2024 | Não    |
| 5  |        | ESTADO DO PARA - Compras.gov.br                             | 6          | Unidade | R\$ 1.490,0000  | 18/01/2024 | Não    |
| 6  |        | UNIVERSIDADE TECNOLOGICA FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br | 1          | Unidade | R\$ 1.163,2500  | 09/01/2024 | Não    |
| 7  |        | ESTADO DO PARA - Compras.gov.br                             | 103        | Unidade | R\$ 1.957,1800  | 04/01/2024 | Não    |
| 8  |        | PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Compras.gov.br    | 1          | Unidade | R\$ 34.800,0000 | 29/12/2023 | Não    |
| 9  |        | ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br                             | 4          | Unidade | R\$ 1.700,0000  | 29/12/2023 | Não    |
| 10 |        | JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br                        | 1          | Unidade | R\$ 3.719,1400  | 21/12/2023 | Sim    |
| 11 |        | JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br                            | 1          | Unidade | R\$ 1.400,4000  | 21/12/2023 | Não    |
| 12 |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                        | 8          | Unidade | R\$ 8.996,7000  | 21/12/2023 | Não    |
| 13 |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                        | 3          | Unidade | R\$ 20.999,9000 | 21/12/2023 | Não    |
| 14 |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                        | 12         | Unidade | R\$ 1.414,0000  | 21/12/2023 | Não    |
| 15 |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                        | 12         | Unidade | R\$ 953,6000    | 21/12/2023 | Não    |
| 16 |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                        | 17         | Unidade | R\$ 1.719,0000  | 21/12/2023 | Não    |
| 17 |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                        | 49         | Unidade | R\$ 20.999,9000 | 21/12/2023 | Não    |
| 18 |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                        | 35         | Unidade | R\$ 1.413,0000  | 21/12/2023 | Não    |
| 19 |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                        | 34         | Unidade | R\$ 928,0000    | 21/12/2023 | Não    |
| 20 |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                        | 48         | Unidade | R\$ 1.714,2000  | 21/12/2023 | Não    |
| 21 |        | ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br                     | 1          | Unidade | R\$ 1.353,0000  | 08/12/2023 | Não    |
| 22 |        | ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br                   | 1          | Unidade | R\$ 1.693,0000  | 06/12/2023 | Não    |
| 23 |        | ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br                            | 14         | Unidade | R\$ 2.799,3600  | 04/12/2023 | Não    |
|    |        | PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DE                               |            |         |                 |            |        |



|    |  |  |    |         |                |            |     |
|----|--|--|----|---------|----------------|------------|-----|
| 24 |  | CULTURA - Compras.gov.br                                   | 1  | Unidade | R\$ 1.679,0000 | 01/12/2023 | Não |
| 25 |  | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE ALAGOAS - Compras.gov.br | 2  | Unidade | R\$ 3.850,0000 | 29/11/2023 | Sim |
| 26 |  | UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - Compras.gov.br           | 2  | Unidade | R\$ 1.199,0000 | 29/11/2023 | Não |
| 27 |  | ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br                  | 10 | Unidade | R\$ 2.665,0000 | 28/11/2023 | Não |
| 28 |  | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br                        | 31 | Unidade | R\$ 1.300,4100 | 16/11/2023 | Não |
| 29 |  | ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br                    | 7  | Unidade | R\$ 1.399,9000 | 16/11/2023 | Não |
| 30 |  | ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br                       | 5  | Unidade | R\$ 2.447,4800 | 15/11/2023 | Não |
| 31 |  | ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br                       | 15 | Unidade | R\$ 2.425,5900 | 15/11/2023 | Não |
| 32 |  | ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br                  | 1  | Unidade | R\$ 2.133,4500 | 09/11/2023 | Não |
| 33 |  | ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br                  | 16 | Unidade | R\$ 1.405,8800 | 08/11/2023 | Não |
| 34 |  | ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br                  | 16 | Unidade | R\$ 1.406,2500 | 08/11/2023 | Não |
| 35 |  | PREFEITURA DE FRANCISCO BELTRAO - PR - Compras.gov.br      | 3  | Unidade | R\$ 1.560,0000 | 08/11/2023 | Não |
| 36 |  | ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br                           | 10 | Unidade | R\$ 2.120,0000 | 30/10/2023 | Não |
| 37 |  | PREFEITURA DE SANTA MARIA/RS - Compras.gov.br              | 16 | Unidade | R\$ 2.193,7600 | 26/10/2023 | Não |
| 38 |  | PREFEITURA DE GOIOXIM - PR - Compras.gov.br                | 1  | Unidade | R\$ 4.200,0000 | 23/10/2023 | Sim |
| 39 |  | ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br                           | 10 | Unidade | R\$ 1.232,5000 | 05/10/2023 | Não |
| 40 |  | TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br     | 10 | Unidade | R\$ 1.010,0000 | 05/10/2023 | Não |
| 41 |  | ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br                           | 1  | Unidade | R\$ 1.500,0000 | 27/09/2023 | Não |
| 42 |  | ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br                           | 3  | Unidade | R\$ 1.470,0000 | 27/09/2023 | Não |
| 43 |  | ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br                  | 3  | Unidade | R\$ 1.710,1000 | 25/09/2023 | Não |
| 44 |  | PREFEITURA DE SAO JOAO - PR - Compras.gov.br               | 1  | Unidade | R\$ 2.462,7900 | 18/09/2023 | Não |
| 45 |  | PREFEITURA DE ARAUCÁRIA - PR - Compras.gov.br              | 38 | Unidade | R\$ 1.441,7900 | 15/09/2023 | Não |

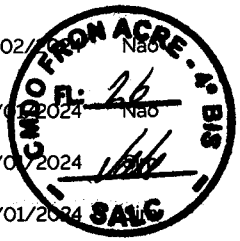
Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 12

| Descrição do Item   | Unidade de Fornecimento | Quantidade     |
|---|-------------------------|----------------|
| 611720 - Bebedouro Água Tipo: Industrial . Voltagem: 127/220 V. Material Gabinete: Aço Inoxidável . Capacidade Água: 200 L. Material Corpo: Aço Inoxidável. | Unidade                 | 2              |
| <b>Consolidação dos preços cotados</b>  |                         |                |
| Menor Preço   | ● Média                 | Mediana        |
| R\$ 2.795,0000  | R\$ 3.250,8333          | R\$ 2.857,5000 |
| Coeficiente de Variação: 18,4874%   |                         |                |
| Desvio Padrão: 600,9934   |                         |                |
| Maior Preço: R\$ 4.100,0000   |                         |                |
| Método de cálculo adotado: Média  |                         |                |

Filtro Aplicado  
Período: 2 Meses

| Nº | Inciso | Nome | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data | Compõe |
|----|--------|------|------------|---------|----------------|------|--------|
|----|--------|------|------------|---------|----------------|------|--------|



|   |  |   |    |         |                |            |     |
|---|--|---|----|---------|----------------|------------|-----|
| 1 |  | PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br | 3  | Unidade | R\$ 2.733,3300 | 05/02/2024 | Não |
| 2 |  | JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br                  | 1  | Unidade | R\$ 2.599,9900 | 31/01/2024 | Não |
| 3 |  | ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br                | 20 | Unidade | R\$ 2.857,5000 | 22/01/2024 |     |
| 4 |  | ESTADO DO PARA - Compras.gov.br                   | 6  | Unidade | R\$ 2.795,0000 | 18/01/2024 |     |
| 5 |  | ESTADO DO ACRE - Compras.gov.br                   | 15 | Unidade | R\$ 1.833,8400 | 29/12/2023 | Não |
| 6 |  | PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO - Compras.gov.br     | 3  | Unidade | R\$ 2.394,7000 | 28/12/2023 | Não |
| 7 |  | PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO - Compras.gov.br     | 2  | Unidade | R\$ 2.394,7000 | 28/12/2023 | Não |
| 8 |  | COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br           | 15 | Unidade | R\$ 4.100,0000 | 27/12/2023 | Sim |

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

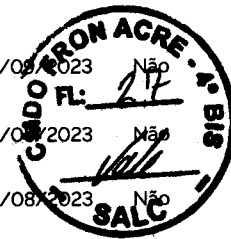
Item: 13

| Descrição do Item  | Unidade de Fornecimento | Quantidade      |
|--|-------------------------|-----------------|
| 308631 - Forno Elétrico Aplicação: Industrial / Voltagem: 110/220 V, Capacidade: 750 Pães / Hora , Características Adicionais: 10 Esteiras, Visor De Vidro E Fecho Reforçado, Cor- Material Externo: Frente E Porta Em Aço Inoxidável Escovado | Unidade                 | 2               |
| <b>Consolidação dos preços cotados</b>   |                         |                 |
| Menor Preço  | Média                   | Mediana         |
| R\$ 9.850,0000   | R\$ 10.071,2333         | R\$ 10.103,7000 |
| Coeficiente de Variação: 1,6775%   |                         |                 |
| Desvio Padrão: 168,9488  |                         |                 |
| Maior Preço: R\$ 10.260,0000   |                         |                 |
| Método de cálculo adotado: Média   |                         |                 |

Filtro Aplicado  
Período: 10 Meses

| Nº | Inciso | Nome   | Quantidade | Unidade | Preço unitário   | Data       | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|------------------|------------|--------|
| 1  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br               | 1          | Unidade | R\$ 10.260,0000  | 09/02/2024 | Sim    |
| 2  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br               | 7          | Unidade | R\$ 8.970,0000   | 09/02/2024 | Não    |
| 3  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br               | 17         | Unidade | R\$ 9.498,6700   | 07/02/2024 | Não    |
| 4  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br               | 2          | Unidade | R\$ 9.400,0000   | 18/01/2024 | Não    |
| 5  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br               | 3          | Unidade | R\$ 9.495,0000   | 21/12/2023 | Não    |
| 6  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br               | 1          | Unidade | R\$ 8.761,3000   | 06/12/2023 | Não    |
| 7  |        | PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br | 2          | Unidade | R\$ 7.208,9600   | 04/12/2023 | Não    |
| 8  |        | PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - Compras.gov.br | 8          | Unidade | R\$ 6.365,0000   | 04/12/2023 | Não    |
| 9  |        | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br                | 1          | Unidade | R\$ 194.184,0000 | 16/11/2023 | Não    |
| 10 |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br               | 7          | Unidade | R\$ 9.380,0000   | 10/11/2023 | Não    |
| 11 |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br               | 4          | Unidade | R\$ 9.100,0000   | 03/11/2023 | Não    |
| 12 |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br               | 2          | Unidade | R\$ 8.250,9000   | 16/10/2023 | Não    |
| 13 |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br               | 6          | Unidade | R\$ 8.250,9000   | 16/10/2023 | Não    |

|    |                                      |    |         |                 |            |     |
|----|--------------------------------------|----|---------|-----------------|------------|-----|
| 14 | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br  | 1  | Unidade | R\$ 22.448.8000 | 28/09/2023 | Não |
| 15 | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br | 2  | Unidade | R\$ 9.000,0000  | 16/09/2023 | Não |
| 16 | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br | 6  | Unidade | R\$ 9.000,0000  | 16/08/2023 | Não |
| 17 | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br | 4  | Unidade | R\$ 9.850,0000  | 10/08/2023 | Sim |
| 18 | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br | 1  | Unidade | R\$ 999,0000    | 04/07/2023 | Não |
| 19 | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br | 7  | Unidade | R\$ 9.288,0000  | 03/07/2023 | Não |
| 20 | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br | 5  | Unidade | R\$ 8.255,5000  | 01/06/2023 | Não |
| 21 | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br | 7  | Unidade | R\$ 9.780,0000  | 25/05/2023 | Não |
| 22 | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br | 21 | Unidade | R\$ 9.780,0000  | 25/05/2023 | Não |
| 23 | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br | 5  | Unidade | R\$ 10.103,7000 | 23/05/2023 | Sim |



Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

### Item: 14

| Descrição do Item   | Unidade de Fornecimento | Quantidade     |
|---|-------------------------|----------------|
| 451437 - Moedor De Carne Industrial Material: Aço Inoxidável, Material Bandeja: Aço Inoxidável, Características Adicionais: 220 Volts, Boca 22, Capacidade Moagem: 300 KG/H, Potência Motor: 1,25 H | Unidade                 | 2              |
| <b>Consolidação dos preços cotados</b>  |                         |                |
| Menor Preço   | ● Média                 | Mediana        |
| R\$ 3.389,9900  | R\$ 4.137,5133          | R\$ 3.903,5500 |
| Método de cálculo adotado: Média  |                         |                |
| Coeficiente de Variação: 17,5224%   |                         |                |
| Desvio Padrão: 724,9933   |                         |                |
| Maior Preço: R\$ 5.119,0000   |                         |                |

Filtro Aplicado

Período: 2 Meses

| Nº | Inciso | Nome   | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data       | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                           | 1          | Unidade | R\$ 3.389,9900 | 09/02/2024 | Sim    |
| 2  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                           | 14         | Unidade | R\$ 5.119,0000 | 07/02/2024 | Sim    |
| 3  |        | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MAT.G.DO SUL - Compras.gov.br | 1          | Unidade | R\$ 3.903,5500 | 01/02/2024 | Sim    |

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

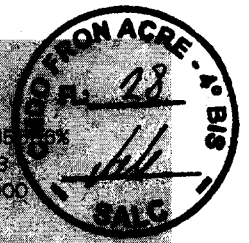
### Item: 15

| Descrição do Item   | Unidade de Fornecimento | Quantidade |
|---|-------------------------|------------|
| 609290 - Misturador / Amassadeira Material: Ferro Fundido Nodular, Capacidade: 25 Kg L, Tipo Motor: 1 Cv, Velocidade: 50 Rpm, Funcionamento: Elétrico, Características Adicionais: Pés Fixas Com Acabamento Em Estanho, Montadas Em M | Unidade                 | 2          |

**Consolidação dos preços cotados**

Menor Preço: R\$ 4.986,1500      Média: R\$ 7.329,6167      Mediana: R\$ 6.043,0000      Coeficiente de Variação: 35,550%  
 Desvio Padrão: 2.602,8663      Maior Preço: R\$ 10.959,7000

Método de cálculo adotado: Média



Filtro Aplicado  
 Período: 12 Meses

| Nº | Inciso | Nome   | Quantidade | Unidade | Preço unitário  | Data       | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|-----------------|------------|--------|
| 1  |        | COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br | 1          | Unidade | R\$ 4.986,1500  | 30/12/2023 | Sim    |
| 2  |        | INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - Compras.gov.br | 1          | Unidade | R\$ 6.043,0000  | 13/11/2023 | Sim    |
| 3  |        | CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT. E TECNOLÓGICO - Compras.gov.br | 1          | Unidade | R\$ 10.959,7000 | 01/11/2023 | Sim    |

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 16

**Descrição do Item**      **Unidade de Fornecimento**      **Quantidade**

451476 - Armadilha Animal Tipo: Luminosa - Componentes: Cone De Cobertura E Captura, Fotocélula, Haeltas, Material Poliestireno - Características Adicionais: 220 V, Reator, Lâmpada Fluorescente

Unidade

8

**Consolidação dos preços cotados**

Menor Preço: R\$ 522,5000      Média: R\$ 586,7900      Mediana: R\$ 573,2100      Coeficiente de Variação: 10,0250%  
 Desvio Padrão: 58,8258      Maior Preço: R\$ 664,6600

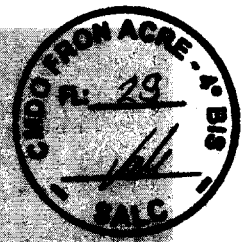
Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado  
 Período: 12 Meses

| Nº | Inciso | Nome   | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data       | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1  |        | ESTADO DA BAHIA - Compras.gov.br                     | 3          | Unidade | R\$ 664,6600   | 01/02/2024 | Sim    |
| 2  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                 | 17         | Unidade | R\$ 863,2000   | 20/02/2024 | Não    |
| 3  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                 | 2          | Unidade | R\$ 1326,1000  | 01/11/2023 | Não    |
| 4  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                 | 31         | Unidade | R\$ 1125,9000  | 16/08/2023 | Não    |
| 5  |        | UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br | 2          | Unidade | R\$ 522,5000   | 06/07/2023 | Sim    |
| 6  |        | ESTADO DO CEARA - Compras.gov.br                     | 9          | Unidade | R\$ 726,7300   | 09/06/2023 | Não    |
| 7  |        | ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br              | 2          | Unidade | R\$ 830,1700   | 02/05/2023 | Não    |
| 8  |        | ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br              | 2          | Unidade | R\$ 573,2100   | 02/05/2023 | Sim    |
| 9  |        | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br                  | 6          | Unidade | R\$ 288,9900   | 20/04/2023 | Não    |

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 17



| Descrição do Item | Unidade de Fornecimento | Quantidade |
|-------------------|-------------------------|------------|
|-------------------|-------------------------|------------|

609344 - Modeladora Massa Panificação Potência Motor: 1/2 CV, CV, Tensão Alimentação: 110 Ou Bivolt, V. Características Adicionais: Estrutura Em Aço Carbono Com Pintura Branca Em E

Unidade

2

### Consolidação dos preços cotados

|                |                |                |                                    |
|----------------|----------------|----------------|------------------------------------|
| Menor Preço    | ● Média        | Mediana        | Coefficiente de Variação: 19,2476% |
| R\$ 4.139,4000 | R\$ 4.937,4700 | R\$ 4.400,0000 | Desvio Padrão: 950,3432            |
|                |                |                | Maior Preço: R\$ 6.273,0100        |

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

| Nº | Inciso | Nome   | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data       | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1  |        | COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO - Compras.gov.br | 1          | Unidade | R\$ 6.273,0100 | 30/12/2023 | Sim    |
| 2  |        | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ - Compras.gov.br        | 1          | Unidade | R\$ 4.139,4000 | 08/12/2023 | Sim    |
| 3  |        | INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANÁ - Compras.gov.br  | 1          | Unidade | R\$ 4.400,0000 | 09/11/2023 | Sim    |

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 18

| Descrição do Item | Unidade de Fornecimento | Quantidade |
|-------------------|-------------------------|------------|
|-------------------|-------------------------|------------|

486778 - Carrinho Distribuição Material Bandeja: Chapa Aço 18, Material Estrutura: Chapa Aço 18, Tipo: 2 Bandejas, Tipo Rodízio: 2 Fixos E 2 Giratórios, Aplicação: Transporte De Processos, Comprimento: 72 CM, Largura: 50 CM, Altura: 102 CM, Características Adicionais: 02 Alças Laterais, Capacidade Mínima 200 Kg, Acabamento Superficial: Galvanizado Com Pintura Epoxi

Unidade

2

### Consolidação dos preços cotados

|              |                |                |                                    |
|--------------|----------------|----------------|------------------------------------|
| Menor Preço  | ● Média        | Mediana        | Coefficiente de Variação: 57,7878% |
| R\$ 801,2500 | R\$ 1.602,3500 | R\$ 1.105,8000 | Desvio Padrão: 925,9623            |
|              |                |                | Maior Preço: R\$ 2.900,0000        |

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

| Nº | Inciso | Nome                                 | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data       | Compõe |
|----|--------|--------------------------------------|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1  |        | JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br     | 4          | Unidade | R\$ 801,2500   | 12/12/2023 | Sim    |
| 2  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br | 5          | Unidade | R\$ 1.105,8000 | 29/09/2023 | Sim    |
| 3  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br | 3          | Unidade | R\$ 2.900,0000 | 25/04/2023 | Sim    |

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 19

**Descrição do Item**

601645 - Exaustor Material: Aço Carbono - Potência Motor: 1 CV, Tipo Motor Trifásico, Tensão: 220 V, Vazão: 4.000 M3/H, Tipo: Axial, Frequência: 60 H

**Unidade de Fornecimento**    **Quantidade**

Unidade    4

**Consolidação dos preços cotados**

Menor Preço    ● Média    Mediana    Coeficiente de Variação: 36,8301%  
R\$ 1.044,4500    R\$ 2.179,8167    R\$ 2.745,0000    Desvio Padrão: 802,8281  
Maior Preço: R\$ 2.750,0000

**Método de cálculo adotado:** MédiaFiltro Aplicado  
Período: 12 Meses

| Nº | Inciso | Nome   | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data       | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1  |        | UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO - Compras.gov.br        | 2          | Unidade | R\$ 2.745,0000 | 21/12/2023 | Sim    |
| 2  |        | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA - Compras.gov.br                | 2          | Unidade | R\$ 2.750,0000 | 01/09/2023 | Sim    |
| 3  |        | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA - Compras.gov.br | 8          | Unidade | R\$ 1.044,4500 | 23/08/2023 | Sim    |
| 4  |        | PREFEITURA DE NOVA PRATA DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br       | 2          | Unidade | R\$ 365,0000   | 04/05/2023 | Não    |
| 5  |        | PREFEITURA DE ARIQUEMES - Compras.gov.br                       | 8          | Unidade | R\$ 364,3000   | 14/03/2023 | Não    |

**Legenda:** ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 20

**Descrição do Item**

394823 - Cafeteira Elétrica Material: Aço Inoxidável - Aplicação: Industrial - Capacidade: 20 L - Voltagem: 110/127 V - Características Adicionais: Com Visor De Nível De Água Quente, Termostato, Tor, Potência: 3.000

**Unidade de Fornecimento**    **Quantidade**

Unidade    2

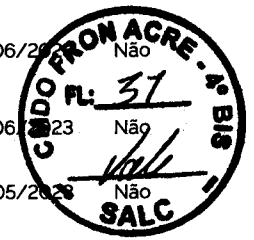
**Consolidação dos preços cotados**

Menor Preço    ● Média    Mediana    Coeficiente de Variação: 8,9168%  
R\$ 2.089,9900    R\$ 2.311,3333    R\$ 2.257,7800    Desvio Padrão: 206,0979  
Maior Preço: R\$ 2.586,2300

**Método de cálculo adotado:** MédiaFiltro Aplicado  
Período: 12 Meses

| Nº | Inciso | Nome   | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data       | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                           | 8          | Unidade | R\$ 2.089,9900 | 04/01/2024 | Sim    |
| 2  |        | PMSP- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - Compras.gov.br         | 66         | Unidade | R\$ 174,3100   | 05/12/2023 | Não    |
| 3  |        | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br                            | 1          | Unidade | R\$ 469,8500   | 17/11/2023 | Não    |
| 4  |        | INST.FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE - Compras.gov.br | 2          | Unidade | R\$ 2.586,2300 | 13/11/2023 | Sim    |
| 5  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                           | 2          | Unidade | R\$ 2.100,0000 | 31/08/2023 | Não    |
| 6  |        | ESTADO DE TOCANTINS - Compras.gov.br                           | 15         | Unidade | R\$ 2.257,7800 | 18/07/2023 | Sim    |

|    |  |   |    |         |                |            |     |
|----|--|---|----|---------|----------------|------------|-----|
| 7  |  | PREFEITURA DE MARINGA - PR - Compras.gov.br | 27 | Unidade | R\$ 1988,6500  | 16/06/2023 | Não |
| 8  |  | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br         | 4  | Unidade | R\$ 1899,0000  | 06/06/2023 | Não |
| 9  |  | ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br     | 5  | Unidade | R\$ 1970,0000  | 25/05/2023 | Não |
| 10 |  | COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br     | 17 | Unidade | R\$ 1.676,0000 | 28/03/2023 | Não |



Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 21

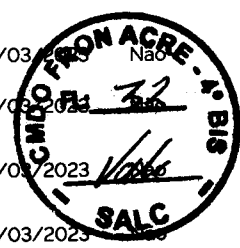
| Descrição do Item  | Unidade de Fornecimento | Quantidade     |
|--|-------------------------|----------------|
| 484396 - Forno Industrial Tipo: Elétrico. Material: Chapa Aço Inoxidável. Tensão Alimentação: 110 V. Comprimento: 950 MM. Largura: 650 MM. Altura: 480 MM. Consumo: 2.500 W. Capacidade: 100 L. Faixa Temperatura: 0 A 300 °C. Componentes: Com Cavalete Estrutura Pintada. Aplicação: Cozinha | Unidade                 | 2              |
| <b>Consolidação dos preços cotados</b>   |                         |                |
| Menor Preço  | ● Média                 | Mediana        |
| R\$ 2.300,0000   | R\$ 2.830,1533          | R\$ 2.490,4600 |
| Coeficiente de Variação: 21,9059%  |                         |                |
| Desvio Padrão: 619,9697  |                         |                |
| Maior Preço: R\$ 3.700,0000  |                         |                |
| Método de cálculo adotado: Média   |                         |                |

Filtro Aplicado

Período: 12 Meses

| Nº | Inciso | Nome   | Quantidade | Unidade | Preço unitário  | Data       | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|-----------------|------------|--------|
| 1  |        | ESTADO DE RORAIMA - Compras.gov.br                             | 5          | Unidade | R\$ 1600,0000   | 22/01/2024 | Não    |
| 2  |        | PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO - Compras.gov.br                  | 70         | Unidade | R\$ 11.576,0000 | 12/01/2024 | Não    |
| 3  |        | COLEGIO PEDRO II - Compras.gov.br                              | 1          | Unidade | R\$ 15.788,5000 | 12/12/2023 | Não    |
| 4  |        | UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br           | 3          | Unidade | R\$ 1.617,0000  | 23/11/2023 | Não    |
| 5  |        | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br                            | 4          | Unidade | R\$ 92.360,8000 | 25/10/2023 | Não    |
| 6  |        | INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHÃO - Compras.gov.br   | 2          | Unidade | R\$ 4.150,0000  | 28/09/2023 | Não    |
| 7  |        | ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br                        | 19         | Unidade | R\$ 1.984,4700  | 26/09/2023 | Não    |
| 8  |        | ESTADO DO PARANA - Compras.gov.br                              | 1          | Unidade | R\$ 47.770,0000 | 24/08/2023 | Não    |
| 9  |        | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br                            | 1          | Unidade | R\$ 75.890,0000 | 16/08/2023 | Não    |
| 10 |        | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO MAT.G.DO SUL - Compras.gov.br | 2          | Unidade | R\$ 2.490,4600  | 21/06/2023 | Sim    |
| 11 |        | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br                            | 9          | Unidade | R\$ 90.000,0000 | 20/06/2023 | Não    |
| 12 |        | PREFEITURA DE MARINGA - PR - Compras.gov.br                    | 6          | Unidade | R\$ 11.000,0000 | 16/06/2023 | Não    |
| 13 |        | PREFEITURA DE MARINGA - PR - Compras.gov.br                    | 111        | Unidade | R\$ 9.249,9900  | 16/06/2023 | Não    |
| 14 |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                           | 2          | Unidade | R\$ 14.392,5000 | 25/05/2023 | Não    |
| 15 |        | PREFEITURA DE CASCAVEL / PR - Compras.gov.br                   | 15         | Unidade | R\$ 3.700,0000  | 19/05/2023 | Sim    |
| 16 |        | ESTADO DE GOIAS - Compras.gov.br                               | 1          | Unidade | R\$ 2.300,0000  | 28/03/2023 | Sim    |
|    |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                           |            |         |                 |            |        |

|    |   |           |                 |            |     |
|----|---|-----------|-----------------|------------|-----|
| 17 | gov.br  | 1 Unidade | R\$ 8.436,4900  | 22/03/2023 | Não |
| 18 | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                          | 3 Unidade | R\$ 2.206,3200  | 06/03/2023 | Não |
| 19 | TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - Compras.gov.br | 1 Unidade | R\$ 14.156,0000 | 02/03/2023 | Não |
| 20 | TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - Compras.gov.br | 3 Unidade | R\$ 15.990,0000 | 02/03/2023 | Não |



Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 22

**Descrição do Item**  
 434047 - Carrinho Transporte Material: Aço Inoxidável, Altura: 80 CM, Largura: 40 CM, Comprimento: 90 CM, Quantidade Rodas: 4 Giratórias, Tipo: 3 Bandejas, Características Adicionais: Alça De Apoio, Aplicação: Transporte De Alimentos

**Unidade de Fornecimento**: Unidade  
**Quantidade**: 2

**Consolidação dos preços cotados**

|                |                |                |                                   |
|----------------|----------------|----------------|-----------------------------------|
| Menor Preço    | Média          | Mediana        | Coefficiente de Variação: 1,9237% |
| R\$ 1.270,0000 | R\$ 1.296,6667 | R\$ 1.290,0000 | Desvio Padrão: 24,9444            |
|                |                |                | Maior Preço: R\$ 1.330,0000       |

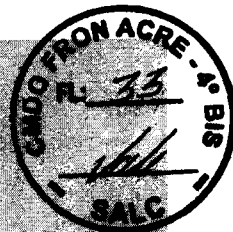
Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado  
 Período: 12 Meses

| Nº | Inciso | Nome   | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data       | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1  |        | DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br             | 5          | Unidade | R\$ 1.562,0000 | 16/02/2024 | Não    |
| 2  |        | ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br                    | 2          | Unidade | R\$ 2.120,0000 | 15/01/2024 | Não    |
| 3  |        | EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br | 2          | Unidade | R\$ 1.850,3300 | 11/12/2023 | Não    |
| 4  |        | COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br                      | 6          | Unidade | R\$ 1.290,0000 | 04/12/2023 | Sim    |
| 5  |        | EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br | 10         | Unidade | R\$ 2.500,0000 | 16/10/2023 | Não    |
| 6  |        | INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. DO MARANHÃO - Compras.gov.br | 2          | Unidade | R\$ 1.390,0000 | 28/09/2023 | Não    |
| 7  |        | ESTADO DE SAO PAULO - Compras.gov.br                         | 30         | Unidade | R\$ 1.349,9000 | 22/09/2023 | Não    |
| 8  |        | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br                          | 15         | Unidade | R\$ 1.330,0000 | 16/05/2023 | Sim    |
| 9  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                         | 4          | Unidade | R\$ 1.015,0000 | 19/04/2023 | Não    |
| 10 |        | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br      | 8          | Unidade | R\$ 1.270,0000 | 13/04/2023 | Sim    |
| 11 |        | UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br      | 10         | Unidade | R\$ 1.397,0000 | 13/04/2023 | Não    |
| 12 |        | TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL - Compras.gov.br      | 2          | Unidade | R\$ 1.000,0000 | 27/03/2023 | Não    |

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 23



| Descrição do Item   | Unidade de Fornecimento | Quantidade |
|---|-------------------------|------------|
| 458740 - Impressora Térmica Resolução: 203 DPI - Tipo Conexão Serial Rs232 E Usb 2.0 - Compatibilidade: Windows 7 Ou Superior - Aplicação: Impressão De Etiquetas | Unidade                 | 2          |

| Consolidação dos preços cotados |  |                |                                   |
|---------------------------------|--|----------------|-----------------------------------|
| Menor Preço:                    | <input checked="" type="radio"/> Média | Mediana        | Coefficiente de Variação: 7,7721% |
| R\$ 1.120.0000                  | R\$ 1.253.3333                         | R\$ 1.290.0000 | Desvio Padrão: 97.4109            |
|                                 |  |                | Maior Preço: R\$ 1.350.0000       |

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado  
Período: 2 Meses

| Nº | Inciso | Nome   | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data       | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                               | 2          | Unidade | R\$ 1.350.0000 | 23/02/2024 | Não    |
| 2  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                               | 1          | Unidade | R\$ 1.009.0000 | 22/02/2024 | Não    |
| 3  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                               | 7          | Unidade | R\$ 1.350.0000 | 29/02/2024 | Sim    |
| 4  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                               | 1          | Unidade | R\$ 1.290.0000 | 05/02/2024 | Sim    |
| 5  |        | PREFEITURA DE FOZ DO IGUAÇU - PR - Compras.gov.br                  | 1          | Unidade | R\$ 5.861.0000 | 05/02/2024 | Não    |
| 6  |        | MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA - Compras.gov.br       | 1          | Unidade | R\$ 1.530.4400 | 29/12/2023 | Não    |
| 7  |        | INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO PARANÁ - Compras.gov.br      | 1          | Unidade | R\$ 1.396.0000 | 29/12/2023 | Não    |
| 8  |        | INST. FED. DE EDUC., CIENC. E TEC. DO NORTE DE MG - Compras.gov.br | 7          | Unidade | R\$ 1.120.0000 | 28/12/2023 | Sim    |

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 24

| Descrição do Item  | Unidade de Fornecimento | Quantidade |
|--|-------------------------|------------|
| 215388 - Coifa Material: Aço Inoxidável - Aplicação: Cozinha - Tipo: Suspensa - Características Adicionais: Com Exaustor | Unidade                 | 2          |

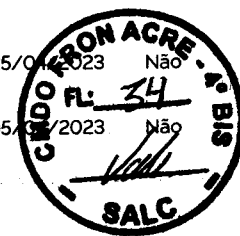
| Consolidação dos preços cotados |  |                 |                                    |
|---------------------------------|--|-----------------|------------------------------------|
| Menor Preço:                    | <input checked="" type="radio"/> Média | Mediana         | Coefficiente de Variação: 40,1118% |
| R\$ 4.900.0000                  | R\$ 10.461.9000                        | R\$ 11.450.0000 | Desvio Padrão: 4.196.4556          |
|                                 |  |                 | Maior Preço: R\$ 15.035.7000       |

Método de cálculo adotado: Média

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

| Nº | Inciso | Nome                                 | Quantidade | Unidade | Preço unitário  | Data       | Compõe |
|----|--------|--------------------------------------|------------|---------|-----------------|------------|--------|
| 1  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br | 18         | Unidade | R\$ 2.499.9800  | 07/02/2024 | Não    |
| 2  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br | 5          | Unidade | R\$ 4.900.0000  | 19/10/2023 | Sim    |
| 3  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br | 2          | Unidade | R\$ 15.035.7000 | 03/07/2023 | Sim    |
| 4  |        | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br  | 1          | Unidade | R\$ 11.450.0000 | 18/05/2023 | Sim    |

|   |  |  |    |         |                |            |     |
|---|--|--|----|---------|----------------|------------|-----|
| 5 |  | ESTADO DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br                      | 25 | Unidade | R\$ 712.0000   | 25/04/2023 | Não |
| 6 |  | PREFEITURA DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - PR - Compras.gov.br | 1  | Unidade | R\$ 2.500,0000 | 05/09/2023 | Não |



Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

Item: 25

| Descrição do Item   | Unidade de Fornecimento | Quantidade     |
|---|-------------------------|----------------|
| 603341 - Filtro De Agua Material: Polipropileno; Altura: 9,3/4" CM. Características Adicionais: Filtro Carbon Block Sem Tnt.Vida Util: 8.000 Litro. Aplicação: Filtro De Agua | Unidade                 | 2              |
| <b>Consolidação dos preços cotados</b>  |                         |                |
| Menor Preço   | ● Média                 | Mediana        |
| R\$ 2.400,0000  | R\$ 5.247,7100          | R\$ 5.443,1300 |
| Método de cálculo adotado: Média  |                         |                |
| Coeficiente de Variação: 42,8685%<br>Desvio Padrão: 2249,6136<br>Maior Preço: R\$ 7.900,0000  |                         |                |

Filtro Aplicado  
Período: 12 Meses

| Nº | Inciso | Nome   | Quantidade | Unidade | Preço unitário | Data       | Compõe |
|----|--------|--|------------|---------|----------------|------------|--------|
| 1  |        | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br                          | 14         | Unidade | R\$ 320,0000   | 08/02/2024 | Não    |
| 2  |        | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br                          | 24         | Unidade | R\$ 1.270,0000 | 08/02/2024 | Não    |
| 3  |        | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br                          | 12         | Unidade | R\$ 193,8300   | 08/02/2024 | Não    |
| 4  |        | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br                          | 8          | Unidade | R\$ 180,0000   | 08/02/2024 | Não    |
| 5  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                         | 2          | Unidade | R\$ 730,3800   | 12/12/2023 | Não    |
| 6  |        | UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br         | 1          | Unidade | R\$ 283,0000   | 04/12/2023 | Não    |
| 7  |        | COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br                          | 6          | Unidade | R\$ 5.443,1300 | 24/11/2023 | Sim    |
| 8  |        | INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG - Compras.gov.br  | 40         | Unidade | R\$ 765,0000   | 23/11/2023 | Não    |
| 9  |        | COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br                         | 10         | Unidade | R\$ 618,1100   | 19/10/2023 | Não    |
| 10 |        | PREFEITURA DE MARINGA - PR - Compras.gov.br                  | 3          | Unidade | R\$ 7.900,0000 | 05/10/2023 | Sim    |
| 11 |        | FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br                       | 18         | Unidade | R\$ 577,2000   | 26/09/2023 | Não    |
| 12 |        | CONSELHO REGIONAL DOS REP. COMERCIAIS DO AM - Compras.gov.br | 1          | Unidade | R\$ 990,0000   | 15/09/2023 | Não    |
| 13 |        | UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - Compras.gov.br                | 1          | Unidade | R\$ 2.400,0000 | 27/07/2023 | Sim    |

Legenda: ▲ Compra Anulada ou Revogada.

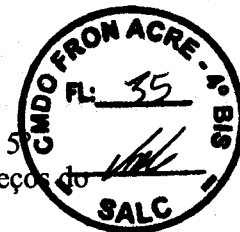
## Nota Técnica

### 1.OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto da presente contratação é eventual aquisição de material permanente para o setor de provisionamento do 4ºBIS.

## 2. FONTES CONSULTADAS

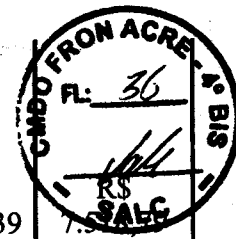
2.1. Para a definição do valor estimado da contratação foram utilizados os parâmetros do I do Art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, através da consulta ao Sistema de Pesquisa de Preços do Governo Federal.



## 3. SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

3.1. A série de preços coletados foi resultado da pesquisa no Sistema de Pesquisa de Preços do Governo Federal, sendo utilizado o número de catalogação de material (CATMAT) de cada bem pesquisado para a identificação dos preços praticados.

| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO   | Und de Forn | Qtde | PREÇO I      | PREÇO II      | PREÇO III     | VALOR MÉDIO   | VALOR TOTAL   |
|------|--|-------------|------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 1    | Cadeira escritório/refeitório Iso empilhável com estrutura em aço: assento e encosto em Polipropileno. Acabamento: Filtro UV Cor: Preta. Capacidade para 120kg. Dimensões: Altura total: 81 cm; Altura do assento: 46 cm; Largura do assento: 46 cm; Profundidade do assento: 40 cm; Altura do encosto: 31 cm; Largura do encosto: 45,5 cm   | Und         | 180  | R\$ 278,12   | R\$ 137,01    | -             | R\$ 207,57    | R\$ 37.361,70 |
| 2    | Coifa industrial 100% aço inox medindo no mínimo 280 cm de comprimento, 115 cm de largura com tubo para chaminé medindo no mínimo de 5 Metros a 10 metros conforme determinação no pedido.   | Und         | 2    | R\$ 4.900,00 | R\$ 15.035,70 | R\$ 11.450,00 | R\$ 10.461,90 | R\$ 20.923,80 |
| 3    | Ar condicionado, compressor, tipo split inverter, com capacidade de 9.000 btus frio, com selo PROCEL classe A, equipado com controle remoto display de cristal líquido contendo todas as funções do aparelho, ajuste de temperatura e fluxo de ar, com defletores de ar com movimento automático, tensão: 220 volts, fase: monofásica (1f), frequência: 60 HZ. Inclusos suportes metálicos para fixar o evaporador e o condensador. Garantia de 1 ano. Com entrega e instalação a cargo da contratada. | Und         | 4    | R\$ 2.095,00 | R\$ 2.273,00  | R\$ 2.377,26  | R\$ 2.248,42  | R\$ 8.993,68  |
|      | Ar-condicionado, compressor, tipo split inverter, com capacidade de 18.000 btus frio, com selo procel  |             |      |              |               |               |               |               |



|   |   |     |   |                 |                  |                  |                  |                  |
|---|---|-----|---|-----------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| 4 | <p>classe A, equipado com controle remoto display de cristal líquido contendo todas as funções do aparelho, ajuste de temperatura e fluxo de ar, com defletores de ar com movimento automático, tensão: 220 volts, frequência: 60 hz. Inclusos suportes metálicos para fixar o evaporador e o condensador. Garantia de 1 ano. Com entrega e instalação a cargo da contratada.</p>   | Und | 2 | R\$<br>3.669,18 | R\$<br>3.700,00  | R\$<br>3.909,00  | R\$<br>3.759,39  |                  |
| 5 | <p>Moedor de carne industrial, material corpo: aço inoxidável, capacidade de moagem: 300 kg/h, características adicionais: 220 volts, boca 22, material da bandeja: aço inoxidável, potência do motor: 1/2 cv.</p>  | Und | 2 | 3389,99         | R\$<br>5.119,00  | R\$<br>3.903,55  | R\$<br>4.137,51  | R\$<br>8.275,03  |
| 6 | <p>Amassadeira rápida, material: aço inox aisi 304; capacidade: 25 kg; tensão alimentação: 220 v; aplicação: massas alimentícias; potência motor: 1/2 cv; características adicionais: modelo basculante, sistema monofásico.</p>  | Und | 2 | R\$<br>4.986,15 | R\$<br>6.043,00  | R\$<br>10.959,70 | R\$<br>7.329,62  | R\$<br>14.659,23 |
| 7 | <p>Forno turbo elétrico, fabricado em aço sae 1020 revestido internamente com pintura alumínio (atóxica) e externamente com pintura epóxi ou em aço escovado. possui a frente, porta e os suportes das bandejas fabricado em aço inox aisi 430. sistema turbo que através de uma hélice, circula o ar quente fazendo com que o pão asse uniforme. baixo consumo de energia elétrica. painel de fácil operação, com botões de acionamento para geral, motor e lâmpada. controlador digital que emite um alarme sonoro para avisar o término do tempo desejado e controla a temperatura desejada. controla o tempo de vapor desejado. luz para melhor visualização da câmara interna.</p> | Und | 2 | R\$<br>9.850,00 | R\$<br>10.260,00 | R\$<br>10.103,70 | R\$<br>10.071,23 | R\$<br>20.142,47 |



|    |  |     |   |              |              |               |              |               |  |
|----|--|-----|---|--------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--|
|    | compatível com bandejas de 58 x 70cm e 40 x 60cm. isolamento und térmico em lã de rocha. rodízios para facilitar a locomoção. motor: 1,0 cv , tensão: 220 /380v, n° de bandejas: 10, dimensões (a x l x c): 1935x995x1385mm.   |     |   |              |              |               |              |               |  |
| 8  | Modeladora de pão de pedestal para produção de baguetes, pães, ou qualquer outro tipo de massas enroladas, de 25g até 1 kg. capacidade: 1500 até 2000 pães/h, peso: 96 kg, dimensões (alt. x larg. x comp.) 1180x630x1150mm (bandeja fechada).   | Und | 2 | R\$ 6.273,01 | R\$ 4.139,40 | R\$ 4.400,00  | R\$ 4.937,47 | R\$ 9.874,94  |  |
| 9  | Máquina de fabricar gelo: características: depósitos produção: mínimo 80 quilogramas /dia; capacidade do depósito: até 50 kg; características do gabinete: aço inox; dimensões a x l x p (cm): 111 x 89 x 54, peso 77 kg.  | Und | 2 | R\$ 8.879,00 | R\$ 7.950,00 | R\$ 10.258,30 | R\$ 9.029,10 | R\$ 18.058,20 |  |
| 10 | Mesa apoio: mesa de panificação em aço inox 304, com travamento em v invertido, para carga distribuída sobre o tampo de 100kg." - altura: 890mm - largura: 1900mm - profundidade: 900mm  | Und | 8 | R\$ 3.990,00 | R\$ 3.640,00 | R\$ 2.392,00  | R\$ 3.340,67 | R\$ 26.725,33 |  |
| 11 | Liquidificador industrial: liquidificador basculante 25 litros, copo monobloco, com as seguintes características: potência: 1,0 cv , rpm 3500; voltagem: 127/ 220 v.   | Und | 6 | R\$ 1.747,99 | R\$ 1.763,40 | R\$ 1.800,00  | R\$ 1.770,46 | R\$ 10.622,78 |  |
| 12 | Cafeteira industrial: características: cafeteira elétrica em aço inox; capacidade de 20 litros com 2 (dois) depósitos de 10 litros (1 removível p/ leite); características básicas: aço inox 304; 3 (três) torneiras com sistema de proteção contra vazamentos e entupimentos; 3 (três) visores de vidro para controle dos níveis de água e de café; | Und | 2 | R\$ 2.089,99 | R\$ 2.586,23 | R\$ 2.257,78  | R\$ 2.311,33 | R\$ 4.622,67  |  |

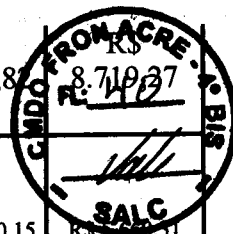


|    |   |     |    |                 |                 |                 |                 |                  |
|----|---|-----|----|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
|    | aquecimento por resistência elétrica regulável; 2 (duas) tampas; saco e aro coador; alimentação: 220v ou bi volt; potência de 3000w. destaques: interior e acabamento em aço inoxidável; termostato com regulagem de temperatura; higiênica e fácil de limpar.  |     |    |                 |                 |                 |                 |                  |
| 13 | Freezer tipo: horizontal, capacidade: 546 l, altura: 94,40 cm, largura: 166,50 cm, profundidade: 69 cm, quantidade tampas: 2 un, sistema degelo: manual, cor: branca, tensão alimentação: 110 /220v v, características adicionais: dreno frontal.   | Und | 16 | R\$<br>3.642,40 | R\$<br>3.853,00 | R\$<br>3.600,00 | R\$<br>3.698,47 | R\$<br>59.175,47 |
| 14 | Lavadora de alta pressão, 220v, potência 2000 w, suportar pressão máxima de 2350 psi, pressão de trabalho 1600 psi, vazão: 6 litros /min, mangueira de alta pressão de 5 metros, cabo elétrico de 5 metros, frequência 50/60 hz, motor de indução, motor equipado com sistema que desliga e liga a lavadora através acionamento do gatilho da pistola, motor equipado com sistema contra superaquecimento, pistola de alta pressão, ponteira para regular o jato de saída de água, ponteira para jato turbo, ponteira de jato turbo para lavadoras de alta pressão, dispositivo para aplicação de detergente e engate rápido para mangueira de fornecimento, duplo dispositivo para aplicação de sabão, regulagem do leque de acordo com o trabalho a ser realizado, dispositivo de jato turbo para limpezas pesadas, sistema de encaixe rápido da mangueira, equipada com duas rodas, dispositivo com manivela acoplada para enrolar a mangueira, suportes para os acessórios e cabo elétrico. | Und | 2  | R\$<br>1.599,90 | R\$<br>1.470,00 | R\$<br>1.886,40 | R\$<br>1.652,10 | R\$<br>3.304,20  |
|    | Bebedouro industrial, com capacidade para 200 litros de água gelada, gabinete em aço inox 430 protegido com PVC, 4 torneiras,   |     |    |                 |                 |                 |                 |                  |



|    |   |     |   |                 |                 |                 |                 |                  |
|----|---|-----|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
| 15 | isolamento EPS, serpentina interna em aço inox 304, aparador/cuba em aço inox 430, 2 torneiras do tipo "torneira" e 2 torneiras tipo "esguicho" nas extremidades, acompanhado de filtro, compressor, gás r134a (ecológico), controle de temperatura através de termostato com regulagem, tensão 220v, garantia de 12 meses. Acompanhado de Kit Instalação, kit mangueira para utilização externa da torneira. | Und | 2 | R\$<br>2.857,50 | R\$<br>4.100,00 | R\$<br>2.795,00 | R\$<br>3.250,83 | 6.501,67         |
| 16 | Fogão industrial alta pressão 6 bocas Estrutura em aço inoxidável com Grelhas em ferro fundido 6 Queimadores duplos com as seguintes dimensões:<br>43cm x 43cm em ferro fundido (Diâm. mínimo 175 mm). Consumo de gás por queimador: 0,510 kg/h Comprimento do fogão: 140cm de comprimento, 116 cm de largura ou profundidade e 80 cm de altura.  | Und | 6 | R\$<br>4.200,00 | R\$<br>3.719,14 | R\$<br>3.850,00 | R\$<br>3.923,05 | R\$<br>23.538,28 |
| 17 | Armadilha Luminosa Slim-115 Pega Moscas Mosquitos Insetos. Informações Técnicas: Material: Alumínio Dimensões: 66x6,0x27,8 cm Peso: 2,3 Kg Cor: Branco Potência: Lâmpadas Led Ultravioleta de 8 watts que equivalem a uma de 40 watts comum. Área de abrangência: 50m Tensão: 220V Itens Inclusos 1 Mata Mosquitos (Possui grade de proteção nos 2 lados, frontal e posterior)                                | Und | 8 | R\$<br>664,66   | R\$<br>522,50   | R\$<br>573,21   | R\$<br>586,79   | R\$<br>4.694,32  |
| 18 | Carrinho de transporte pesado com capacidade para 500kg. Chapa em aço.  | Und | 2 | R\$<br>801,25   | R\$<br>1.105,80 | R\$<br>2.900,00 | R\$<br>1.602,35 | R\$<br>3.204,70  |
| 19 | Balança industrial digital em Inox com bateria, capacidade mínima 300kg 90V/250V 55 cm x 40 cm  | Und | 4 | R\$<br>1.680,00 | R\$<br>1.530,00 | R\$<br>1.433,00 | R\$<br>1.547,67 | R\$<br>6.190,67  |
| 20 | Armário de Pão em aço inox contendo 20 Assadeiras para pão frances e massa fina conforme o pedido.  | Und | 6 | R\$<br>2.480,00 | R\$<br>2.699,00 | R\$<br>2.499,00 | R\$<br>2.559,33 | R\$<br>15.356,00 |
|    | Exaustor Material: Aço Carbono , Potência Motor: 1 CV, Tipo Motor:  |     |   |                 |                 |                 |                 |                  |

|                             |   |     |   |              |              |              |              |                |
|-----------------------------|---|-----|---|--------------|--------------|--------------|--------------|----------------|
| 21                          | Trifásico , Tensão: 220 V, Vazão: 4.000 M3/H, Tipo: Axial , Freqüência: 60 H  | Und | 4 | R\$ 2.745,00 | R\$ 2.750,00 | R\$ 1.044,45 | R\$ 2.179,80 | R\$ 2.179,80   |
| 22                          | Forno de Pizza Industrial a Gás Forno a gás industrial com Pedra Refratária 100x68 Gastroni para assar pizzas e bolos em aço inox, modelo FIRI110 Dimensões: Altura 1270mm Altura total 1530mm Largura 1120mm Profundidade :975mm.  | Und | 2 | R\$ 3.700,00 | R\$ 2.490,46 | R\$ 2.300,00 | R\$ 2.830,15 | R\$ 2.830,15   |
| 23                          | Carro auxiliar de transporte em aço inox com 3 prateleiras Com alças tubulares para movimentação nos dois lados Prateleiras com rebaixo estampados para evitar queda de recipientes e garantir grande durabilidade 4 rodas giratórias de fácil movimentação Tamanho: Comprimento 850 mm ( 85 cm ) Largura 450 mm ( 45 cm ) Altura 900 mm ( 90 cm ).   | Und | 2 | R\$ 1.330,00 | R\$ 1.270,00 | R\$ 1.290,00 | R\$ 1.296,67 | R\$ 2.593,33   |
| 24                          | IMPRESSORA TÉRMICA BROTHER QL-800 QL800 Impressora de etiqueta Brother QL800 para você criar rótulos de papel para pacotes, envelopes, pastas de arquivo, crachás, entre outros. Essa impressora térmica realiza impressões com alta velocidade de até 93 etiquetas de endereço por minuto com texto preto a 300 dpi, além disso, realiza impressões de etiquetas pré-dimensionadas, fáceis de destacar, além de fitas em papel e em filme de comprimento contínuo da linha de fitas DK. especificações do Hardware: Tipo de Fita: DK Modo de Operação: Apenas conectada ao PC Cortador: Automático Velocidade de Impressão (etiquetas por minuto): Imprime até 93 etiquetas de endereçamento padrão por minuto com texto em preto a 300 dpi,Rolos de Etiqueta: Pré Cortado e Contínuo, Largura Máx. da Etiqueta: 62 mm, Largura Máx. da Impressão: 59 mm, Comprimento Máx. da Etiqueta: 1 m, Resolução (dpi): Até 300 x 600 Impressão em Preto/Vermelho usando a fita DK-2251: Sim, Interface: USB | Und | 2 | R\$ 1.350,00 | R\$ 1.120,00 | R\$ 1.290,00 | R\$ 1.253,33 | R\$ 2.506,67   |
| 25                          | Filtro Central de Água potável, estrutura em aço inoxidável, equipado com válvula automática programável para retro lavagem, com capacidade mínima de 1000L/H, filtragem realizada por um processo natural, sem utilização de energia elétrica, gaseificação ou reagentes químicos. Similar ou superior o Filtro Central De Água Fusati Atlântico 1500l/h Completo.   | Und | 2 | R\$ 7.900,00 | R\$ 5.443,13 | R\$ 2.400,00 | R\$ 5.247,71 | R\$ 10.495,42  |
| <b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b> |   |     |   |              |              |              |              | R\$ 333.159,66 |



#### 4. METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO

4.1. A obtenção do preço estimado segue o Inciso I do Art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021: composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente.

4.2. Ainda na obtenção do preço estimado, tomou-se por base os valores auferidos na pesquisa de preço, tendo como método escolhido a média dos valores resultantes, através do cálculo que incidiu sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos do Inciso I do Art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, através da consulta ao Sistema de Pesquisa de Preços do Governo Federal.

4.3. Dentro dos preços coletados, foram desconsiderados aqueles inexequíveis, inconsistentes, excessivamente elevados e diferentes do edital, utilizando filtros, tais como características específicas do material constante na ata a qual será realizada a eventual aquisição, a fim de, adequar os resultados à necessidade do objeto a ser adquirido, aliar a atratividade do mercado, mitigar o risco de sobrepreço e buscar refletir, de modo fidedigno, a realidade de mercado onde a demandante está inserida.

4.4. No tratamento dos preços obtidos através do Sistema de Pesquisa de Preços do Governo Federal foram desconsiderados os preços inconsistentes ou diferentes do edital (valores que não se referiam ao item do edital), inexequíveis (valores com variação igual ou inferior a 50% dos preços praticados no mercado) e os excessivamente elevados (valores notoriamente acima do preço praticado no mercado), levando em consideração a localidade a que esta Unidade Gestora pertence.

## 5 - MEMÓRIA DE CÁLCULO E CONCLUSÃO

5.1. O valor total estimado da contratação é R\$ 318.835,85, conforme descrições no termo de referência.

Após a realização de pesquisa de preços em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, certifico que os preços estimados para a presente contratação NÃO são compatíveis com os praticados no mercado local e adequados à localidade onde a demandante está localizada.

Para que os preços estimados no citado Termo não venham se tornarem inexequíveis ou desertos devido à localização geográfica e suas limitações quanto ao fluxo de transporte de mercadorias para região, houve a necessidade de um acréscimo sobre o valor de referência em alguns os itens, os quais não foi possível a obtenção de preços compatíveis com os valores praticados em mercado local.

Tal medida encontra-se em conformidade com o Parágrafo §1º e §2º do Art. 6º da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, in verbis:

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2º Com base no tratamento de que trata o caput, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, de forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço.

Os dados obtidos nas pesquisas de preço através do portal Painel de Preços apresentam preços defasados se comparados a real situação do Estado do Acre. O que acaba fazendo com que os preços estejam muito fora da realidade em diversos itens que são extremamente necessários.

Ressalta-se também a oferta de preços relativamente alta, uma vez que o local de entrega dos produtos é em Rio Branco-AC, sendo uma localidade que não oferece vantagem para as transportadoras de fora do Estado por ser distante dos grandes centros industriais e comerciais, dessa forma, fica inviável a competição para os fornecedores que terão um custo elevado com transporte das mercadorias, não compensando o valor dos itens empenhados, além disso, a localidade não possui uma gama consolidada de fornecedores aptos a licitar para a Administração Pública, restringindo a competitividade no processo licitatório para as empresas que teriam condições de realizar a entrega dos materiais sem o custo de frete na venda.

Por fim, conforme previsto no Termo de Referência, os licitantes vencedores são responsáveis pelos custos com transporte e entrega dos produtos na sede do Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, sendo que o valor do transporte para o Acre já está agregado na aquisição da mercadoria pelo próprio fornecedor. Devido a isso, surgiu a necessidade de acrescentar o valor em cima da média com o intuito de corrigir a defasagem dos preços nas pesquisas.

## 6 - IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA DE PREÇOS

6.1. A presente pesquisa de preços foi conduzida por: 3ºSgt Eugenio - Aux do Aproveitador e demais membros da equipe do setor de provimento.



Relatório emitido em 18/03/2024 11:34

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

# Matriz de Gerenciamento de Riscos

## 1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos: 1/2024  
 Objeto da Matriz de Riscos: Aquisição de material permanente Equipamentos para o PASA.

Responsável pela Edição: EUGENIO DIAS DE SOUZA  
 Data de Criação: 16/02/2024 19:01

## 2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

## 3. Riscos Identificados

R-01 Contratação fora dos padrões, que não abrange todas as necessidades institucionais. Não execução da revisão dos itens do Termo de Referência. Gestão de Contrato Administração Médio

**Impactos**  
 1 Planejamento da aquisição de bens que não supre a necessidade da OM solicitante.  
**Ações Preventivas**  
 P-01 Revisão de cada item no Termo de Referência. Responsável: EUGENIO DIAS DE SOUZA  
**Ações de Contingência**  
 C-01 Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório. Responsável: EUGENIO DIAS DE SOUZA

R-02 Atraso na conclusão da licitação. Falta de planejamento. Planejamento Administração Alto

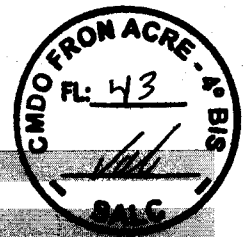
**Impactos**  
 1 Não atendimento à demanda no prazo necessário, prejudicando o andamento das atividades administrativas.  
**Ações Preventivas**  
 P-01 Na abertura das propostas, prevendo-se frequentes recusas de propostas, nomeação de mais pessoas para apoiar a Equipe de Planejamento e Área Técnica. Responsável: EUGENIO DIAS DE SOUZA  
**Ações de Contingência**  
 C-01 Cancelamento de itens responsáveis pela demora e continuidade no suprimento das demandas com outra estratégia. Responsável: EUGENIO DIAS DE SOUZA

R-03 Recursos administrativos procedentes. Análise superficial das propostas ofertadas no certame licitatório. Planejamento Administração Alto

**Impactos**  
 1 Atraso na licitação e não atendimento à demanda no prazo necessário.  
**Ações Preventivas**  
 P-01 Analisar com extensas diligências propostas ofertadas no certame licitatório, reduzindo o risco. Responsável: EUGENIO DIAS DE SOUZA  
**Ações de Contingência**  
 C-01 Análise junto ao Pregoeiro(a) quanto aos novos prazos estimados da contratação e verificação de estratégias paralelas. Responsável: EUGENIO DIAS DE SOUZA

R-04 Falta de habilitação adequada da proposta vencedora havendo fatos com impedimentos (SICAF, TCU, CNJ, Planejamento Contratada Médio. Empresa irregular junto aos órgãos de controle. Seleção do Fornecedor Contratada Médio

CEIS, Portal de  
Transparência)  
impeditivos para a  
contratação.



|                              |   |                    |            |       |
|------------------------------|---|--------------------|------------|-------|
| <b>Impactos</b>              |   |                    |            |       |
| 1                            | Impossibilidade de conclusão da contratação da empresa.   |                    |            |       |
| <b>Ações Preventivas</b>     |   |                    |            |       |
| P-01                         | Realizar verificação adequada da documentação de habilitação e diligenciar juntos aos órgãos de controle <b>Responsável: EUGENIO DIAS DE SOUZA</b>  |                    |            |       |
| <b>Ações de Contingência</b> |   |                    |            |       |
| C-01                         | Inabilitar a proposta melhor selecionada devido ao óbice e convocar a próxima colocada para apresentar sua documentação para avaliação e análise. <b>Responsável: EUGENIO DIAS DE SOUZA</b> |                    |            |       |
| R-05                         | Empresa sem Mercado com pouca oferta de empresas capacidade técnica. qualificadas.  | Gestão de Contrato | Contratada | Médio |
| <b>Impactos</b>              |   |                    |            |       |
| 1                            | Dano ao erário.   |                    |            |       |
| <b>Ações Preventivas</b>     |   |                    |            |       |
| P-01                         | Acompanhamento da execução do objeto. Fiscalização rigorosa. <b>Responsável: EUGENIO DIAS DE SOUZA</b>  |                    |            |       |
| <b>Ações de Contingência</b> |   |                    |            |       |
| C-01                         | Revisão criteriosa da documentação observando a capacitação da empresa. <b>Responsável: EUGENIO DIAS DE SOUZA</b>   |                    |            |       |

| Item                         | Risco   | Causa do Risco   | Fase         | Atuação para  | Nível do Risco (1-5) | Item |
|------------------------------|---|--|--------------|---------------|----------------------|------|
| R-06                         | Processo de contratação fracassada.   | Pesquisa de preço com parâmetros inadequados. Especificação incorreta do objeto que não reflita corretamente a demanda. Cláusulas e condições de contratação que restrinjam a competitividade. | Planejamento | Administração | Médio                |      |
| <b>Impactos</b>              |   |  |              |               |                      |      |
| 1                            | Impossibilidade de contratação dos serviços.  |  |              |               |                      |      |
| <b>Ações Preventivas</b>     |   |  |              |               |                      |      |
| P-01                         | Ampla pesquisa de preços com parâmetros adequados, que reflitam a realidade mercadológica, por parte da equipe de planejamento. Especificação correta do objeto de modo a refletir corretamente a demanda. Cláusulas e condições de contratação que não restrinjam a competitividade. <b>Responsável: EUGENIO DIAS DE SOUZA</b> |  |              |               |                      |      |
| <b>Ações de Contingência</b> |   |  |              |               |                      |      |
| C-01                         | Adequação do instrumento a fim de mitigar os vícios potencialmente encontrados. <b>Responsável: EUGENIO DIAS DE SOUZA</b>   |  |              |               |                      |      |

#### 4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.

#### Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

**EUGENIO DIAS DE SOUZA**

Auxiliar do Aproveitador



## Estudo Técnico Preliminar 4/2024

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 65323.001620/2024-44

### 2. Descrição da necessidade

A aquisição do presente objeto tem por finalidade a manutenção as áreas de manipulação, conservação e consumo dos gêneros administrados pelo Setor de Aproveitamento do Cmdo Fron/4BIS.

Após a análise da equipe do setor de aproveitamento foram observadas as seguintes necessidades:

- Aquisição de 180 cadeiras para reposição nos refeitórios dos Of/ST/Sgts/Cb/Sd.
- Aquisição de 2 moedores industriais para o açougue.
- Aquisição de 15 Freezers horizontais para reposição na sede e todos os pefs.
- Aquisição de 3 Armários de pães para a padaria.
- Aquisição de 8 mesas de manipulação de alimentos 100% em aço Inox.
- Aquisição de 6 Fogões Industriais 6 bocas.
- Aquisição de 4 bebedouros para os cassinos dos Oficiais, Subtenentes, sargentos e Cabos/Soldados

A aquisição das 180 CADEIRAS para os cassinos é se faz necessária devido o estado de conservação das cadeiras utilizadas atualmente não atenderem mais condições mínimas de uso. Os freezers são utilizados como equipamento essencial em deslocamentos e desdobramentos no terreno para armazenamento.

### 3. Área requisitante

|                  |                |
|------------------|----------------|
| Aprovisionamento | 3. Sgt Eugenio |
|------------------|----------------|

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para que a presente aquisição, existem requisitos mínimos para sua execução:

A presente contratação deve observar as seguintes leis e normas:

- Lei nº14.133, de 1 de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

#### 4.1 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO:

O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados exibidos, apresentando, dentre outros documentos, a cópia do contrato que deu suporte à contratação, o endereço atual da Contratante e o local em que foram prestados os serviços.



Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil por Desaparecimento de Carga (RCF-DC).

A Contratada deverá se obrigar a indenizar ou reparar todas e quaisquer avarias, que porventura venham a se produzir na bagagem, bem como sua perda ou furto, total ou parcial, durante a execução dos serviços ora estipulados. Esta indenização não dependerá do ressarcimento de danos causados por terceiros à Contratada.

Os valores relativos a seguros deverão ser incorporados no preço ofertado;

O seguro cuja taxa estará incluída no preço proposto pela Contratada deverá cobrir integralmente qualquer forma de dano, desaparecimento, extravio, roubo, furto e apropriação indébita.

#### 4.2 REQUISITOS TEMPORAIS:

Os materiais deverão ser entregues dentro do horário de expediente interno da OM, a saber: segunda a quinta-feira das 10:00 às 11:30 e 13:30 às 15:30 horas; e sexta-feira das 09:00 às 11:30 horas.

A entrega do material deverá ser realizada em até 60 dias da data do recebimento do empenho.

#### 4.3 REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE:

A Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos com a redução de desperdícios e menor poluição, tais como:

Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicos poluentes; Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

Treinamento e capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios e poluição; e

Adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com o Art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

## 5. Levantamento de Mercado

**Parâmetro I**, Painel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>, utilizando por base e partir dos filtros: Ano da contratação, Unidade de fornecimento, UASG, Modalidade de contratação, Especificação do serviço. **Não foram encontrados alguns itens com sua descrição original.**

**Parâmetro II**, Contratação similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores À data da pesquisa de preço. **Não foram encontrados alguns itens com sua descrição original.**

**Parâmetro III**, Pesquisa Publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso. **Foram obtidos resultados satisfatórios usando este parâmetro de pesquisa de preço**

**Parâmetro IV**, Sistema de Acompanhamento da Gestão, disponível no endereço eletrônico <http://sag.2icfex.eb.mil.br/sag2022/index.php>, utilizando por base e partir dos filtros: Ano da contratação, Especificação do serviço ou material, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias. **Foram obtidos resultados satisfatórios usando este parâmetro de pesquisa de preço**

**Parâmetro V**, Pesquisa com os Fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias. **Foram obtidos resultados satisfatórios usando este parâmetro de pesquisa de preço.**



Por conseguinte foram utilizados diversos parâmetros para se chegar a um preço mais próximo da realidade da região servindo como base para a definição do preço médio final no portal Compras.gov.

## 6. Descrição da solução como um todo

Eventual aquisição de equipamentos de cozinha para atividade fim do Setor de Aprovisionamento e para atender as necessidades do PDRLog 2023.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade estimada para a presente contratação foi baseada na análise da equipe do setor de aprovisionamento levando em conta o valor de crédito recebido conforme tabela abaixo:

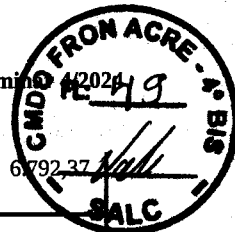
| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO  | Und de Forn | Qtde | CAT MAT | VALOR MÉDIO   | VALOR TOTAL   |
|------|---|-------------|------|---------|---------------|---------------|
| 1    | Cadeira escritório/refeitório Iso empilhável com estrutura em aço; assento e encosto em Polipropileno.<br>Acabamento: Filtro UV Cor: Preta. Capacidade mínima para suportar 120kg. Dimensões:<br>Altura total: mínimo 81 cm e máximo 85cm;<br>Altura do assento:mínimo 46 cm máximo 50;<br>Largura do assento: mínimo 46 cm máximo 50;<br>Profundidade do assento: mínimo 40 cm máximo 45;<br>Altura do encosto: mínimo 31 cm e máximo 35cm;<br>Largura do encosto: mínimo 45,5 cm e máximo 50cm.   | Und         | 180  | 612547  | R\$ 207,77    | R\$ 37.398,60 |
| 2    | COIFA INDUSTRIAL 100% EM AÇO INOX, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280CM, LARGURA MINIMA 115CM, CENTRAL. ACOMPANHAM O PRODUTO OS SEGUINTE ITENS: DUTO COM 300MM DE DIAMETRO EM AÇO COM COMPRIMENTO ENTRE 10 E 15 METROS A SER INFORMADO NO MOMENTO DO PEDIDO E DUAS CURVAS EM AÇO PARA FAZER JUNÇÃO NO MESMO DIAMETRO. EXAUSTOR BLINDADO DE 300MM DE DIAMETRO, COM CAPACIDADE DE VAZAO DE 2100M3/H E 1740RPM. CHAPEU CHINES EM AÇO PARA DUTO DE 300MM DE DIAMETRO. ACOMPANHAM AINDA PARAFUSOS, BUCHAS E PRESILHAS NECESSÁRIAS PARA INSTAÇÃO DO PRODUTO. | Und         | 2    | 215388  | R\$ 10.461,90 | R\$ 20.923,80 |
| 3    | Ar condicionado, compressor, tipo split inverter, com capacidade de 9.000 btus frio, com selo PROCEL classe A, equipado com controle remoto display de cristal líquido contendo todas as funções do aparelho, ajuste de temperatura e fluxo de ar, com defletores de ar com movimento automático, tensão: 220 volts, fase: monofásica (1f), frequência: 60 HZ. Inclusos suportes metálicos para fixar o evaporador e o condensador. Garantia de 1 ano. Com entrega e instalação a cargo da contratada.  | Und         | 4    | 611339  | R\$ 2.248,42  | R\$ 8.993,68  |
| 4    | Ar-condicionado, compressor, tipo split inverter, com capacidade de 18.000 btus frio, com selo procel classe A, equipado com controle remoto display de cristal líquido contendo todas as funções do aparelho, ajuste de temperatura e fluxo de ar, com defletores de ar com movimento automático, tensão: 220 volts, frequência: 60 hz. Inclusos suportes  | Und         | 2    | 611340  | R\$ 3.759,39  | R\$ 7.518,79  |



|    |   |     |   |        |                  |                  |
|----|---|-----|---|--------|------------------|------------------|
|    | metálicos para fixar o evaporador e o condensador. Garantia de 1 ano. Com entrega e instalação a cargo da contratada.   |     |   |        |                  |                  |
| 5  | Moedor de carne industrial, material corpo: aço inoxidável, capacidade de moagem: 300 kg/h, características adicionais: 220 volts, boca 22, material da bandeja: aço inoxidável, potência do motor: 1/2 cv.   | Und | 2 | 451437 | R\$<br>4.965,02  | R\$<br>9.930,03  |
| 6  | Amassadeira rápida, material: aço inox aisi 304; capacidade: 25 kg; tensão alimentação: 220 v; aplicação: massas alimentícias; potência motor: 1/2 cv; características adicionais: modelo basculante, sistema monofásico.   | Und | 2 | 609290 | R\$<br>8.795,54  | R\$<br>17.591,08 |
| 7  | Forno turbo elétrico, fabricado em aço sae 1020 revestido internamente com pintura alumínio (atóxica) e externamente com pintura epóxi ou em aço escovado. possui a frente, porta e os suportes das bandejas fabricado em aço inox aisi 430. sistema turbo que através de uma hélice, circula o ar quente fazendo com que o pão asse uniforme. baixo consumo de energia elétrica. painel de fácil operação, com botões de acionamento para geral, motor e lâmpada. controlador digital que emite uma alarme sonoro para avisar o término do tempo desejado e controla a temperatura desejada. controla o tempo de vapor desejado. luz para melhor visualização da câmara interna. compatível com bandejas de 58 x 70cm e 40 x 60cm. isolamento und térmico em lã de rocha. rodízios para facilitar a locomoção. motor: 1,0 cv , tensão: 220/380v, n° de bandejas: 10, dimensões (a x l x c): 1935x995x1385mm. | Und | 2 | 308631 | R\$<br>12.085,48 | R\$<br>24.170,96 |
| 8  | Modeladora de pão de pedestal para produção de baguetes, pães, ou qualquer outro tipo de massas enroladas, de 25g até 1 kg. capacidade: 1500 até 2000 pães/h, peso: 96 kg, dimensões (alt. x larg. x comp.) 1180x630x1150mm (bandeja fechada).  | Und | 2 | 609344 | R\$<br>7.095,36  | R\$<br>14.190,71 |
| 9  | Máquina de fabricar gelo: características: depósitos produção: mínimo 80 quilogramas/dia; capacidade do depósito: até 50 kg; características do depósito de gabinete: aço inox; dimensões a x l x p (cm): 111 x 89 x 54, peso 77 kg.  | Und | 2 | 383866 | R\$<br>10.834,92 | R\$<br>21.669,84 |
| 10 | Mesa apoio: mesa de panificação em aço inox 304, com travamento em v invertido, para carga distribuída sobre o tampo de 100kg." - altura: 890mm - largura: 1900mm - profundidade: 900mm   | Und | 8 | 477008 | R\$<br>4.008,80  | R\$<br>32.070,40 |
| 11 | Liquidificador industrial: liquidificador basculante 25 litros, copo monobloco, com as seguintes características: potência: 1,0 cv , rpm 3500; voltagem: 127/ 220 v.  | Und | 6 | 319454 | R\$<br>2.521,66  | R\$<br>15.129,96 |
| 12 | Cafeteira industrial: características: cafeteira elétrica em aço inox; capacidade de 20 litros com 2 (dois) depósitos de 10 litros (1 removível p/ leite); características básicas: aço inox 304; 3 (três) torneiras com sistema de proteção contra vazamentos e entupimentos; 3 (três) visores de vidro para controle dos níveis de água e de café; aquecimento por resistência elétrica regulável; 2 (duas) tampas; saco e aro coador; alimentação: 220v ou bi volt; potência de 3000w. destaques: interior e acabamento em aço inoxidável; termostato com regulagem de temperatura; higiênica e fácil de limpar.   | Und | 2 | 394823 | R\$<br>2.311,33  | R\$<br>4.622,67  |



|    |  |     |    |        |                 |                  |
|----|--|-----|----|--------|-----------------|------------------|
| 13 | Freezer tipo: horizontal, capacidade: 546 l, altura: 94,40 cm, largura: 166,50 cm, profundidade: 69 cm, quantidade tampas: 2 un, sistema degelo: manual, cor: branca, tensão alimentação: 110/220v v, características adicionais: dreno frontal.   | Und | 16 | 272877 | R\$<br>3.698,47 | R\$<br>59.175,47 |
| 14 | Lavadora de alta pressão, 220v, potência 2000 w, suportar pressão máxima de 2350 psi, pressão de trabalho 1600 psi, vazão: 6 litros/min, mangueira de alta pressão de 5 metros, cabo elétrico de 5 metros, frequência 50/60 hz, motor de indução, motor equipado com sistema que desliga e liga a lavadora através acionamento do gatilho da pistola, motor equipado com sistema contra superaquecimento, pistola de alta pressão, ponteira para regular o jato de saída de água, ponteira para jato turbo, ponteira de jato turbo para lavadoras de alta pressão, dispositivo para aplicação de detergente e engate rápido para mangueira de fornecimento, duplo dispositivo para aplicação de sabão, regulagem do leque de acordo com o trabalho a ser realizado, dispositivo de jato turbo para limpezas pesadas, sistema de encaixe rápido da mangueira, equipada com duas rodas, dispositivo com manivela acoplada para enrolar a mangueira, suportes para os acessórios e cabo elétrico. | Und | 2  | 462874 | R\$<br>1.982,52 | R\$<br>3.965,04  |
| 15 | Bebedouro industrial, com capacidade para 200 litros de água gelada, gabinete em aço inox 430 protegido com PVC, 4 torneiras, isolamento EPS, serpentina interna em aço inox 304, aparador/cuba em aço inox 430, 2 torneiras do tipo "torneira" e 2 torneiras tipo "esguicho" nas extremidades, acompanhado de filtro, compressor, gás r134a (ecológico), controle de temperatura através de termostato com regulagem, tensão 220v, garantia de 12 meses. Acompanhado de Kit Instalação, kit mangueira para utilização externa da torneira.  | Und | 2  | 611720 | R\$<br>3.901,00 | R\$<br>7.802,00  |
| 16 | Fogão industrial alta pressão 6 bocas Estrutura em aço inoxidável com Grelhas em ferro fundido 6 Queimadores duplos com as seguintes dimensões: 43cm x 43cm em ferro fundido (Diâm. mímio 175 mm). Consumo de gás por queimador: 0,510 kg/h Comprimento do fogão: mínimo de 140cm de comprimento, mínimo 116 cm de largura ou profundidade e mínimo 80 cm de altura.   | Und | 6  | 600610 | R\$<br>4.707,66 | R\$<br>28.245,94 |
| 17 | Armadilha Luminosa Slim-115 Pega Moscas Mosquitos Insetos. Informações Técnicas: Material: Alumínio Dimensões: 66x6,0x27,8 cm Peso: 2,3 Kg Cor: Branco Potência: Lâmpadas Led Ultravioleta de 8 watts que equivalem a uma de 40 watts comum. Área de abrangencia: 50m Tensão: 220V Itens Inclusos 1 Mata Mosquitos (Possui grade de proteção nos 2 lados, frontal e posterior)   | Und | 8  | 451476 | R\$ 704,15      | R\$<br>5.633,18  |
| 18 | Carrinho de transporte pesado com capacidade para 500kg. Chapa em aço.   | Und | 2  | 486778 | R\$<br>1.922,82 | R\$<br>3.845,64  |
| 19 | Balança industrial digital em Inox com bateria, capacidade mínima 300kg 90V/250V 55 cm x 40 cm.  | Und | 4  | 454433 | R\$<br>1.547,67 | R\$<br>6.190,67  |
| 20 | Armário de Pão em aço inox contendo 20 Assadeiras para pão frances e massa fina conforme o pedido.   | Und | 6  | 474332 | R\$<br>3.071,20 | R\$<br>18.427,20 |
| 21 | Exaustor Material: Aço Carbono , Potência Motor: 1 CV, Tipo Motor: Trifásico , Tensão: 220 V, Vazão: 4.000 M3/H, Tipo: Axial , Frequência: 60 H  | Und | 4  | 601645 | R\$<br>2.615,78 | R\$<br>10.463,12 |
| 22 | Forno de Pizza Industrial a Gás Forno a gás industrial com Pedra Refratária 100x68 Gastromi para assar pizzas e bolos em aço inox, modelo FIRI110  | Und | 2  | 484396 | R\$             | R\$              |



|    |  |     |   |        |                 |                  |
|----|--|-----|---|--------|-----------------|------------------|
|    | Dimensões: Altura 1270mmAltura total 1530mm Largura 1120mm<br>Profundidade :975mm  |     |   |        | 3.396,18        | 6.792,37         |
| 23 | Carro auxiliar de transporte em aço inox com 3 prateleiras<br>Com alças tubulares para movimentação nos dois lados<br>Prateleiras com rebaixo estampados para evitar queda de recipientes e<br>garantir grande durabilidade<br>4 rodas giratórias de fácil movimentaçãoTamanho: Comprimento<br>mínimo 850 mm ( 85 cm ) Largura mínima de 450 mm ( 45 cm )<br>Altura mínima 900 mm ( 90 cm )  | Und | 2 | 434047 | R\$<br>1.556,00 | R\$<br>3.112,00  |
| 24 | IMPRESSORA TÉRMICA<br>Impressora de etiqueta para criar rótulos de papel para pacotes,<br>envelopes, pastas de arquivo, crachás, entre outros. Essa impressora<br>térmica realiza impressões com alta velocidade de até 93 etiquetas de<br>endereço por minuto com texto preto a 300dpi, além disso, realiza<br>impressões de etiquetas pré-dimensionadas, fáceis de destacar, além de<br>fitas em papel e em filme de comprimento contínuo da linha de fitas<br>DK. especificações do Hardware: Tipo de Fita: DK Modo de Operação:<br>Apenas conectada ao PC Cortador: Automático Velocidade de<br>Impressão (etiquetas por minuto): Imprime até 93 etiquetas de<br>endereçamento padrão por minuto com texto em preto a 300 dpi , Rolos<br>de Etiqueta: Pré Cortado e Contínuo, Largura Máx. da Etiqueta: 62 mm,<br>Largura Máx. da Impressão: 59 mm, Comprimento Máx. da Etiqueta: 1<br>m, Resolução (dpi): Até 300 x 600 Impressão em Preto/Vermelho<br>usando a fita DK-2251: Sim, Interface: USB. Similar ou superior a<br>BROTHER QL-800 QL800. | Und | 2 | 458740 | R\$<br>1.504,00 | R\$<br>3.008,00  |
| 25 | Filtro Central de Água potável, estrutura em aço inoxidável, equipado<br>com válvula automática programável para retro lavagem, com<br>capacidade mínima de 1000L/H, filtragem realizada por um processo<br>natural, sem utilização de energia elétrica, gaseificação ou reagentes<br>químicos.<br>Similar ou superior o Filtro Central De Água Fusati Atlântico 1500l/h<br>Completo.  | Und | 2 | 603341 | R\$<br>6.297,25 | R\$<br>12.594,50 |

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 383.465,64

TREZENTOS E OITENTA E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A presente solução comporta o parcelamento, uma vez que se trata da aquisição de equipamentos por itens, o que possibilita uma maior economicidade.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a inviabilidade e contratação desta demanda.



### 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações desta Unidade Gerenciadora, baseando nos objetivos apontados no Plano de Gestão.

### 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Melhoria no âmbito de trabalho;
- Excelência no serviço prestado;
- Facilitar a confecção e distribuição dos alimentos;
- Flexibilidade, possibilitando a adaptação às variações da intensidade do fluxo de suprimento diante das necessidades administrativas;
- Evitar a interrupção do fluxo, evitando a paralisação de atividades essenciais por falta de suprimento;
- Obtenção de integração da logística de forma permanente e contínua dentro das OM de suprimento do EB;
- Redução do risco logístico.
- Melhoria nas instalações do setor de abastecimento em geral.

### 13. Providências a serem Adotadas

Não foi evidenciada necessidade de adequações no ambiente do órgão.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

Para a presente contratação não se vislumbra impactos ambientais de maior importância.

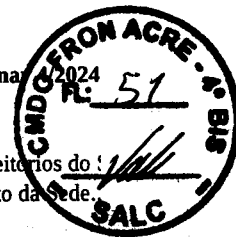
### 15. Memória de Cálculo

As quantidades solicitadas dos materiais a serem requisitados foram calculadas tendo em vista as reais necessidades encontradas e priorizadas.

As quantidades calculadas, foram baseadas em aquisições passadas e estudos de viabilidade para 1ª aquisição.

-Fonte do calculo: Pedido Siscofis, ultimas aquisições, orientações do Programa de Auditoria e Segurança Alimentar (PASA), público militar atendido.

| Nº do Item | Item   | UNID FORNC | QNT | Justificativa |
|------------|--|------------|-----|---------------|
|            | Cadeira escritório/refeitório Iso empilhável com estrutura em aço: assento e encosto em Polipropileno. |            |     |               |



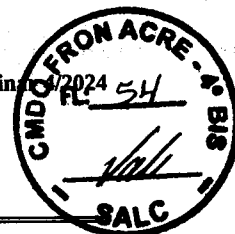
|    |   |     |     |   |
|----|---|-----|-----|---|
| 01 | Acabamento: Filtro UV Cor: Preta. Capacidade mínima para suportar 120kg. Dimensões:<br>Altura total: mínimo 81 cm e máximo 85cm;<br>Altura do assento: mínimo 46 cm máximo 50;<br>Largura do assento: mínimo 46 cm máximo 50;<br>Profundidade do assento: mínimo 40 cm máximo 45;<br>Altura do encosto: mínimo 31 cm e máximo 35cm;<br>Largura do encosto: mínimo 45,5 cm e máximo 50cm.  | UND | 180 | - Serão utilizadas nos refeitórios do Rancho de Aproveitamento da Sede.<br>- Efetivo a alimentar diário: 600 mili   |
| 02 | COIFA INDUSTRIAL 100% EM AÇO INOX, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280CM, LARGURA MINIMA 115CM, CENTRAL. ACOMPANHAM O PRODUTO OS SEGUINTE ITENS: DUTO COM 300MM DE DIAMETRO EM AÇO COM COMPRIMENTO ENTRE 10 E 15 METROS A SER INFORMADO NO MOMENTO DO PEDIDO E DUAS CURVAS EM AÇO PARA FAZER JUNÇÃO NO MESMO DIAMETRO. EXAUSTOR BLINDADO DE 300MM DE DIAMETRO, COM CAPACIDADE DE VAZAO DE 2100M3/H E 1740RPM. CHAPEU CHINES EM AÇO PARA DUTO DE 300MM DE DIAMETRO. ACOMPANHAM AINDA PARAFUSOS, BUCHAS E PRESILHAS NECESSÁRIAS PARA INSTAÇÃO DO PRODUTO. | UND | 2   | - Será utilizadas na cozinha e padaria Rancho da SEDE, desta organização militar.<br>- COZINHA SEDE: 01<br>- PADARIA SEDE: 01<br>- Efetivo a alimentar diário: 600 mili |
| 03 | Ar condicionado, compressor, tipo split inverter, com capacidade de 9.000 btus frio, com selo PROCEL classe A, equipado com controle remoto display de cristal líquido contendo todas as funções do aparelho, ajuste de temperatura e fluxo de ar, com defletores de ar com movimento automático, tensão: 220 volts, fase: monofásica (1f), frequência: 60 HZ. Inclusos suportes metálicos para fixar o evaporador e o condensador. Garantia de 1 ano. Com entrega e instalação a cargo da contratada.  | UND | 4   | - Serão utilizados na área de manipulação de carnes e confecção de saladas. da Organização militar.<br>- SALADEIRO: 02 und<br>- AÇOUGUE: 02 und                         |
| 04 | Ar-condicionado, compressor, tipo split inverter, com capacidade de 18.000 btus frio, com selo procel classe A, equipado com controle remoto display de cristal líquido contendo todas as funções do aparelho, ajuste de temperatura e fluxo de ar, com defletores de ar com movimento automático, tensão: 220 volts, frequência: 60 hz. Inclusos suportes metálicos para fixar o evaporador e o condensador. Garantia de 1 ano. Com entrega e instalação a cargo da contratada.  | UND | 2   | - Serão utilizados no depósito de gêneros da SEDE   |
| 05 | Moedor de carne industrial, material corpo: aço inoxidável, capacidade de moagem: 300 kg/h, características adicionais: 220 volts, boca 22, material da bandeja: aço inoxidável, potência do motor: 1/2 cv.   | UND | 2   | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos.   |
| 06 | Amassadeira rápida, material: aço inox aisi 304; capacidade: 25 kg; tensão alimentação: 220 v; aplicação: massas alimentícias; potência motor: 1/2 cv; características adicionais: modelo basculante, sistema monofásico.   | UND | 2   | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos.   |



|    |   |     |    |  |
|----|---|-----|----|--|
| 07 | Forno turbo elétrico, fabricado em aço sae 1020 revestido internamente com pintura alumínio (atóxica) e externamente com pintura epóxi ou em aço escovado. possui a frente, porta e os suportes das bandejas fabricado em aço inox aisi 430. sistema turbo que através de uma hélice, circula o ar quente fazendo com que o pão asse uniforme. baixo consumo de energia elétrica. painel de fácil operação, com botões de acionamento para geral, motor e lâmpada. controlador digital que emite uma alarme sonoro para avisar o término do tempo desejado e controla a temperatura desejada. controla o tempo de vapor desejado. luz para melhor visualização da câmara interna. compatível com bandejas de 58 x 70cm e 40 x 60cm. isolamento und térmico em lâ de rocha. rodízios para facilitar a locomoção. motor: 1,0 cv , tensão: 220/380v, n° de bandejas: 10, dimensões (a x l x c): 1935x995x1385mm. | UND | 2  | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos.                              |
| 08 | Modeladora de pão de pedestal para produção de baguetes, pães, ou qualquer outro tipo de massas enroladas, de 25g até 1 kg. capacidade: 1500 até 2000 pães/h, peso: 96 kg, dimensões (alt. x larg. x comp.) 1180x630x1150mm (bandeja fechada).  | UND | 2  | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos.                              |
| 09 | Máquina de fabricar gelo: características: depósitos produção: mínimo 80 quilogramas/dia; capacidade do depósito: até 50 kg; características do depósito de gabinete: aço inox; dimensões a x l x p (cm): 111 x 89 x 54, peso 77 kg.  | UND | 2  | - Serão utilizados nos refeitórios do de provisão.                                   |
| 10 | Mesa apoio: mesa de panificação em aço inox 304, com travamento em v invertido, para carga distribuída sobre o tampo de 100kg." - altura: 890mm - largura: 1900mm - profundidade: 900mm   | UND | 8  | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos.                              |
| 11 | Liquidificador industrial: liquidificador basculante 25 litros, copo monobloco, com as seguintes características: potência: 1,0 cv , rpm 3500; voltagem: 127/ 220 v.  | UND | 6  | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos.                              |
| 12 | Cafeteira industrial: características: cafeteira elétrica em aço inox; capacidade de 20 litros com 2 (dois) depósitos de 10 litros (1 removível p/ leite); características básicas: aço inox 304; 3 (três) torneiras com sistema de proteção contra vazamentos e entupimentos; 3 (três) visores de vidro para controle dos níveis de água e de café; aquecimento por resistência elétrica regulável; 2 (duas) tampas; saco e aro coador; alimentação: 220v ou bi volt; potência de 3000w. destaques: interior e acabamento em aço inoxidável; termostato com regulagem de temperatura; higiênica e fácil de limpar.   | UND | 2  | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos.                              |
| 13 | Freezer tipo: horizontal, capacidade: 546 l, altura: 94,40 cm, largura: 166,50 cm, profundidade: 69 cm, quantidade tampas: 2 un, sistema degelo: manual, cor: branca, tensão alimentação: 110/220v v, características adicionais: dreno frontal.  | UND | 16 | - 02 para cada pelotão de fronteira.<br>- 08 para o depósito e áreas de manipulação. |
|    | Lavadora de alta pressão, 220v, potência 2000 w, suportar pressão máxima de 2350 psi, pressão de trabalho 1600 psi, vazão: 6 litros/min, mangueira de alta pressão de 5 metros, cabo elétrico de 5 metros, frequência 50/60 hz,   |     |    |  |



|    |  |     |   |   |
|----|--|-----|---|---|
| 14 | motor de indução, motor equipado com sistema que desliga e liga a lavadora através acionamento do gatilho da pistola, motor equipado com sistema contra superaquecimento, pistola de alta pressão, ponteira para regular o jato de saída de água, ponteira para jato turbo, ponteira de jato turbo para lavadoras de alta pressão, dispositivo para aplicação de detergente e engate rápido para mangueira de fornecimento, duplo dispositivo para aplicação de sabão, regulagem do leque de acordo com o trabalho a ser realizado, dispositivo de jato turbo para limpezas pesadas, sistema de encaixe rápido da mangueira, equipada com duas rodas, dispositivo com manivela acoplada para enrolar a mangueira, suportes para os acessórios e cabo elétrico. | UND | 2 | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos. |
| 15 | Bebedouro industrial, com capacidade para 200 litros de água gelada, gabinete em aço inox 430 protegido com PVC, 4 torneiras, isolamento EPS, serpentina interna em aço inox 304, aparador/cuba em aço inox 430, 2 torneiras do tipo "torneira" e 2 torneiras tipo "esguicho" nas extremidades, acompanhado de filtro, compressor, gás r134a (ecológico), controle de temperatura através de termostato com regulagem, tensão 220v, garantia de 12 meses. Acompanhado de Kit Instalação, kit mangueira para utilização externa da torneira.  | UND | 2 | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos. |
| 16 | Fogão industrial alta pressão 6 bocas Estrutura em aço inoxidável com Grelhas em ferro fundido 6 Queimadores duplos com as seguintes dimensões: 43cm x 43cm em ferro fundido (Diâm. mínimo 175 mm). Consumo de gás por queimador: 0,510 kg/h Comprimento do fogão: mínimo de 140cm de comprimento, mínimo 116 cm de largura ou profundidade e mínimo 80 cm de altura.  | UND | 6 | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos. |
| 17 | Armadilha Luminosa Slim-115 Pega Moscas Mosquitos Insetos. Informações Técnicas:<br>Material: Alumínio Dimensões: 66x6,0x27,8 cm Peso: 2,3 Kg Cor: Branco Potência: Lâmpadas Led Ultravioleta de 8 watts que equivalem a uma de 40 watts comum. Área de abrangência: 50m Tensão: 220V<br>Itens Inclusos 1 Mata Mosquitos (Possui grade de proteção nos 2 lados, frontal e posterior)   | UND | 8 | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos. |
| 18 | Carrinho de transporte pesado com capacidade para 500kg.<br>Chapa em aço.  | UND | 2 | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos. |
| 19 | Balança industrial digital em Inox com bateria, capacidade mínima 300kg 90V/250V 55 cm x 40 cm.  | UND | 4 | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos. |
| 20 | Armário de Pão em aço inox contendo 20 Assadeiras para pão frances e massa fina conforme o pedido.   | UND | 6 | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos. |
| 21 | Exaustor Material: Aço Carbono , Potência Motor: 1 CV, Tipo Motor: Trifásico , Tensão: 220 V, Vazão: 4.000 M3/H, Tipo: Axial , Freqüência: 60 H  | UND | 4 | Serão utilizados na área de manipulação de alimentos.   |
| 22 | Forno de Pizza Industrial a Gás Forno a gás industrial com Pedra Refratária 100x68 Gastroni para assar pizzas e bolos em aço inox, modelo FIRI110  | UND | 2 | Serão utilizados na Padaria da Sec                      |



|    |   |     |   |   |
|----|---|-----|---|---|
|    | Dimensões: Altura 1270mm<br>Largura 1120mm<br>Profundidade :975mm<br>Altura total 1530mm  |     |   |   |
| 23 | Carro auxiliar de transporte em aço inox com 3 prateleiras<br>Com alças tubulares para movimentac o nos dois lados<br>Prateleiras com rebaixo estampados para evitar queda de recipientes e garantir grande durabilidade<br>4 rodas giratórias de fácil movimentac o<br>Tamanho: Comprimento mínimo 850 mm ( 85 cm )<br>Largura mínima de 450 mm ( 45 cm )<br>Altura mínima 900 mm ( 90 cm )  | UND | 2 | Serão utilizados nos cassinos do Setor de Aproveitamento.   |
| 24 | <b>IMPRESSORA TÉRMICA</b><br>Impressora de etiqueta para criar rótulos de papel para pacotes, envelopes, pastas de arquivo, crachás, entre outros. Essa impressora térmica realiza impressões com alta velocidade de até 93 etiquetas de endereço por minuto com texto preto a 300dpi, além disso, realiza impressões de etiquetas pr -dimensionadas, fáceis de destacar, além de fitas em papel e em filme de comprimento contínuo da linha de fitas DK.<br>especifica es do Hardware: Tipo de Fita: DK<br>Modo de Opera o: Apenas conectada ao PC<br>Cortador: Automático<br>Velocidade de Impressão (etiquetas por minuto): Imprime até 93 etiquetas de endereçamento padrão por minuto com texto em preto a 300 dpi ,<br>Rolos de Etiqueta: Pr  Cortado e Contínuo, Largura Máx. da Etiqueta: 62 mm, Largura Máx. da Impressão: 59 mm, Comprimento Máx. da Etiqueta: 1 m, Resolu o (dpi): Até 300 x 600<br>Impressão em Preto /Vermelho usando a fita DK-2251: Sim, Interface: USB. Similar ou superior a BROTHER QL-800 QL800. | UND | 2 | Serão utilizados no depósito de gêneros materiais e equipamentos do setor de aprovisionamento da Sede.      |
| 25 | Filtro Central de água potável, estrutura em aço inoxidável, equipado com válvula automática programável para retro lavagem, com capacidade mínima de 1000L/H, filtragem realizada por um processo natural, sem utiliza o de energia elétrica, gaseifica o ou reagentes químicos.<br>Similar ou superior o Filtro Central De  gua Fus til Atlântico 1500L/h Completo.   | UND | 2 | serão utilizados para contemplar o fornecimento de água potável para os cassinos do rancho e demais c sias. |

## 16. Declara o de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contrata o.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista a disponibiliza o dos créditos e as reais necessidades do setor de aprovisionamento levantadas pela equipe do setor, a equipe declara a viabilidade da contrata o.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no  3  do Art. 4  do Decreto n  10.543, de 13 de novembro de 2020.



[Redacted]  
**EUGENIO DIAS DE SOUZA**

Equipe de apoio

Despacho: Despacho: Com fundamento legal no inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024/19, APROVO o presente ETP, bem como AUTORIZO a realização de procedimento licitatório para a contratação do objeto demandado

[Redacted]  
**JULIO JACKSON ALVES DA CRUZ**

Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4° BIS

(Continuação do BI N° 223, de 28/11/2023, do(a) C Fron AC/4° BIS)

2° Ten FRANCISCO LEONARDO MOURA LOUREIRO NETO

Em consequência:

- O SCmt, o S1, o Cmt CEF, o militar acima e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

(Nota N° 93733 - CEF, de 27 NOV 23)

## 2) FÉRIAS - Concessão

Concedi 10 (dez) dias de férias regulamentares, relativas a 3ª Parcela referente ao ano de 2022, a contar de 24 NOV 23, de acordo com o inciso XVIII, do Art 21, do RISG, e letra "o", do Inciso IV, do Art 50, do E1, devendo apresentar-se pronto para o serviço no dia 4 DEZ 23.

1° Ten LARISSA COLOMBO

Em consequência:

- O SCmt, o S1, o Cmt B Adm, o militar acima e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

(Nota N° 93757 - B Adm, de 27 NOV 23)

## 3) PASSAGEM DE FUNÇÃO - Concessão

Concedo até 4 (quatro) dias úteis, a contar de 28 NOV 23, para a passagem de função de Comandante do Pelotão de Comunicação, deste Comando de Fronteira, de acordo com o inciso II do Art. 131 do Regulamento de Administração do Exército - EB10-R-01.003 (RAE).

1° Ten ROLISON RODRIGUES DA COSTA

Passando a Função

Asp Of MATEUS BORGES DE LIMA

Recebendo a Função

Em consequência:

- O SCmt, o S1, os militares acima e demais interessados tomem conhecimento e as devidas providências.

(Nota N° 93821- S1, de 28 NOV 23)

## 4) PASSAGEM DE FUNÇÃO - Apresentação

Concluiu em 27 NOV 23, a passagem de função de Ordenador de Despesas e Comandante da Base Administrativa deste Comando de Fronteira, de acordo com o inciso II do Art. 131 do Regulamento de Administração do Exército - EB10-R-01.003 (RAE).

Maj HELDER TORRES DE MELO PEDROSA

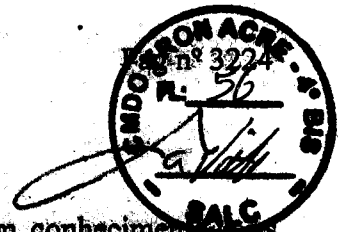
Passando a função

Cap JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ

Recebendo a função

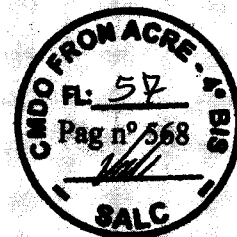
Em consequência:

- O SCmt, o S1, os militares acima e demais interessados tomem conhecimento e as devidas providências.



(Continuação do BI Nr 43, de 04/03/2024, do(a) C Fron AC/4º BIS)

67TS1115018, 67TS1115000.



Quartel em Rio Branco, AC, 27 de fevereiro de 2024.

(Assina) LUIS CARLOS MOISÉS ALMEIDA DE OLIVEIRA – 1º Ten

Presidente da comissão

(Assina) YAGO MARCHIORI MUNHEIRO – Asp Of

Membro da comissão

(Assina) BRAYAN MENDES MELO – Asp Of

Membro da comissão

(Assina) ELMIR LEANDRO MOREIRA XAVIER - Ten Cel  
Agente Diretor

(Assina) FREDERICO PIMENTEL SOARES DE ALMEIDA – Cap  
Fiscal Administrativo"

Em consequência:

1. A Fisc Adm tome as providências decorrentes:
  - a. incluir em carga, de acordo com o Art. 68 do R3.
  - b. providenciar a correção das alterações (se for o caso).
2. Publicar em Bol Adm da OM.

**b. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - Publicação**

Visando atender aos trâmites legais para a abertura dos procedimentos licitatórios – Pregão Eletrônico SRP Nº 90005/2024, cujo objeto é a aquisição de material permanente para o setor de provisionamento, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002; do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017; da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; da Lei nº 11.488, de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 14.133/2021 e as exigências estabelecidas no Edital do certame, determino o seguinte:

Participa sob a chefia da 2º Ten Pâmela Paroianello dos Santos – Presidente da CPL, de todos os atos referentes ao procedimento.

Seja designado 1 (um) militar do setor requisitante com a finalidade de realizar o acompanhamento de todas as fases do procedimento licitatório, em especial a aceitação e o recebimento do objeto licitado, conforme a legislação vigente e orientação do Presidente da CPL.

Designação do pregoeiro e constituição da Equipe de Apoio Técnico:

**S Ten ALEXANDRO GRANDO**

Pregoeiro Oficial

**3º Sgt GABRIELLY BARBOSA RIBEIRO**

Equipe de Apoio

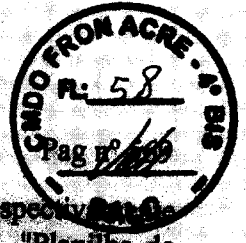
**3º Sgt EUGÊNIO DIAS DE SOUZA**

Setor Requisitante

**3º Sgt VITORIA DE LA VEGA**

Equipe de Apoio

Em consequência:



(Continuação do BI Nr 43, de 04/03/2024, do(a) C Fron AC/4º BIS)

- O Setor Requisitante juntamente com os setores designados confeccionem e assinem respectivamente o(s) documento(s) denominado(s) "Estudos Técnicos Preliminares", "Análise de Risco", "Planilha de preços" e "Nota técnica com a análise crítica da pesquisa de preços" com vistas ao cumprimento da Portaria nº 2- SALC/Comdo Fron ACRE/4º BIS e (art. 18º da Lei nº 14.133/2021) e aos prescrito na Instrução Normativa nº 5 de 26 de maio de 2017.

- Os demais interessados tomem conhecimento e as devidas providências.  
(Nota Nº 96503 - Pregoeiro, de 04 MAR 24)

**c. PNR - Desocupação**

Desocupou, em 7 FEV 24, o PNR nº 2, localizado na Br 317, Km 1, Vila Militar, Guarnição de Assis Brasil - AC:

**Sd EP JARDEL FERREIRA DE SOUZA**

Em consequência:

- O PNR deverá entrar em manutenção para posterior distribuição.
- A SPP realize os procedimentos para retirar o desconto da taxa de PNR do contracheque do militar.
- O SCmt, Fisc Adm, S1, SPP e demais interessados tomem conhecimento e as devidas providências.  
(Nota nº 96440, de 28 de fevereiro de 2024, da(o) Fisc Adm)

**d. PNR – Inclusão na Relação de Pretendentes à Ocupação**

Seja incluído na relação de pretendentes a ocupação de PNR de S Ten/Sgt o militar a seguir relacionado, conforme solicitação contida no DIEx nº 72- B Adm/Comdo Fron ACRE/4º BIS, de 29 FEV 24.

**S Ten ROGERIO BATISTA DE JESUS**

Em consequência:

- A Fiscalização Administrativa, o militar acima e demais interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

Seja incluído na relação de pretendentes a ocupação de PNR de S Ten/Sgt a militar a seguir relacionada, conforme solicitação contida no DIEx nº 26- CCAp/Comdo Fron ACRE/4º BIS, de 28 FEV 24.

**3º Sgt BRUNA APARECIDA SANTOS FALCÃO**

Em consequência:

- A Fiscalização Administrativa, a militar acima e demais interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

Seja incluído na relação de pretendentes a ocupação de PNR de S Ten/Sgt o militar a seguir relacionado, conforme solicitação contida no DIEx nº 21- 2ª Cia Fuz S1/Comdo Fron ACRE/4º BIS, de 28 FEV 24.

**3º Sgt RODRIGO DE ANDRADE LEAL**

Em consequência:

- A Fiscalização Administrativa, o militar acima e demais interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

2º Sgt INF PEDRO VINÍCIUS FLAUSINO CAMPOS



Em consequência:

- O S1, através da carteira de Ger Dirt, realize os procedimentos para implantar o desconto da taxa de PNR do contracheque do militar;
- O militar contemplado deverá realizar a comprovação da execução de transporte de bagagem, para fazer jus ao recebimento da indenização de transporte de bagagem na mesma sede;
- O Op SICAPEX da SU atualize a Ficha Cadastro do militar;
- O S Cmt, Fisc Adm e os demais interessados tomem conhecimento e as devidas providências.

### c. ASSUNTOS DIVERSOS

#### PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

Conforme o que preconiza a Instrução Normativa 01-SEGES/ME, de 10 de janeiro de 2019 e a orientação constante no DIEx nº 235-ASSE2/SSEF/SEF - CIRCULAR e tendo em vista a constante necessidade de transparência nas compras e contratações públicas, bem como o atendimento aos critérios de governança na gestão pública e a racionalização dos gastos efetuados pelas Unidade Gestora – UG vinculadas ao SIASG, ficam definidas as perspectivas de aquisição desta Organização Militar, de acordo com o Plano Anual de Contratações e o PGC. Além disso ficam definidos os responsáveis pela documentação requisitória e os prazos para apresentação dos estudos técnicos preliminares, pesquisas de preços, mapas comparativos e justificativas para as quantidades levantadas com os respectivos anexos de comprovação, conforme a tabela abaixo:

| OBJETO  | RESPONSÁVEL      | PRAZO PARA ENTRADA NA SALC |
|---|------------------|----------------------------|
| Agricultura Familiar                                  | Aprovisionamento | 30/04/2022.                |
| Ferramental - PO e PMT                                | Almoxarifado     | 31/05/2022                 |
| Motor de popa   | Almoxarifado     | 31/05/2022                 |
| Material de consumo - Expediente, limpeza e instrução | Almoxarifado     | 31/05/2022                 |
| Material de Informática                               | Almoxarifado     | 31/07/2022                 |
| Quantitativo de Rancho e gás                          | Aprovisionamento | 31/07/2022                 |
| Material Permanente - Almoxarifado                    | Almoxarifado     | 31/08/2022                 |
| Material Permanente - Posto Médico                    | PMGuRB           | 30/09/2022                 |
| Material de Copa e Cozinha                            | Aprovisionamento | 30/09/2022                 |
| Material Permanente - Aprovisionamento                | Aprovisionamento | 30/09/2022                 |
| Material de consumo médico-hospitalar e remédios      | PMGuRB           | 30/11/2022                 |
| Material de Consumo - Laboratorial e Odontológico     | PMGuRB           | 31/12/2022                 |
| Material de construção                                | Almoxarifado     | 31/12/2022                 |



Gestor de Compras

IRP

Manifestar Interesse

Analisar IRP

Quadro de IRP

Ambiente: PRODUÇÃO

Manter IRP

07/03/2024 09:2:14

Objeto Gestor Itens Divulgar IRP

Copiar Itens

Filtro

N° do Item Descrição do Item Situação do Item

Todos

Listar Apens Itens sem Local de Entrega para a UASG Gestora

Pesquisar Limpar

| Excluir                  | N° do Item | Tipo de Item | Item   | Unidade de Fornecimento | Valor Unitário Estimado (R\$) | Município/UF de Entrega - Quantidade | Situação | Ações   |
|--------------------------|------------|--------------|--|-------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|----------|---------|
| <input type="checkbox"/> | 1          | Material     | 600936-Peça mobília                                      | Unidade                 | 207,5700                      | Rio Branco/AC 180                    | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 2          | Material     | 215388-Coifa   | Unidade                 | 3.299,9900                    | Rio Branco/AC 2                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 3          | Material     | 611339-Aparelho ar condicionado                          | Unidade                 | 2.248,4200                    | Rio Branco/AC 4                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 4          | Material     | 480930-Aparelho ar condicionado                          | Unidade                 | 3.759,3900                    | Rio Branco/AC 2                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 5          | Material     | 451437-Moedor de carne industrial                        | Unidade                 | 4.137,5100                    | Rio Branco/AC 2                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 6          | Material     | 609290-Misturador / Amassadeira                          | Unidade                 | 7.329,6200                    | Rio Branco/AC 2                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 7          | Material     | 317321-Forno elétrico                                    | Unidade                 | 10.071,2300                   | Rio Branco/AC 2                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 8          | Material     | 244335-Modeladora massa panificação                      | Unidade                 | 4.937,4700                    | Rio Branco/AC 2                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 9          | Material     | 612076-Máquina fabricar gelo                             | Unidade                 | 9.029,1000                    | Rio Branco/AC 8                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 10         | Material     | 464844-Mesa copa,cozinha                                 | Unidade                 | 3.340,6700                    | Rio Branco/AC 8                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 11         | Material     | 481373-Liquidificador industrial                         | Unidade                 | 1.770,4600                    | Rio Branco/AC 6                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 12         | Material     | 386003-Cafeteira elétrica                                | Unidade                 | 2.311,3300                    | Rio Branco/AC 2                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 13         | Material     | 272877-Freezer   | Unidade                 | 3.698,4700                    | Rio Branco/AC 16                     | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 14         | Material     | 462874-Lavadora alta pressão                             | Unidade                 | 1.652,1000                    | Rio Branco/AC 2                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 15         | Material     | 611720-Bebedouro água                                    | Unidade                 | 3.250,8300                    | Rio Branco/AC 2                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 16         | Material     | 290999-Fogão industrial                                  | Unidade                 | 3.923,0500                    | Rio Branco/AC 6                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 17         | Material     | 441698-Equipamentos diversos para serviços profissionais | Unidade                 | 586,7900                      | Rio Branco/AC 8                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 18         | Material     | 225362-Carrinho industrial                               | Unidade                 | 1.602,3500                    | Rio Branco/AC 2                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 19         | Material     | 384273-Balança comercial                                 | Unidade                 | 1.547,6700                    | Rio Branco/AC 4                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 20         | Material     | 474332-Armário panificação                               | Unidade                 | 2.559,3300                    | Rio Branco/AC 6                      | Edição   | Alterar |

25 registros encontrados, exibindo do 1° ao 20°

Incluir Itens Excluir Selecionados Finalizar Inclusão

(\* ) Campo de preenchimento obrigatório.





Ambiente: **PRODUÇÃO**

**Manter IRP**

07/03/2014 18:01:55

Objeto      Gestor      Itens      Divulgar IRP

**Copiar Itens**

Filtro

|                      |                      |                  |
|----------------------|----------------------|------------------|
| N° do Item           | Descrição do Item    | Situação do Item |
| <input type="text"/> | <input type="text"/> | Todos ▼          |

Listar Apenas Itens sem Local de Entrega para a UASG Gestora

**Pesquisar**   **Limpar**

| Excluir                  | N° do Item | Tipo de Item | Item                              | Unidade de Fornecimento | Valor Unitário Estimado (R\$) | Município/UF de Entrega - Quantidade | Situação | Ações   |
|--------------------------|------------|--------------|-----------------------------------|-------------------------|-------------------------------|--------------------------------------|----------|---------|
| <input type="checkbox"/> | 21         | Material     | 601644-Exaustor                   | Unidade                 | 2.179,8200                    | Rio Branco/AC 4                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 22         | Material     | 290951-Forno industrial           | Unidade                 | 2.830,1500                    | Rio Branco/AC 2                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 23         | Material     | 428195-Carro transporte materiais | Unidade                 | 1.296,6700                    | Rio Branco/AC 2                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 24         | Material     | 408972-Impressora térmica         | Unidade                 | 1.253,3300                    | Rio Branco/AC 2                      | Edição   | Alterar |
| <input type="checkbox"/> | 25         | Material     | 465405-Filtro de água             | Unidade                 | 4.800,0000                    | Rio Branco/AC 2                      | Edição   | Alterar |

25 registros encontrados, exibindo do 21° ao 25°

1 2

**Incluir Itens**   **Excluir Selecionados**   **Finalizar Inclusão**

(\* ) Campo de preenchimento obrigatório.

**Seleção**



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA  
(4ª Companhia de Fronteira/1956)  
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)



## JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO

### 1. PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA

O presente PE SRP nº 90005/2024 é requerido conforme DFD Nr 1/2024 SET PRV/4º BIS, 19 FEV 24, do Comandante do Setor de Aprovisionamento, para a aquisição de materiais permanente, por um período de 12 (doze) meses, prorrogável por até 24 (vinte e quatro) meses, na forma do artigo nº 84 da Lei 14.133, de 2021, a qual visa atender às necessidades do Cmdo Fron Acre/4º BIS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

O Plano de Gestão da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, no qual se alinha o Plano Estratégico deste Batalhão, cuja missão é prestar apoio logístico nos diversos Pelotões destacados do Acre localizados nas cidades de Plácido de Castro, Epitaciolândia, Assis Brasil e Santa Rosa do Purus.

As pretendidas contratações obedecerão à Lei nº 10.520, de 2002; ao Decreto nº 10.024, de 2019; à Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; ao Decreto nº 3.722, de 2001; à Lei Complementar nº 123, de 2006; as Instruções Gerais para a Realização de Licitações e Contratos no Comando do Exército (IG 12-02); a Portaria Ministerial nº 305, de 24 de maio de 1995; a IN nº 02/MARE, de 11 de outubro de 2010; ao Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007 e, subsidiariamente, à Lei nº 14.133, de 2021, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas no **Edital e seus Anexos**.

A aquisição dos materiais será utilizado pelo Setor de Aprovisionamento do Batalhão, como também pelos aprovisionamento dos Pelotões destacados. Ademais, é de interesse da Administração que as contratações sejam feitas em sincronia com as regras internas de solicitação dos materiais e com a necessidade de contratação, sem prejuízo da manutenção do estoque mínimo em quantidades calculadas seguindo critérios razoáveis. Por esses aspectos, e por entender que essa é uma aquisição no âmbito da administração pública federal se enquadra no Sistema de Registro de Preços.

Registra-se ainda que que as especificações técnicas dos materiais a serem adquiridos não restringem a competitividade do certame, pois os bens constantes nos itens são normalmente ofertados por qualquer empresa do ramo, **sendo ainda de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam e não se enquadram em artigos de luxo, em conformidade com o Art. 20 da Lei 14.133/21 e Decreto nº 10.818/21.**

Desta forma, com o escopo de proporcionar maior eficiência aos trabalhos realizados na Organização Militar, ratifica-se a contratação a ser futuramente realizada.



## **2. QUANTO A NECESSIDADE E À PERTINÊNCIA DA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS**

A adoção do Pregão Eletrônico justifica-se pela forma de contratação de serviços comuns, segundo o *Decreto nº 3.555/20*, *Decreto nº 10.024/19*, em conformidade com a *Lei nº 10.520/02*:



*Decreto nº 3.555/20:*

*Art. 21. Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:*

*I - justificativa da contratação.*

*Decreto nº 10.024/19*

*Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.*

*§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.*

*Lei nº 10.520/02:*

*Art. 1º A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da União.*

*Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:*

*I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.*

A justificativa se dá pela necessidade de contratação dos serviços descritos no Termo de Referência, a qual foi confeccionada de acordo com o plano anual de contratações deste comando. Com o objetivo de manter a vida orgânica desta organização militar.

## **3. DA DEFINIÇÃO DE BENS OU SERVIÇOS DE NATUREZA COMUM**

Os itens e suas quantidades podem ser definidos e alinhados, com isso os **materiais** descritos no TR, anexo I do Edital podem ser classificados como materiais de natureza comum, podendo ser definidos no edital por meio de especificações objetivas, que se prestam a estabelecer o padrão de qualidade desejado pela Administração Pública, de acordo com características usuais no mercado, sem que variações de ordem técnica eventualmente existentes entre os bens e serviços ofertados por diversos fornecedores que atendam a tais especificações objetivas sejam importantes ou decisivas

para a determinação de qual proposta melhor satisfaz o interesse público e desde que a estrutura procedimental da modalidade pregão, menos formalista e mais célere, não afete a análise da qualidade do objeto licitado ou importe prejuízos ao interesse público. Adoção do pregão como modalidade de licitação para a contratação do objeto em tela consiste no enquadramento de bens comuns. Pela definição legal consideram-se comuns “aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”. Parágrafo único do Art. 1º da Lei 10.520/05.

A concisão dessa definição torna necessária a análise de entendimento de doutrinadores sobre essa questão:

*Para Marçal Justen Filho, “o bem ou serviço é comum quando a Administração não formula exigências específicas para uma contratação determinada, mas se vale dos bens ou serviços tal como disponíveis no mercado”. Aduz ainda o doutrinador: “bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível a qualquer tempo, num mercado próprio”.*

*Jessé Torres Pereira Junior observa que: “Em aproximação inicial do tema, pareceu que ‘comum’ também sugeria simplicidade. Percebe-se, a seguir, que não. O objeto pode portar complexidade técnica e ainda assim ser ‘comum’, no sentido de que essa técnica é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida pelo mercado. Sendo tal técnica bastante para atender às necessidades da Administração, a modalidade pregão é cabível a despeito da maior sofisticação do objeto”. PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública.*

Diante do exposto, amparada pela Lei 14.133/21, Lei 10.520/05 e ON AGU nº 54/2014, a presente contratação se faz possível na modalidade pregão visto que os materiais, objeto do presente Termo de Referência se amoldam ao conceito de bens comuns.

#### **4. DO QUANTITATIVO**

A quantidade conforme planilha individualizada constante no item 1.1. Do Termo de Referência, tem como base as necessidades deste Comando. Essas quantidades serão adquiridas em remessa única, conforme nota de empenho.

A quantidade total de cada item e as especificações técnicas apresentadas foi confeccionada com base nas necessidades do Setor de Aprovisionamento do Cmdo Fron AC/4º BIS.

Os valores foram levados em conta as necessidades de equipamentos, com seus respectivos orçamentos, para suprir as necessidades do Setor no período de 01 (um) ano.

As pretendidas contratações obedecerão à Lei nº 10.520, de 2002; à Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor; ao Decreto nº 3.722, de 2001; ao Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023; à Lei Complementar nº 123, de 2006; as Instruções Gerais para a Realização de Licitações e Contratos no Comando do Exército (IG 12-02); a Portaria Ministerial nº 305, de 24 de maio de 1995; a IN nº 02/MARE, de 11 de outubro de 2010; ao Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007 e, subsidiariamente, à Lei nº 14.133, de 2021, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas no **Edital e seus Anexos**.

#### **5. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**



A presente licitação trata-se de contratação de serviços/material para suprir as necessidades do PMT, sendo que durante a vigência da Ata faremos empenhos diversos provenientes de várias fontes e disponibilizados em diferentes datas do ano.

A opção pelo uso do Sistema de Registro de Preços para a referida aquisição fundamentada no inciso I, III e V do art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

*I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;*

*III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;*

*V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.*

Desta forma, o referido processo de licitação seguirá o procedimento de Sistema de Registro de Preços, tendo em vista, a referida aquisição a ser licitado haverá contratações frequentes e o quantitativo pode ser entregue parcelado, conforme definido pela Administração.

## **6. DA AUTORIZAÇÃO DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CARONA)**

O Cmdo Fron AC/4º BIS, permite a adesão à ata de registro de preços para os Órgãos não participantes, ou seja, que não participaram dos procedimentos iniciais da licitação (carona), em conformidade com o art. 31, do Decreto nº 11.462, de 2023, que prevê os limites à adesão de órgãos não participantes, dentre eles os limites individuais, global e subjetivo.

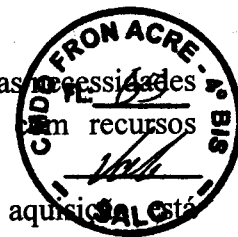
A finalidade não é servir aos licitantes, mas ao interesse público; a observância da isonomia não é para distribuir demandas uniformemente entre os fornecedores, mas para ampliar a competição visando à busca da proposta mais vantajosa por futuras UASG que teriam a necessidade e recursos disponíveis para contratar os itens descritos no processo licitatório, dessa forma e devidamente motivado, conforme TCU Ac nº 757/2015 - Plenário - gn. este Ordenador de Despesa justifica a possibilidade de adesão da ATA ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência deste gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 e no art 31, do Decreto nº 11.462, de 2023.

Justifica-se ainda que a autorização da adesão a Ata de Registro de Preços, cumpre os princípios da vantajosidade, economicidade, eficácia e eficiência, uma vez que, com este procedimento os Órgãos que solicitarem a referida Adesão, possam adquirir um material em uma ATA já aceita por um Órgão Federal, fator que propicia segurança de que o referido objeto atende a determinados requisitos de qualidade, e com um preço mais acessível em relação ao praticado pelo mercado, devidamente comprovado pela diferença entre o preço registrado e os orçados no mercado, conforme orçamentos apresentados.

Diante disso, esta Organização Militar, entende que a previsão de autorização de adesão à ATA de Registro de Preços do PE 90005-2024 gerará economicidade e celeridade processual para os Órgãos não participantes, tendo um ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal.

## **7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

Conforme Orientação Normativa AGU Nº 20/2009, de 01 de abril de 2009: “Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato”. De acordo com o art. 17º, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023: “Na



licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil". Desta forma, esta UG está ciente das orientações e aguardará a disponibilidade do crédito para formalizar o contrato ou instrumento equivalente.



#### **8. DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE DE CUSTEIO**

Declaro que o objeto do presente processo administrativo que visa a aquisição de materiais permanente para o Setor de Aprovisionamento, **NÃO constitui-se** como atividade de custeio, conforme Art. 2º da Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, para fins do disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019.

#### **9. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

Declaro, para fins de atendimento à lei de Responsabilidade Fiscal, que a contratação em tela não importa criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, bem como somente será realizada a despesa mediante disponibilidade de receita para a **aquisição dos materiais da presente licitação** no ano de 2024/2025.

#### **10. DECLARAÇÃO DE REMANEJAMENTO ILICITO**

Declaro que este Ordenador de Despesas está ciente que é vedado o pagamento de despesas mediante a utilização de recursos de programas de trabalhos não compatíveis com sua finalidade própria, mesmo em caso de remanejamento ilícito de despesas, em desacordo com o disposto no art. 167, inciso VI, da CF/88 e o art. 17 do Dec nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

#### **11. JUSTIFICATIVA PARA NÃO ADOÇÃO DO PROCESSO ELETRÔNICO**

O Cmdo Fron AC/4º BIS está adequando os processos administrativos juntamente com os setores requisitante para a adoção do processo na forma eletrônica, de acordo com o art. 12, VI da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 8.539/2015. Tal adoção entrará em vigor nos próximos processos do 2º semestre do decorrente ano.

#### **12. CONSULTA A POSSÍVEIS IRP PARA PARTICIPANTE**

Devido a distância do Estado do Acre para as demais unidades do Exército Brasileiro, não é vantajoso participar de IRP referente a fornecimento de materiais de consumo, pois, não há vantajosidade para as empresas fornecerem os materiais para o Acre com o mesmo valor praticado nos grandes centros. Caso esta UG participe de uma IRP do Estado de São Paulo, os custos para o transporte seria impraticável para o fornecedor.

#### **13. DECLARAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA**

Declaro que esta UG respeita a programação financeira na presente contratação de acordo com os limites estabelecidos no Decreto nº 8.412, de 26 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2024/2025.

#### **14. DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO E CELEBRAÇÃO DE CONTRATO**

Declaro que está autorizada a celebração do contrato oriundos do Pregão SRP Nº 90005/2024 conforme preceitua o Art. 3º, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, regulamentado pela Portaria Nº 249 MPOG de 13 de junho de 2012, e artigos 10 e 11 da Portaria 597, de 31 de julho de 2012, do Comandante do Exército, Art 8º, VIII do Decreto 10.024 de 2019 e

que esta UG está ciente das orientações e aguardará a disponibilidade do crédito para formalizar o contrato ou instrumento equivalente.



### **15. DA INVIABILIDADE DA DIVULGAÇÃO DA IRP**

Este Comando procura trabalhar de maneira célere, em regime de urgência, com a finalidade de dar celeridade visando à aplicação dos recursos descentralizados previstos para atender as necessidades deste Organização Militar, e, a Seção de Aquisição, Licitações e Contratos enfrenta dificuldade de mobiliar com militares aptos a conduzirem os procedimentos licitatórios necessários ao funcionamento desta Organização Militar, como também, prazos de Divulgação/Negociação/Aceitação/Confirmação, prejudicaria tal feito e mudariam o modelo de Edital já formalizado, prorrogando ainda o certame para uma data mais distante, e, as Notas de Crédito descentralizadas apresentam prazo de empenho exíguo diante do tempo disponível para efetuar a licitação, fazendo a administração correr o risco de perder os recursos durante o andamento do certame, caso não o termine em tempo hábil.

Diante do exposto, resolvo autorizar a SALC a promover os pregões eletrônicos para elaboração de registro de preços, sem abrir a divulgação de intenção de registro de preços para a participação de outros órgãos interessados, em face de escassez de tempo, as contingências econômicas vigentes para o encerramento dos pregões de forma mais célere, o provável risco de descumprimento do cronograma de execução dos serviços.

### **16. DO MODO DE DISPUTA "ABERTO"**

O Cmdo Fron AC/4° BIS, optou pelo modo de disputa "aberto" pela agilidade e facilidade na disputa, em decorrência de haver dois momentos distintos na fase de lances, conforme preconiza o artigo 32 do Decreto nº 10.024/2019, in verbis:

*Art. 32. No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.*

*§ 1º A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.*

*§ 2º Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.*

*§ 3º Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.*

Assim sendo, percebe-se que nesse modo disputa tem-se um período fixo de dez minutos, que, a partir dos dois minutos finais, poderá ser prorrogado em sucessivos períodos de dois minutos, enquanto tiverem sendo ofertados novos lances dentro do lapso temporal desses dois minutos, inclusive quando se tratar de lances intermediários.



Importa esclarecer que, o edital prevê intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.



A vantagem desse modelo de disputa é que a Administração não fica “presa” a um tempo exíguo determinado, e com essas sucessivas prorrogações, as chances de se obter uma proposta mais reduzida, em termos de valores, aumenta.

Diante disso, esta Organização Militar, entende que o modo de disputa aberto gerará mais economicidade e celeridade processual, tendo um ganho de eficiência, para a administração pública federal.

Rio Branco/AC, 04 de março de 2024.



**JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ - Maj**  
Ordenador de Despesas Cmdo Fron/Ac 4ºBIS

\_\_\_ SIAFI2024-CONTABIL-DEMONSTRA-CONRAZAO (CONSULTA RAZAO POR C. CONTABIL)

08/03/24 14:52

USUARIO: AGUIAR

DATA EMISSAO : 12Jan24 VALORIZACAO : 12Jan24 NUMERO : 2024NC401107

UG EMITENTE : 160504 - CENTRO DE OBTENÇÕES DO EXÉRCITO - GESTOR

GESTAO EMITENTE : 00001 - TESOURO NACIONAL

UG/GESTAO FAVORECIDA : 160002 / 00001 - CMDO FRON ACRE/4BIS

OBSERVACAO

(003913-CMDO FRON ACRE / 4° B I S)C SUP-DIV SUBS-PLJ-PASA DSP ORDINÁRIA. OBSER  
VAR REGRAS DO BT30.406-01 . EMPH ATÉ 30/05/2024.



NUM. TRANSFERENCIA :

| EV.    | ESF | PTRES  | FONTE      | ND     | SB | UGR    | PI          | V A L O R  |
|--------|-----|--------|------------|--------|----|--------|-------------|------------|
| 300063 | 1   | 171397 | 1000000000 | 449052 |    | 160504 | E6SUPLJA5PA | 164.600,00 |

LANCADO POR : 06711079175 - WALISSON

UG : 160504 12Jan24 11:16

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA



# PREGÃO ELETRÔNICO

90005/2024

## CONTRATANTE (UASG)

Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva (160002)

## OBJETO

Aquisição de material de permanente para o Setor de Aprisionamento

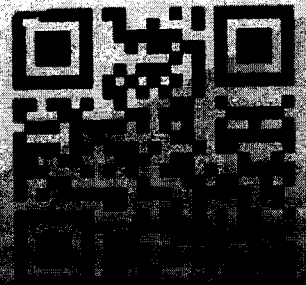
**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**  
R\$ 383.465,64

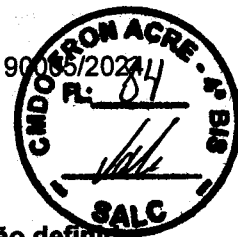
**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**  
Dia 26/03/2024 às 11:00h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
menor preço

**MODO DE DISPUTA:**  
aberto

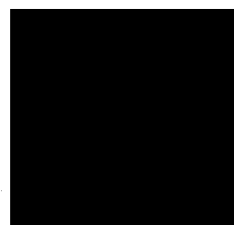
**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**  
SIM





Sumário

|  |                               |
|--|-------------------------------|
| 1. DO OBJETO.....  | Erro! Indicador não definido. |
| ■ [REDACTED].....  | 3                             |
| 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....  | 3                             |
| 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....           | 5                             |
| 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....   | 6                             |
| 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES . | 8                             |
| 7. DA FASE DE JULGAMENTO .....   | 10                            |
| 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....  | 12                            |
| ■ [REDACTED].....  | 14                            |
| ■ [REDACTED].....  | 15                            |
| 11. DOS RECURSOS .....   | 15                            |
| 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....                              | 16                            |
| 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....                | 18                            |
| 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....   | 19                            |





**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE / 4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA  
(4ª Companhia de Fronteira/1956)  
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024**

(Processo Administrativo nº 65323.001620/2024-44)

Torna-se público que o **Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva (Cmdo Fron Acre/4º BIS)**, por meio do(a) **Setor de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC)**, sediado(a) Rua Colômbia, S/N, Bairro Bosque, CEP 69.900-679, Rio Branco-Ac, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **aquisição de material de permanente para o Setor de Aproveitamento** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. **Para TODOS os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.**

3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

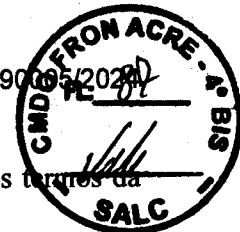
3.7.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.7. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.8. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam



configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A vedação de que trata o item 3.7.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

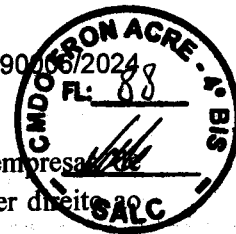
4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;



4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

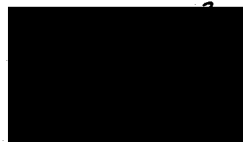
4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:





5.1.1. valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Modelo;

5.1.4. Fabricante;

5.1.5. **Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.**

5.1.6. **Não será aceita proposta incompleta, ou apenas copiada do Termo de Referência. A proposta precisa ser fidedigna com o objeto ofertado.**

5.1.7. **É primordial que a proposta contenha CONTATO VALIDO (e-mail e telefone), caso a CPL necessite entrar em contato.**

5.1.8. **As marcas que porventura forem encontradas no Termo de Referência com base na descrição do material ou nas imagens ilustrativas, poderão ser desconsideradas, pois as mesmas foram selecionadas para facilitar a formulação das propostas, com base em material que este Edital pretende adquirir.**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. **O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação;**

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. **Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.**

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.



5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de referência e as condições de contratação públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. **Havendo divergência entre o edital e compras governamentais, com relação à DESCRIÇÃO de itens, prevalece o que estiver no TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DESTE EDITAL, haja vista que o compras governamentais opera com catálogos preestabelecidos.**

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (Um Real)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

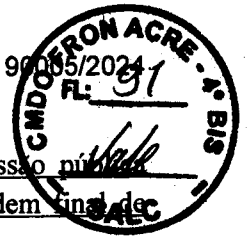
6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. **Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**

6.11.1. **A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.**

6.11.2. **A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.**





6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2. empresas brasileiras;



6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de dezembro de 2009.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. **Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.**

6.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.21. **O pregoeiro irá convocar via chat o licitante melhor classificado para que o mesmo atualize sua proposta ou a negocie, será dado o prazo de 00:10 (dez) minutos para que o licitante melhor convocado responda a convocação do pregoeiro via chat.**

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

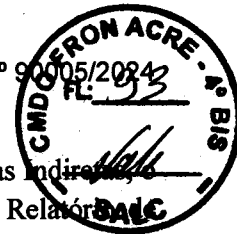
7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.



7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

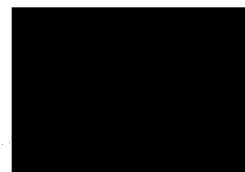
7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.





7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

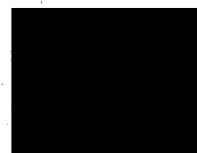
8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **10%** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. **Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).**





- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **(02) DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;



- 8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.
- 8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
  - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

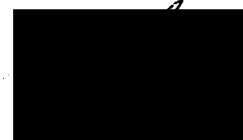


## 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
  - 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
  - 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
  - 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
  - 10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 11.3.2. **o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.**





11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação e lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, Cel: (68) 99909-4424 e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Colômbia S/N, Bairro Bosque, Rio Branco-Ac., nos dias úteis, no horário das 09:30 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

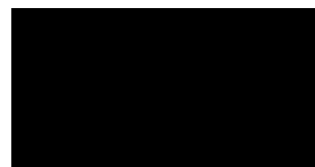
12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato lícitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato lícitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.





12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência de infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

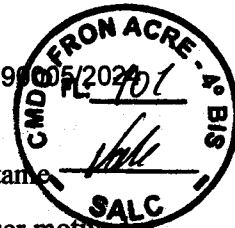
12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail [salc4bis@gmail.com](mailto:salc4bis@gmail.com) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Rua Colômbia, S/N, Bairro Bosque, Rio Branco-AC, CEP 69.900-679.



- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;
    - 14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.
  - 14.11.2. ANEXO II – Imagens Ilustrativas;
  - 14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;
  - 14.11.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;
  - 14.11.5. ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços;
  - 14.11.6. ANEXO VI – Modelo de declaração de sustentabilidade ambiental;



Aprovo o presente Edital, elaborado pelo Chefe do Setor de Aquisição, Licitações e Contratos para aquisição de material permanente para o Setor de Aproveitamento, por meio de Pregão Eletrônico SRP 90005/2024.

Os itens a serem adquiridos são essenciais para apoiar as diversas missões operacionais que Comando de Fronteira Acre/4º Batalhão de Infantaria de Selva, realiza no decorrer do ano.

Rio Branco-AC, 08 de março de 2024



**JULIO JACKSON ALVES DA CRUZ - Maj**  
Ordenador de Despesas do Cndo Fron AC/4º BIS



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE / 4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA  
(4ª Companhia de Fronteira/1956)  
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

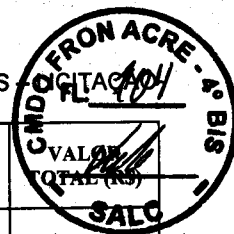
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2024  
(Processo Administrativo nº 65323.001620/2024-44)**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. **Aquisição de material permanente para o setor de abastecimento**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO  | CATMAT | UND MEDIDA | QTD MINIMA | QTD MÁXIMA | VALOR UNT (R\$) | VALOR TOTAL (R\$) |
|------|--|--------|------------|------------|------------|-----------------|-------------------|
| 1    | CADEIRA ESCRITÓRIO/REFEITÓRIO ISO EMPILHÁVEL COM ESTRUTURA EM AÇO: ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO. ACABAMENTO: FILTRO UV COR: PRETA. CAPACIDADE MÍNIMA PARA SUPORTAR 120KG. DIMENSÕES: ALTURA TOTAL: MÍNIMO 81 CM E MÁXIMO 85 CM; ALTURA DO ASSENTO: MÍNIMO 46 CM MÁXIMO 50; LARGURA DO ASSENTO: MÍNIMO 46 CM MÁXIMO 50; PROFUNDIDADE DO ASSENTO: MÍNIMO 40 CM MÁXIMO 45; ALTURA DO ENCOSTO: MÍNIMO 31 CM E MÁXIMO 35CM; LARGURA DO ENCOSTO: MÍNIMO 45,5 CM E MÁXIMO 50CM.                                       | 600936 | Und        | 20         | 180        | 207,77          | 37.398,60         |
| 2    | COIFA INDUSTRIAL 100% EM AÇO INOX, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280CM, LARGURA MÍNIMA 115CM, CENTRAL. ACOMPANHAM O PRODUTO OS SEGUINTE ITENS: DUTO COM 300MM DE DIÂMETRO EM AÇO COM COMPRIMENTO ENTRE 10 E 15 METROS A SER INFORMADO NO MOMENTO DO PEDIDO E DUAS CURVAS EM AÇO PARA FAZER JUNCTÃO NO MESMO DIÂMETRO. EXAUSTOR BLINDADO DE 300MM DE DIÂMETRO, COM CAPACIDADE DE VAZAO DE 2100M3/H E 1740RPM. CHAPÉU CHINES EM AÇO PARA DUTO DE 300MM DE DIÂMETRO. ACOMPANHAM AINDA PARAFUSOS, BUCHAS E PRESILHAS NECESSÁRIAS | 215388 | Und        | 1          | 2          | 10.461,90       | 20.923,80         |

## TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES



| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | CATMAT | UND<br>MEDIDA | QTD MINIMA | QTD<br>MÁXIMA | VALOR UNT<br>(RS) | VALOR<br>TOTAL (RS) |
|------|---|--------|---------------|------------|---------------|-------------------|---------------------|
|      | PARA INSTALAÇÃO DO PRODUTO.   |        |               |            |               |                   |                     |
| 3    | AR CONDICIONADO, COMPRESSOR, TIPO SPLIT INVERTER, COM CAPACIDADE DE 9.000 BTUS FRIO, COM SELO PROCEL CLASSE A, EQUIPADO COM CONTROLE REMOTO DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO CONTENDO TODAS AS FUNÇÕES DO APARELHO, AJUSTE DE TEMPERATURA E FLUXO DE AR, COM DEFLETORES DE AR COM MOVIMENTO AUTOMÁTICO, TENSÃO: 220 VOLTS, FASE MONOFÁSICA (1F), FREQUÊNCIA: 60 HZ. INCLUSOS SUPORTES METÁLICOS PARA FIXAR O EVAPORADOR E O CONDENSADOR. GARANTIA DE 1 ANO. COM ENTREGA E INSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA. | 611339 | Und           | 1          | 4             | 2.248,42          | 8.993,68            |
| 4    | AR-CONDICIONADO, COMPRESSOR, TIPO SPLIT INVERTER, COM CAPACIDADE DE 18.000 BTUS FRIO, COM SELO PROCEL CLASSE A, EQUIPADO COM CONTROLE REMOTO DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO CONTENDO TODAS AS FUNÇÕES DO APARELHO, AJUSTE DE TEMPERATURA E FLUXO DE AR, COM DEFLETORES DE AR COM MOVIMENTO AUTOMÁTICO, TENSÃO: 220 VOLTS, FREQUÊNCIA: 60 HZ. INCLUSOS SUPORTES METÁLICOS PARA FIXAR O EVAPORADOR E O CONDENSADOR. GARANTIA DE 1 ANO. COM ENTREGA E INSTALAÇÃO A CARGO DA CONTRATADA.                      | 480930 | Und           | 1          | 2             | 3.759,39          | 7.518,79            |
| 5    | MOEDOR DE CARNE INDUSTRIAL, MATERIAL CORPO: AÇO INOXIDÁVEL, CAPACIDADE DE MOAGEM: 300 KG/H, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 220 VOLTS, BOCA 22, MATERIAL DA BANDEJA: AÇO INOXIDÁVEL, POTÊNCIA DO MOTOR: 1/2 CV.   | 451437 | Und           | 1          | 2             | 4.965,02          | 9.930,03            |
| 6    | AMASSADEIRA RÁPIDA, MATERIAL: AÇO INOX AISI 304; CAPACIDADE: 25 KG; TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 220 V; APLICAÇÃO: MASSAS ALIMENTÍCIAS; POTÊNCIA MOTOR: 1/2 CV; CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MODELO BASCULANTE, SISTEMA MONOFÁSICO.   | 609290 | Und           | 1          | 2             | 8.795,54          | 17.591,08           |
| 7    | FORNO TURBO ELÉTRICO, FABRICADO EM AÇO SAE 1020, REVESTIDO INTERNAMENTE COM PINTURA ALUMÍNIO (ATÓXICA) E EXTERNAMENTE COM PINTURA EPÓXI OU EM AÇO ESCOVADO. POSSUI A  | 317321 | Und           | 1          | 2             | 12.085,48         | 24.170,96           |

## TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES



| ITEM | ESPECIFICAÇÃO  | CATMAT | UND<br>MEDIDA | QTD MINIMA | QTD<br>MÁXIMA | VALOR UNT<br>(RS) | VALOR<br>TOTAL |
|------|--|--------|---------------|------------|---------------|-------------------|----------------|
|      | FRENTE, PORTA E OS SUPORTES DAS BANDEJAS FABRICADO EM AÇO INOX AISI 430. SISTEMA TURBO QUE ATRAVÉS DE UMA HÉLICE, CIRCULA O AR QUENTE FAZENDO COM QUE O PÃO ASSE UNIFORME. BAIXO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. PAINEL DE FÁCIL OPERAÇÃO, COM BOTÕES DE ACIONAMENTO PARA GERAL, MOTOR E LÂMPADA. CONTROLADOR DIGITAL QUE EMITE UMA ALARME SONORO PARA AVISAR O TÉRMINO DO TEMPO DESEJADO E CONTROLA A TEMPERATURA DESEJADA. CONTROLA O TEMPO DE VAPOR DESEJADO. LUZ PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO DA CÂMARA INTERNA. COMPATÍVEL COM BANDEJAS DE 58 X 70CM E 40 X 60CM. ISOLAMENTO UND TÉRMICO EM LÃ DE ROCHA. RODÍZIOS PARA FACILITAR A LOCOMOÇÃO. MOTOR: 1,0 CV, TENSÃO: 220/380V, Nº DE BANDEJAS: 10, DIMENSÕES (A X L X C): 1935X995X1385MM. |        |               |            |               |                   |                |
| 8    | MODELADORA DE PÃO DE PEDESTAL PARA PRODUÇÃO DE BAGUETES, PÃES, OU QUALQUER OUTRO TIPO DE MASSAS ENROLADAS, DE 25G ATÉ 1 KG. CAPACIDADE: 1500 ATÉ 2000 PÃES/H, PESO: 96 KG, DIMENSÕES (ALT. X LARG. X COMP.) 1180 X 630 X 1150 MM (BANDEJA FECHADA).  | 244335 | Und           | 1          | 2             | 7.095,36          | 14.190,71      |
| 9    | MÁQUINA DE FABRICAR GELO: CARACTERÍSTICAS: DEPÓSITOS PRODUÇÃO: MÍNIMO 80 QUILOGRAMAS/DIA; CAPACIDADE DO DEPÓSITO: ATÉ 50 KG; CARACTERÍSTICAS DO DEPÓSITO DE GABINETE: AÇO INOX; DIMENSÕES A X L X P (CM): 111 X 89 X 54, PESO 77 KG.   | 612076 | Und           | 1          | 2             | 10.834,92         | 21.669,84      |
| 10   | MESA APOIO: MESA DE PANIFICAÇÃO EM AÇO INOX 304, COM TRAVAMENTO EM V INVERTIDO, PARA CARGA DISTRIBUÍDA SOBRE O TAMPO DE 100KG." - ALTURA: 890 MM - LARGURA: 1900 MM - PROFUNDIDADE: 900MM.   | 464844 | Und           | 2          | 8             | 4.008,80          | 32.070,40      |
| 11   | LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL: LIQUIDIFICADOR BASCULANTE 25 LITROS, COPO MONOBLOCO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: POTÊNCIA: 1,0 CV, RPM 3500; VOLTAGEM: 127/220 V.  | 481373 | Und           | 1          | 6             | 2.521,66          | 15.129,96      |
| 12   | CAFETEIRA INDUSTRIAL: CARACTERÍSTICAS: CAFETEIRA ELÉTRICA EM AÇO INOX; CAPACIDADE DE 20 LITROS COM 2 (DOIS) DEPÓSITOS DE 10 LITROS (1 REMOVÍVEL P/ EITE); CARACTERÍSTICAS BÁSICAS:   | 386003 | Und           | 1          | 2             | 2.311,33          | 4.622,67       |

## TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES



| ITEM | ESPECIFICAÇÃO  | CATMAT | UND<br>MEDIDA | QTD MINIMA | QTD<br>MÁXIMA | VALOR UNT<br>(RS) | VALOR<br>TOTAL |
|------|--|--------|---------------|------------|---------------|-------------------|----------------|
|      | AÇO INOX 304; 3 (TRÊS) TORNEIRAS COM SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA VAZAMENTOS E ENTUPIMENTOS; 3 (TRÊS) VISORES DE VIDRO PARA CONTROLE DOS NÍVEIS DE ÁGUA E DE CAFÉ; AQUECIMENTO POR RESISTÊNCIA ELÉTRICA REGULÁVEL; 2 (DUAS) TAMPAS; SACO E ARO COADOR; ALIMENTAÇÃO: 220V OU BI VOLT; POTÊNCIA DE 3000W. DESTAQUES: INTERIOR E ACABAMENTO EM AÇO INOXIDÁVEL; TERMOSTATO COM REGULAGEM DE TEMPERATURA; HIGIÊNICA E FÁCIL DE LIMPAR.  |        |               |            |               |                   |                |
| 13   | FREEZER TIPO: HORIZONTAL, CAPACIDADE: 546 L, ALTURA: 94,40 CM, LARGURA: 166,50 CM, PROFUNDIDADE: 69 CM, QUANTIDADE TAMPAS: 2 UN, SISTEMA DEGELO: MANUAL, COR: BRANCA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: 110/220V V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DRENO FRONTAL.   | 272877 | Und           | 1          | 16            | 3.698,47          | 59.175,47      |
| 14   | LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, 220V, POTÊNCIA 2000 W, SUPORTAR PRESSÃO MÁXIMA E 2350 PSI, PRESSÃO DE TRABALHO 1600 PSI, VAZÃO: 6 LITROS/MIN, MANGUEIRA DE LTA PRESSÃO DE 5 METROS, CABO ELÉTRICO DE 5 METROS, FREQUÊNCIA 50/60 HZ, MOTOR DE INDUÇÃO, MOTOR EQUIPADO COM SISTEMA QUE DESLIGA E LIGA A LAVADORA ATRAVÉS ACIONAMENTO DO GATILHO DA PISTOLA, MOTOR EQUIPADO COM SISTEMA CONTRA SUPERAQUECIMENTO, PISTOLA DE ALTA PRESSÃO, PONTEIRA PARA REGULAR O JATO DE SAÍDA DE ÁGUA, PONTEIRA PARA JATO TURBO, PONTEIRA DE JATO TURBO PARA LAVADORAS DE ALTA PRESSÃO, DISPOSITIVO PARA APLICAÇÃO DE DETERGENTE E ENGATE RÁPIDO PARA MANGUEIRA DE FORNECIMENTO, DUPLO DISPOSITIVO PARA APLICAÇÃO DE SABÃO, REGULAGEM DO LEQUE DE ACORDO COM O TRABALHO A SER REALIZADO, DISPOSITIVO DE JATO TURBO PARA LIMPEZAS PESADAS, SISTEMA DE ENCAIXE RÁPIDO DA MANGUEIRA, EQUIPADA COM DUAS RODAS, DISPOSITIVO COM MANIVELA ACOPLADA PARA ENROLAR A MANGUEIRA, SUPORTES PARA OS ACESSÓRIOS E CABO ELÉTRICO. | 462874 | Und           | 1          | 2             | 1.982,52          | 3.965,04       |

## TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES

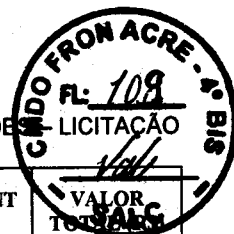


| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | CATMAT | UND MEDIDA | QTD MINIMA | QTD MÁXIMA | VALOR UNT (RS) | VALOR TOTAL |
|------|---|--------|------------|------------|------------|----------------|-------------|
| 15   | BEBEDOURO INDUSTRIAL, COM CAPACIDADE PARA 200 LITROS DE ÁGUA GELADA, GABINETE EM AÇO INOX 430 PROTEGIDO COM PVC, 4 TORNEIRAS, ISOLAMENTO EPS, SERPENTINA INTERNA EM AÇO INOX 304, APARADOR/CUBA EM AÇO INOX 430, 2 TORNEIRAS DO TIPO "TORNEIRA" E 2 TORNEIRAS TIPO "ESGUICHO" NAS EXTREMIDADES, ACOMPANHADO DE FILTRO, COMPRESSOR, GÁS R134A (ECOLÓGICO), CONTROLE DE TEMPERATURA ATRAVÉS DE TERMOSTATO COM REGULAGEM, TENSÃO 220V, GARANTIA DE 12 MESES. ACOMPANHADO DE KIT INSTALAÇÃO, KIT MANGUEIRA PARA UTILIZAÇÃO EXTERNA DA TORNEIRA. | 611720 | Und        | 1          | 2          | 3.901,00       | 7.802,00    |
| 16   | FOGÃO INDUSTRIAL ALTA PRESSÃO 6 BOCAS ESTRUTURA EM AÇO INOXIDÁVEL COM GRELHAS EM FERRO FUNDIDO 6 QUEIMADORES DUPLOS COM AS SEGUINTE DIMENSÕES: 43CM X 43CM EM FERRO FUNDIDO (DIAM. MÍNIMO 175 MM). CONSUMO DE GÁS POR QUEIMADOR: 0,510 KG/H COMPRIMENTO DO FOGÃO: MÍNIMO DE 140 CM DE COMPRIMENTO, MÍNIMO 116 CM DE LARGURA OU PROFUNDIDADE E MÍNIMO 80 CM DE ALTURA.   | 290999 | Und        | 1          | 6          | 4.707,66       | 28.245,94   |
| 17   | ARMADILHA LUMINOSA SLIM-115 PEGA MOSCAS MOSQUITOS INSETOS. INFORMAÇÕES TÉCNICAS: MATERIAL: ALUMÍNIO DIMENSÕES: 66X6,0X27,8 CM PESO: 2,3 KG COR: BRANCO POTÊNCIA: LÂMPADAS LED ULTRAVIOLETA DE 8 WATTS QUE EQUIVALEM A UMA DE 40 WATTS COMUM. ÁREA DE ABRANGÊNCIA: 50M TENSÃO: 220V. (POSSUI GRADE DE PROTEÇÃO NOS 2 LADOS, FRONTAL E POSTERIOR).  | 441699 | Und        | 1          | 8          | 704,15         | 5.633,18    |
| 18   | CARRINHO DE TRANSPORTE PESADO COM CAPACIDADE PARA 500KG. CHAPA EM AÇO.  | 225362 | Und        | 1          | 2          | 1.922,82       | 3.845,64    |
| 19   | BALANÇA INDUSTRIAL DIGITAL EM INOX COM BATERIA, CAPACIDADE MÍNIMA 300 KG 90V/250V 55 CM X 40 CM.  | 384273 | Und        | 1          | 4          | 1.547,67       | 6.190,67    |
| 20   | ARMÁRIO DE PÃO EM AÇO INOX CONTENDO 20 ASSADEIRAS PARA PÃO FRANCÊS E MASSA FINA CONFORME O PEDIDO.  | 474332 | Und        | 1          | 6          | 3.071,20       | 18.427,20   |
| 21   | EXAUSTOR MATERIAL: AÇO CARBONO, POTÊNCIA MOTOR: 1 CV, TIPO MOTOR: TRIFÁSICO, TENSÃO: 220 V, VAZÃO: 4.000  | 601644 | Und        | 1          | 4          | 2.615,78       | 10.463,12   |

## TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES



| ITEM | ESPECIFICAÇÃO  | CATMAT | UND<br>MEDIDA | QTD MINIMA | QTD<br>MÁXIMA | VALOR UNT<br>(RS) | VALOR<br>TOTAL<br>R\$ |
|------|--|--------|---------------|------------|---------------|-------------------|-----------------------|
|      | M3/H, TIPO: AXIAL, FREQUÊNCIA: 60 H  |        |               |            |               |                   |                       |
| 22   | FORNO DE PIZZA INDUSTRIAL A GÁS FORNO A GÁS INDUSTRIAL COM PEDRA REFRATÁRIA 100X68 GASTROMI PARA ASSAR PIZZAS E BOLOS EM AÇO INOX, MODELO FIRI110 DIMENSÕES: ALTURA 1270 MM ALTURA TOTAL 1530 MM LARGURA 1120 MM PROFUNDIDADE: 975MM.  | 290951 | Und           | 1          | 2             | 3.396,18          | 6.792,37              |
| 23   | CARRO AUXILIAR DE TRANSPORTE EM AÇO INOX COM 3 PRATELEIRAS COM ALÇAS TUBULARES PARA MOVIMENTAÇÃO NOS DOIS LADOS PRATELEIRAS COM REBAIXO ESTAMPADOS PARA EVITAR QUEDA DE RECIPIENTES E GARANTIR GRANDE DURABILIDADE 4 RODAS GIRATÓRIAS DE FÁCIL MOVIMENTAÇÃO TAMANHO: COMPRIMENTO MÍNIMO 850 MM (85 CM) LARGURA MÍNIMA DE 450 MM (45 CM) ALTURA MÍNIMA 900 MM (90 CM).  | 428195 | Und           | 1          | 2             | 1.556,00          | 3.112,00              |
| 24   | IMPRESSORA TÉRMICA: IMPRESSORA DE ETIQUETA PARA CRIAR RÓTULOS DE PAPEL PARA PACOTES, ENVELOPES, PASTAS DE ARQUIVO, CRACHÁS, ENTRE OUTROS. ESSA IMPRESSORA TÉRMICA REALIZA IMPRESSÕES COM ALTA VELOCIDADE DE ATÉ 93 ETIQUETAS DE ENDEREÇO POR MINUTO COM TEXTO PRETO A 300 DPI, ALÉM DISSO, REALIZA IMPRESSÕES DE ETIQUETAS PRÉ-DIMENSIONADAS, FÁCEIS DE DESTACAR, ALÉM DE FITAS EM PAPEL E EM FILME DE COMPRIMENTO CONTÍNUO DA LINHA DE FITAS DK. ESPECIFICAÇÕES DO HARDWARE: TIPO DE FITA: DK MODO DE OPERAÇÃO: APENAS CONECTADA AO PC CORTADOR: AUTOMÁTICO VELOCIDADE DE IMPRESSÃO (ETIQUETAS POR MINUTO): IMPRIME ATÉ 93 ETIQUETAS DE ENDEREÇAMENTO PADRÃO POR MINUTO COM TEXTO EM PRETO A 300 DPI, ROLOS DE ETIQUETA: PRÉ CORTADO E CONTÍNUO, LARGURA MÁX. DA ETIQUETA: 62 MM, LARGURA MÁX. DA IMPRESSÃO: 59 MM, COMPRIMENTO MÁX. DA ETIQUETA: 1 M, RESOLUÇÃO (DPI): ATÉ 300 X 600 IMPRESSÃO EM PRETO/VERMELHO USANDO A FITA DK-2251: SIM, INTERFACE: USB. SIMILAR OU SUPERIOR A BROTHER QL-800 QL800. | 408972 | Und           | 1          | 2             | 1.504,00          | 3.008,00              |
| 25   | FILTRO CENTRAL DE ÁGUA POTÁVEL, ESTRUTURA EM AÇO INOXIDÁVEL, EQUIPADO COM  | 465405 | Und           | 1          | 2             | 6.297,25          | 12.594,50             |



| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | CATMAT | UND<br>MEDIDA | QTD MINIMA | QTD<br>MÁXIMA | VALOR UNT<br>(RS) | VALOR<br>TOTAL |
|------|---|--------|---------------|------------|---------------|-------------------|----------------|
|      | VÁLVULA AUTOMÁTICA PROGRAMÁVEL PARA RETRO LAVAGEM, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000L/H, FILTRAGEM REALIZADA POR UM PROCESSO NATURAL, SEM UTILIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, GASEIFICAÇÃO OU REAGENTES QUÍMICOS. SIMILAR OU SUPERIOR O FILTRO CENTRAL DE ÁGUA FUSATI ATLÂNTICO 1500L/H COMPLETO. |        |               |            |               |                   |                |

|                    |                      |
|--------------------|----------------------|
| <b>VALOR TOTAL</b> | <b>RS 383.465,64</b> |
|--------------------|----------------------|

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. **O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.**

1.5. **As marcas dos materiais que por ventura forem encontradas no Termo de Referência com base na descrição do material ou nas imagens ilustrativas, poderão ser desconsideradas, pois as mesmas foram adicionadas para facilitar a formulação das propostas, com base em um material que este Comando pretende adquirir.**

1.6. **O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.**

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:

2.3. **O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.**

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os materiais deverão ter o selo de Garantia do INMETRO e/ou ANVISA de acordo com suas especificidades;

4.1.2. Que os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e armazenamento;

4.1.3. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);

##### Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

##### Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

##### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho por meio eletrônico, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Colômbia, s/n, Rio Branco-Acre, CEP: 69900-679, em dias úteis, nos horários de 9:30h às 16:30h.

##### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

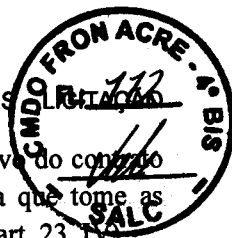
6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).



6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o **inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021**, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do **art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021**, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022**.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o **inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021**.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no **art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021**.



7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

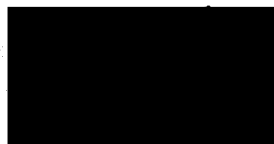
7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

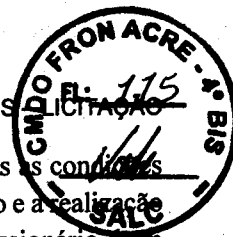
7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.25. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.





7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a regularização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **INTEGRAL conforme Nota de Empenho**.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial,

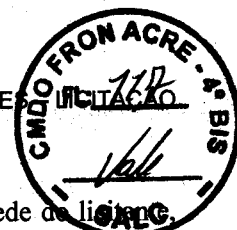


agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.20. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



### Qualificação Econômico-Financeira

- 8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede de licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.25.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação**
- 8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

### Qualificação Técnica

- 8.27.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.27.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.28. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.28.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 8.28.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;



8.28.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.28.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.28.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 383.465,64 (trezentos e oitenta e três mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1.1 deste TR

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 160002;
- II) Fonte de Recursos: 1000000000;
- III) Programa de Trabalho: 171397;
- IV) Elemento de Despesa: 449052;
- V) Plano Interno: E6SUPLJA5PA.

Rio Branco-AC, 11 de março de 2024.

**CLEISSON MELGAREJO CUEVA – 2ºTen**  
Encarregado do Setor de Aprovisionamento

Com fundamento legal no inciso II do Art. 14, do Decreto nº10.024/2019, **APROVO** o presente **Termo de Referência**, bem como **AUTORIZO** a realização de procedimento licitatório visando a aquisição de material permanente para o setor de aprovisionamento, com observância aos dispositivos do respectivo decreto e demais legislações correlatas.

**JÚLIO JAC [REDACTED] Z – Maj**  
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4º BIS



## Estudo Técnico Preliminar 4/2024

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 65323.001620/2024-44

### 2. Descrição da necessidade

A aquisição do presente objeto tem por finalidade a manutenção as áreas de manipulação, conservação e consumo dos gêneros administrados pelo Setor de Aprovisionamento do Cmdo Fron/4BIS.

Após a análise da equipe do setor de aprovisionamento foram observadas as seguintes necessidades:

- Aquisição de 180 cadeiras para reposição nos refeitórios dos Of/ST/Sgts/Cb/Sd.
- Aquisição de 2 moedores industriais para o açougue.
- Aquisição de 15 Freezers horizontais para reposição na sede e todos os pefs.
- Aquisição de 3 Armários de pães para a padaria.
- Aquisição de 8 mesas de manipulação de alimentos 100% em aço Inox.
- Aquisição de 6 Fogões Industriais 6 bocas.
- Aquisição de 4 bebedouros para os cassinos dos Oficiais, Subtenentes, sargentos e Cabos/Soldados

A aquisição das 180 CADEIRAS para os cassinos é se faz necessária devido o estado de conservação das cadeiras utilizadas atualmente não atenderem mais condições mínimas de uso. Os freezers são utilizados como equipamento essencial em deslocamentos e desdobramentos no terreno para armazenamento.

### 3. Área requisitante

Aprovisionamento

3. Sgt Eugenio

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para que a presente aquisição, existem requisitos mínimos para sua execução:

A presente contratação deve observar as seguintes leis e normas:

- Lei nº14.133, de 1 de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

#### 4.1 REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO:

O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados exibidos, apresentando, dentre outros documentos, a cópia do contrato que deu suporte à contratação, o endereço atual da Contratante e o local em que foram prestados os serviços.



Seguro Facultativo de Responsabilidade Civil por Desaparecimento de Carga (RCF-DC).

A Contratada deverá se obrigar a indenizar ou reparar todas e quaisquer avarias, que porventura venham a se produzir na bagagem, bem como sua perda ou furto, total ou parcial, durante a execução dos serviços ora estipulados. Esta indenização não dependerá do ressarcimento de danos causados por terceiros à Contratada.

Os valores relativos a seguros deverão ser incorporados no preço ofertado;

O seguro cuja taxa estará incluída no preço proposto pela Contratada deverá cobrir integralmente qualquer forma de dano, desaparecimento, extravio, roubo, furto e apropriação indébita.

#### 4.2 REQUISITOS TEMPORAIS:

Os materiais deverão ser entregues dentro do horário de expediente interno da OM, a saber: segunda a quinta-feira das 10:00 às 11:30 e 13:30 às 15:30 horas; e sexta-feira das 09:00 às 11:30 horas.

A entrega do material deverá ser realizada em até 60 dias da data do recebimento do empenho.

#### 4.3 REQUISITO DE SUSTENTABILIDADE:

A Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos com a redução de desperdícios e menor poluição, tais como:

Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas poluentes; Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

Treinamento e capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios e poluição; e

Adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com o Art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

## 5. Levantamento de Mercado

**Parâmetro I**, Pannel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>, utilizando por base e partir dos filtros: Ano da contratação, Unidade de fornecimento, UASG, Modalidade de contratação, Especificação do serviço. **Não foram encontrados alguns itens com sua descrição original.**

**Parâmetro II**, Contratação similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores À data da pesquisa de preço. **Não foram encontrados alguns itens com sua descrição original.**

**Parâmetro III**, Pesquisa Publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso. **Foram obtidos resultados satisfatórios usando este parâmetro de pesquisa de preço**

**Parâmetro IV**, Sistema de Acompanhamento da Gestão, disponível no endereço eletrônico <http://sag.2icfex.eb.mil.br/sag2022/index.php>, utilizando por base e partir dos filtros: Ano da contratação, Especificação do serviço ou material, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias. **Foram obtidos resultados satisfatórios usando este parâmetro de pesquisa de preço**

**Parâmetro V**, Pesquisa com os Fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias. **Foram obtidos resultados satisfatórios usando este parâmetro de pesquisa de preço.**



Por conseguinte foram utilizados diversos parâmetros para se chegar a um preço mais próximo da realidade da região servida como base para a definição do preço médio final no portal Compras.gov.

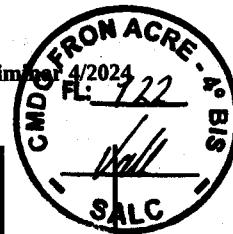
## 6. Descrição da solução como um todo

Eventual aquisição de equipamentos de cozinha para atividade fim do Setor de Aprovisionamento e para atender as necessidades do PDRLog 2023.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade estimada para a presente contratação foi baseada na análise da equipe do setor de aprovisionamento levando em conta o valor de crédito recebido conforme tabela abaixo:

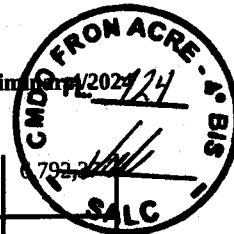
| Item | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO  | Und de Forn | Qtde | CAT MAT | VALOR MÉDIO   | VALOR TOTAL   |
|------|---|-------------|------|---------|---------------|---------------|
| 1    | Cadeira escritório/refeitório Iso empilhável com estrutura em aço; assento e encosto em Polipropileno. Acabamento: Filtro UV Cor: Preta. Capacidade mínima para suportar 120kg. Dimensões:<br>Altura total: mínimo 81 cm e máximo 85cm;<br>Altura do assento:mínimo 46 cm máximo 50;<br>Largura do assento: mínimo 46 cm máximo 50;<br>Profundidade do assento: mínimo 40 cm máximo 45;<br>Altura do encosto: mínimo 31 cm e máximo 35cm;<br>Largura do encosto: mínimo 45,5 cm e máximo 50cm.  | Und         | 180  | 612547  | R\$ 207,77    | R\$ 37.398,60 |
| 2    | COIFA INDUSTRIAL 100% EM AÇO INOX, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280CM, LARGUMA MINIMA 115CM, CENTRAL. ACOMPANHAM O PRODUTO OS SEGUINTE ITENS: DUTO COM 300MM DE DIAMETRO EM AÇO COM COMPRIMENTO ENTRE 10 E 15 METROS A SER INFORMADO NO MOMENTO DO PEDIDO E DUAS CURVAS EM AÇO PARA FAZER JUNÇÃO NO MESMO DIAMETRO. EXAUSTOR BLINDADO DE 300MM DE DIAMETRO, COM CAPACIDADE DE VAZAO DE 2100M3/H E 1740RPM. CHAPEU CHINES EM AÇO PARA DUTO DE 300MM DE DIAMETRO. ACOMPANHAM AINDA PARAFUSOS, BUCHAS E PRESILHAS NECESSÁRIAS PARA INSTAÇÃO DO PRODUTO. | Und         | 2    | 215388  | R\$ 10.461,90 | R\$ 20.923,80 |
| 3    | Ar condicionado, compressor, tipo split inverter, com capacidade de 9.000 btus frio, com selo PROCEL classe A, equipado com controle remoto display de cristal líquido contendo todas as funções do aparelho, ajuste de temperatura e fluxo de ar, com defletores de ar com movimento automático, tensão: 220 volts, fase: monofásica (1f), frequência: 60 HZ. Inclusos suportes metálicos para fixar o evaporador e o condensador. Garantia de 1 ano. Com entrega e instalação a cargo da contratada.  | Und         | 4    | 611339  | R\$ 2.248,42  | R\$ 8.993,68  |
| 4    | Ar-condicionado, compressor, tipo split inverter, com capacidade de 18.000 btus frio, com selo procel classe A, equipado com controle remoto display de cristal líquido contendo todas as funções do aparelho, ajuste de temperatura e fluxo de ar, com defletores de ar com movimento automático, tensão: 220 volts, frequência: 60 hz. Inclusos suportes  | Und         | 2    | 611340  | R\$ 3.759,39  | R\$ 7.518,79  |



|    |  |     |   |        |               |               |
|----|--|-----|---|--------|---------------|---------------|
|    | metálicos para fixar o evaporador e o condensador. Garantia de 1 ano. Com entrega e instalação a cargo da contratada.  |     |   |        |               |               |
| 5  | Moedor de carne industrial, material corpo: aço inoxidável, capacidade de moagem: 300 kg/h, características adicionais: 220 volts, boca 22, material da bandeja: aço inoxidável, potência do motor: 1/2 cv.  | Und | 2 | 451437 | R\$ 4.965,02  | R\$ 9.930,03  |
| 6  | Amassadeira rápida, material: aço inox aisi 304; capacidade: 25 kg; tensão alimentação: 220 v; aplicação: massas alimentícias; potência motor: 1/2 cv; características adicionais: modelo basculante, sistema monofásico.  | Und | 2 | 609290 | R\$ 8.795,54  | R\$ 17.591,08 |
| 7  | Forno turbo elétrico, fabricado em aço sae 1020 revestido internamente com pintura alumínio (atóxica) e externamente com pintura epóxi ou em aço escovado. possui a frente, porta e os suportes das bandejas fabricado em aço inox aisi 430. sistema turbo que através de uma hélice, circula o ar quente fazendo com que o pão asse uniforme. baixo consumo de energia elétrica. painel de fácil operação, com botões de acionamento para geral, motor e lâmpada. controlador digital que emite um alarme sonoro para avisar o término do tempo desejado e controla a temperatura desejada. controla o tempo de vapor desejado. luz para melhor visualização da câmara interna. compatível com bandejas de 58 x 70cm e 40 x 60cm. isolamento und térmico em lâ de rocha. rodízios para facilitar a locomoção. motor: 1,0 cv , tensão: 220/380v, n° de bandejas: 10, dimensões (a x l x c): 1935x995x1385mm. | Und | 2 | 308631 | R\$ 12.085,48 | R\$ 24.170,96 |
| 8  | Modeladora de pão de pedestal para produção de baguetes, pães, ou qualquer outro tipo de massas enroladas, de 25g até 1 kg. capacidade: 1500 até 2000 pães/h, peso: 96 kg, dimensões (alt. x larg. x comp.) 1180x630x1150mm (bandeja fechada).   | Und | 2 | 609344 | R\$ 7.095,36  | R\$ 14.190,71 |
| 9  | Máquina de fabricar gelo: características: depósitos produção: mínimo 80 quilogramas/dia; capacidade do depósito: até 50 kg; características do depósito de gabinete: aço inox; dimensões a x l x p (cm): 111 x 89 x 54, peso 77 kg.   | Und | 2 | 383866 | R\$ 10.834,92 | R\$ 21.669,84 |
| 10 | Mesa apoio: mesa de panificação em aço inox 304, com travamento em v invertido, para carga distribuída sobre o tampo de 100kg." - altura: 890mm - largura: 1900mm - profundidade: 900mm  | Und | 8 | 477008 | R\$ 4.008,80  | R\$ 32.070,40 |
| 11 | Liquidificador industrial: liquidificador basculante 25 litros, copo monobloco, com as seguintes características: potência: 1,0 cv , rpm 3500; voltagem: 127/ 220 v.   | Und | 6 | 319454 | R\$ 2.521,66  | R\$ 15.129,96 |
| 12 | Cafeteira industrial: características: cafeteira elétrica em aço inox; capacidade de 20 litros com 2 (dois) depósitos de 10 litros (1 removível p/ leite); características básicas: aço inox 304; 3 (três) torneiras com sistema de proteção contra vazamentos e entupimentos; 3 (três) visores de vidro para controle dos níveis de água e de café; aquecimento por resistência elétrica regulável; 2 (duas) tampas; saco e aro coador; alimentação: 220v ou bi volt; potência de 3000w. destaques: interior e acabamento em aço inoxidável; termostato com regulagem de temperatura; higiênica e fácil de limpar.  | Und | 2 | 394823 | R\$ 2.311,33  | R\$ 4.622,67  |



|    |   |     |    |        |                 |                  |
|----|---|-----|----|--------|-----------------|------------------|
| 13 | Freezer tipo: horizontal, capacidade: 546 l, altura: 94,40 cm, largura: 166,50 cm, profundidade: 69 cm, quantidade tampas: 2 un, sistema degelo: manual, cor: branca, tensão alimenta o: 110/220v v, características adicionais: dreno frontal.   | Und | 16 | 272877 | R\$<br>3.698,47 | R\$<br>59.175    |
| 14 | Lavadora de alta pressão, 220v, potência 2000 w, suportar pressão máxima de 2350 psi, pressão de trabalho 1600 psi, vazão: 6 litros/min, mangueira de alta pressão de 5 metros, cabo elétrico de 5 metros, frequência 50/60 hz, motor de indu o, motor equipado com sistema que desliga e liga a lavadora através acionamento do gatilho da pistola, motor equipado com sistema contra superaquecimento, pistola de alta pressão, ponteira para regular o jato de saída de água, ponteira para jato turbo, ponteira de jato turbo para lavadoras de alta pressão, dispositivo para aplica o de detergente e engate rápido para mangueira de fornecimento, duplo dispositivo para aplica o de sabão, regulagem do leque de acordo com o trabalho a ser realizado, dispositivo de jato turbo para limpeza pesada, sistema de encaixe rápido da mangueira, equipada com duas rodas, dispositivo com manivela acoplada para enrolar a mangueira, suportes para os acessórios e cabo elétrico. | Und | 2  | 462874 | R\$<br>1.982,52 | R\$<br>3.965,04  |
| 15 | Bebedouro industrial, com capacidade para 200 litros de água gelada, gabinete em  o inox 430 protegido com PVC, 4 torneiras, isolamento EPS, serpentina interna em  o inox 304, aparador/cuba em  o inox 430, 2 torneiras do tipo "torneira" e 2 torneiras tipo "esguicho" nas extremidades, acompanhado de filtro, compressor, gás r134a (ecológico), controle de temperatura através de termostato com regulagem, tensão 220v, garantia de 12 meses. Acompanhado de Kit Instala o, kit mangueira para utiliza o externa da torneira.  | Und | 2  | 611720 | R\$<br>3.901,00 | R\$<br>7.802,00  |
| 16 | Fogão industrial alta pressão 6 bocas Estrutura em  o inoxidável com Grelhas em ferro fundido 6 Queimadores duplos com as seguintes dimensões: 43cm x 43cm em ferro fundido (Diâm. m imo 175 mm). Consumo de gás por queimador: 0,510 kg/h Comprimento do fogão: m imo de 140cm de comprimento, m imo 116 cm de largura ou profundidade e m imo 80 cm de altura.  | Und | 6  | 600610 | R\$<br>4.707,66 | R\$<br>28.245,94 |
| 17 | Armadilha Luminosa Slim-115 Pega Moscas Mosquitos Insetos. Informa es Técnicas:<br>Material: Alumínio Dimensões: 66x6,0x27,8 cm Peso: 2,3 Kg Cor: Branco Potência: Lâmpadas Led Ultravioleta de 8 watts que equivalem a uma de 40 watts comum.  rea de abrangência: 50m Tensão: 220V<br>Itens Inclusos 1 Mata Mosquitos (Possui grade de prote o nos 2 lados, frontal e posterior)  | Und | 8  | 451476 | R\$ 704,15      | R\$<br>5.633,18  |
| 18 | Carrinho de transporte pesado com capacidade para 500kg. Chapa em  o.   | Und | 2  | 486778 | R\$<br>1.922,82 | R\$<br>3.845,64  |
| 19 | Balança industrial digital em Inox com bateria, capacidade m ima 300kg 90V/250V 55 cm x 40 cm.  | Und | 4  | 454433 | R\$<br>1.547,67 | R\$<br>6.190,67  |
| 20 | Armário de Pão em  o inox contendo 20 Assadeiras para pão frances e massa fina conforme o pedido.   | Und | 6  | 474332 | R\$<br>3.071,20 | R\$<br>18.427,20 |
| 21 | Exaustor Material:  o Carbono , Potência Motor: 1 CV, Tipo Motor: Trifásico , Tensão: 220 V, Vazão: 4.000 M3/H, Tipo: Axial , Frequência: 60 H  | Und | 4  | 601645 | R\$<br>2.615,78 | R\$<br>10.463,12 |
| 22 | Forno de Pizza Industrial a Gás Forno a gás industrial com Pedra Refratária 100x68 Gastroni para assar pizzas e bolos em  o inox, modelo FIRI110  | Und | 2  | 484396 | R\$             | R\$              |



|    |   |     |   |        |                 |                  |
|----|---|-----|---|--------|-----------------|------------------|
|    | Dimensões: Altura 1270mmAltura total 1530mm Largura 1120mm<br>Profundidade :975mm   |     |   |        | 3.396,18        | 6.792,36         |
| 23 | Carro auxiliar de transporte em aço inox com 3 prateleiras<br>Com alças tubulares para movimentação nos dois lados<br>Prateleiras com rebaixo estampados para evitar queda de recipientes e<br>garantir grande durabilidade<br>4 rodas giratórias de fácil movimentaçãoTamanho: Comprimento<br>mínimo 850 mm ( 85 cm ) Largura mínima de 450 mm ( 45 cm )<br>Altura mínima 900 mm ( 90 cm )   | Und | 2 | 434047 | R\$<br>1.556,00 | R\$<br>3.112,00  |
| 24 | <b>IMPRESSORA TÉRMICA</b><br>Impressora de etiqueta para criar rótulos de papel para pacotes,<br>envelopes, pastas de arquivo, crachás, entre outros. Essa impressora<br>térmica realiza impressões com alta velocidade de até 93 etiquetas de<br>endereço por minuto com texto preto a 300dpi, além disso, realiza<br>impressões de etiquetas pré-dimensionadas, fáceis de destacar, além de<br>fitas em papel e em filme de comprimento contínuo da linha de fitas<br>DK. especificações do Hardware: Tipo de Fita: DK Modo de Operação:<br>Apenas conectada ao PC Cortador: Automático Velocidade de<br>Impressão (etiquetas por minuto): Imprime até 93 etiquetas de<br>endereçamento padrão por minuto com texto em preto a 300 dpi , Rolos<br>de Etiqueta: Pré Cortado e Contínuo, Largura Máx. da Etiqueta: 62 mm,<br>Largura Máx. da Impressão: 59 mm, Comprimento Máx. da Etiqueta: 1<br>m, Resolução (dpi): Até 300 x 600 Impressão em Preto/Vermelho<br>usando a fita DK-2251: Sim, Interface: USB. Similar ou superior a<br>BROTHER QL-800 QL800. | Und | 2 | 458740 | R\$<br>1.504,00 | R\$<br>3.008,00  |
| 25 | Filtro Central de Água potável, estrutura em aço inoxidável, equipado<br>com válvula automática programável para retro lavagem, com<br>capacidade mínima de 1000L/H, filtragem realizada por um processo<br>natural, sem utilização de energia elétrica, gaseificação ou reagentes<br>químicos.<br>Similar ou superior o Filtro Central De Água Fusati Atlântico 1500l/h<br>Completo.   | Und | 2 | 603341 | R\$<br>6.297,25 | R\$<br>12.594,50 |

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 383.465,64

TREZENTOS E OITENTA E TRÊS MIL, QUATROCENTOS E SESENTA E CINCO REAIS E SESENTA E QUATRO CENTAVOS.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A presente solução comporta o parcelamento, uma vez que se trata da aquisição de equipamentos por itens, o que possibilita uma maior economicidade.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a inviabilidade e contratação desta demanda.



## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações desta Unidade Gerenciadora, baseando nos objetivos apontados no Plano de Gestão.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Melhoria no âmbito de trabalho;
- Excelência no serviço prestado;
- Facilitar a confecção e distribuição dos alimentos;
- Flexibilidade, possibilitando a adaptação às variações da intensidade do fluxo de suprimento diante das necessidades administrativas;
- Evitar a interrupção do fluxo, evitando a paralisação de atividades essenciais por falta de suprimento;
- Obtenção de integração da logística de forma permanente e contínua dentro das OM de suprimento do EB;
- Redução do risco logístico.
- Melhoria nas instalações do setor de provisionamento em geral.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não foi evidenciada necessidade de adequações no ambiente do órgão.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Para a presente contratação não se vislumbra impactos ambientais de maior importância.

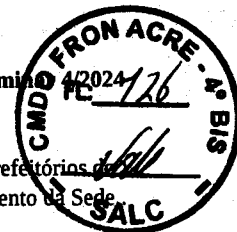
## 15. Memória de Cálculo

As quantidades solicitadas dos materiais a serem requisitados foram calculadas tendo em vista as reais necessidades encontradas e priorizadas.

As quantidades calculadas, foram baseadas em aquisições passadas e estudos de viabilidade para 1ª aquisição.

-Fonte do calculo: Pedido Siscofis, ultimas aquisições, orientações do Programa de Auditoria e Segurança Alimentar (PASA), público militar atendido.

| Nº do Item | Item   | UNID FORNC | QNT | Justificativa |
|------------|--|------------|-----|---------------|
|            | Cadeira escritório/refeitório Iso empilhável com estrutura em aço: assento e encosto em Polipropileno. |            |     |               |



|    |   |     |     |   |
|----|---|-----|-----|---|
| 01 | Acabamento: Filtro UV Cor: Preta. Capacidade mínima para suportar 120kg. Dimensões:<br>Altura total: mínimo 81 cm e máximo 85cm;<br>Altura do assento: mínimo 46 cm máximo 50;<br>Largura do assento: mínimo 46 cm máximo 50;<br>Profundidade do assento: mínimo 40 cm máximo 45;<br>Altura do encosto: mínimo 31 cm e máximo 35cm;<br>Largura do encosto: mínimo 45,5 cm e máximo 50cm.  | UND | 180 | - Serão utilizadas nos refeitórios de Aproveitamento da Sede<br>- Efetivo a alimentar diário: 600 mili  |
| 02 | COIFA INDUSTRIAL 100% EM AÇO INOX, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 280CM, LARGURA MINIMA 115CM, CENTRAL.<br>ACOMPANHAM O PRODUTO OS SEGUINTE ITENS: DUTO COM 300MM DE DIAMETRO EM AÇO COM COMPRIMENTO ENTRE 10 E 15 METROS A SER INFORMADO NO MOMENTO DO PEDIDO E DUAS CURVAS EM AÇO PARA FAZER JUNÇÃO NO MESMO DIAMETRO. EXAUSTOR BLINDADO DE 300MM DE DIAMETRO, COM CAPACIDADE DE VAZAO DE 2100M3/H E 1740RPM.<br>CHAPEU CHINES EM AÇO PARA DUTO DE 300MM DE DIAMETRO. ACOMPANHAM AINDA PARAFUSOS, BUCHAS E PRESILHAS NECESSÁRIAS PARA INSTAÇÃO DO PRODUTO. | UND | 2   | - Será utilizadas na cozinha e padaria Rancho da SEDE, desta organizaç militar.<br>- COZINHA SEDE: 01<br>- PADARIA SEDE: 01<br>- Efetivo a alimentar diário: 600 mili |
| 03 | Ar condicionador, compressor, tipo split inverter, com capacidade de 9.000 btus frio, com selo PROCEL classe A, equipado com controle remoto display de cristal líquido contendo todas as funções do aparelho, ajuste de temperatura e fluxo de ar, com defletores de ar com movimento automático, tensão: 220 volts, fase: monofásica (1f), frequência: 60 HZ. Inclusos suportes metálicos para fixar o evaporador e o condensador. Garantia de 1 ano. Com entrega e instalação a cargo da contratada.   | UND | 4   | - Serão utilizados na área de manipulação de carnes e confecção de saladas. da Organização militar.<br>- SALADEIRO: 02 und<br>- AÇOUGUE: 02 und                       |
| 04 | Ar-condicionado, compressor, tipo split inverter, com capacidade de 18.000 btus frio, com selo procel classe A, equipado com controle remoto display de cristal líquido contendo todas as funções do aparelho, ajuste de temperatura e fluxo de ar, com defletores de ar com movimento automático, tensão: 220 volts, frequência: 60 hz. Inclusos suportes metálicos para fixar o evaporador e o condensador. Garantia de 1 ano. Com entrega e instalação a cargo da contratada.  | UND | 2   | - Serão utilizados no depósito de gêneros da SEDE   |
| 05 | Moedor de carne industrial, material corpo: aço inoxidável, capacidade de moagem: 300 kg/h, características adicionais: 220 volts, boca 22, material da bandeja: aço inoxidável, potência do motor: 1/2 cv.   | UND | 2   | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos.   |
| 06 | Amassadeira rápida, material: aço inox aisi 304; capacidade: 25 kg; tensão alimentação: 220 v; aplicação: massas alimentícias; potência motor: 1/2 cv; características adicionais: modelo basculante, sistema monofásico.   | UND | 2   | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos.   |



|    |   |     |    |  |
|----|---|-----|----|--|
| 07 | Forno turbo elétrico, fabricado em aço sae 1020, revestido internamente com pintura alumínio (atóxica) e externamente com pintura epóxi ou em aço escovado. possui a frente, porta e os suportes das bandejas fabricado em aço inox aisi 430. sistema turbo que através de uma hélice, circula o ar quente fazendo com que o pão asse uniforme. baixo consumo de energia elétrica. painel de fácil operação, com botões de acionamento para geral, motor e lâmpada. controlador digital que emite um alarme sonoro para avisar o término do tempo desejado e controla a temperatura desejada. controla o tempo de vapor desejado. luz para melhor visualização da câmara interna. compatível com bandejas de 58 x 70cm e 40 x 60cm. isolamento und térmico em lã de rocha. rodízios para facilitar a locomoção. motor: 1,0 cv , tensão: 220/380v, n° de bandejas: 10, dimensões (a x l x c): 1935x995x1385mm. | UND | 2  | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos.                              |
| 08 | Modeladora de pão de pedestal para produção de baguetes, pães, ou qualquer outro tipo de massas enroladas, de 25g até 1 kg. capacidade: 1500 até 2000 pães/h, peso: 96 kg, dimensões (alt. x larg. x comp.) 1180x630x1150mm (bandeja fechada).  | UND | 2  | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos.                              |
| 09 | Máquina de fabricar gelo: características: depósitos produção: mínimo 80 quilogramas/dia; capacidade do depósito: até 50 kg; características do depósito de gabinete: aço inox; dimensões a x l x p (cm): 111 x 89 x 54, peso 77 kg.  | UND | 2  | - Serão utilizados nos refeitórios do departamento de provisionamento.               |
| 10 | Mesa apoio: mesa de panificação em aço inox 304, com travamento em v invertido, para carga distribuída sobre o tampo de 100kg." - altura: 890mm - largura: 1900mm - profundidade: 900mm   | UND | 8  | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos.                              |
| 11 | Liquidificador industrial: liquidificador basculante 25 litros, copo monobloco, com as seguintes características: potência: 1,0 cv , rpm 3500; voltagem: 127/ 220 v.  | UND | 6  | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos.                              |
| 12 | Cafeteira industrial: características: cafeteira elétrica em aço inox; capacidade de 20 litros com 2 (dois) depósitos de 10 litros (1 removível p/ leite); características básicas: aço inox 304; 3 (três) torneiras com sistema de proteção contra vazamentos e entupimentos; 3 (três) visores de vidro para controle dos níveis de água e de café; aquecimento por resistência elétrica regulável; 2 (duas) tampas; saco e aro coador; alimentação: 220v ou bi volt; potência de 3000w. destaques: interior e acabamento em aço inoxidável; termostato com regulagem de temperatura; higiênica e fácil de limpar.   | UND | 2  | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos.                              |
| 13 | Freezer tipo: horizontal, capacidade: 546 l, altura: 94,40 cm, largura: 166,50 cm, profundidade: 69 cm, quantidade tampas: 2 un, sistema degelo: manual, cor: branca, tensão alimentação: 110/220v v, características adicionais: dreno frontal.  | UND | 16 | - 02 para cada pelotão de fronteira.<br>- 08 para o depósito e áreas de manipulação. |
|    | Lavadora de alta pressão, 220v, potência 2000 w, suportar pressão máxima de 2350 psi, pressão de trabalho 1600 psi, vazão: 6 litros/min, mangueira de alta pressão de 5 metros, cabo elétrico de 5 metros, frequência 50/60 hz,   |     |    |  |



|    |  |     |   |   |
|----|--|-----|---|---|
| 14 | motor de indução, motor equipado com sistema que desliga e liga a lavadora através acionamento do gatilho da pistola, motor equipado com sistema contra superaquecimento, pistola de alta pressão, ponteira para regular o jato de saída de água, ponteira para jato turbo, ponteira de jato turbo para lavadoras de alta pressão, dispositivo para aplicação de detergente e engate rápido para mangueira de fornecimento, duplo dispositivo para aplicação de sabão, regulagem do leque de acordo com o trabalho a ser realizado, dispositivo de jato turbo para limpezas pesadas, sistema de encaixe rápido da mangueira, equipada com duas rodas, dispositivo com manivela acoplada para enrolar a mangueira; suportes para os acessórios e cabo elétrico. | UND | 2 | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos. |
| 15 | Bebedouro industrial, com capacidade para 200 litros de água gelada, gabinete em aço inox 430 protegido com PVC, 4 torneiras, isolamento EPS, serpentina interna em aço inox 304, aparador/cuba em aço inox 430, 2 torneiras do tipo "torneira" e 2 torneiras tipo "esguicho" nas extremidades, acompanhado de filtro, compressor, gás r134a (ecológico), controle de temperatura através de termostato com regulagem, tensão 220v, garantia de 12 meses. Acompanhado de Kit Instalação, kit mangueira para utilização externa da torneira.  | UND | 2 | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos. |
| 16 | Fogão industrial alta pressão 6 bocas Estrutura em aço inoxidável com Grelhas em ferro fundido 6 Queimadores duplos com as seguintes dimensões: 43cm x 43cm em ferro fundido (Diâm. mínimo 175 mm). Consumo de gás por queimador: 0,510 kg/h Comprimento do fogão: mínimo de 140cm de comprimento, mínimo 116 cm de largura ou profundidade e mínimo 80 cm de altura.  | UND | 6 | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos. |
| 17 | Armadilha Luminosa Slim-115 Pega Moscas Mosquitos Insetos. Informações Técnicas: Material: Alumínio Dimensões: 66x6,0x27,8 cm Peso: 2,3 Kg Cor: Branco Potência: Lâmpadas Led Ultravioleta de 8 watts que equivalem a uma de 40 watts comum. Área de abrangência: 50m Tensão: 220V Itens Inclusos 1 Mata Mosquitos (Possui grade de proteção nos 2 lados, frontal e posterior)   | UND | 8 | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos. |
| 18 | Carrinho de transporte pesado com capacidade para 500kg. Chapa em aço.   | UND | 2 | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos. |
| 19 | Balança industrial digital em Inox com bateria, capacidade mínima 300kg 90V/250V 55 cm x 40 cm.  | UND | 4 | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos. |
| 20 | Armário de Pão em aço inox contendo 20 Assadeiras para pão frances e massa fina conforme o pedido.   | UND | 6 | - Serão utilizados na área de manipulação de alimentos. |
| 21 | Exaustor Material: Aço Carbono , Potência Motor: 1 CV, Tipo Motor: Trifásico , Tensão: 220 V, Vazão: 4.000 M3/H, Tipo: Axial , Freqüência: 60 H  | UND | 4 | Serão utilizados na área de manipulação de alimentos.   |
| 22 | Forno de Pizza Industrial a Gás Forno a gás industrial com Pedra Refratária 100x68 Gastrômi para assar pizzas e bolos em aço inox, modelo FIRI110  | UND | 2 | Serão utilizados na Padaria da Sec                      |



|    |  |     |   |   |
|----|--|-----|---|---|
|    | Dimensões: Altura 1270mm<br>Altura total 1530mm<br>Largura 1120mm<br>Profundidade :975mm   |     |   |   |
| 23 | Carro auxiliar de transporte em aço inox com 3 prateleiras<br>Com alças tubulares para movimentação nos dois lados<br>Prateleiras com rebaixo estampados para evitar queda de recipientes e garantir grande durabilidade<br>4 rodas giratórias de fácil movimentação<br>Tamanho: Comprimento mínimo 850 mm ( 85 cm )<br>Largura mínima de 450 mm ( 45 cm )<br>Altura mínima 900 mm ( 90 cm )   | UND | 2 | Serão utilizados nos cassinos do Setor Aprovisionamento.  |
| 24 | <b>IMPRESSORA TÉRMICA</b><br>Impressora de etiqueta para criar rótulos de papel para pacotes, envelopes, pastas de arquivo, crachás, entre outros. Essa impressora térmica realiza impressões com alta velocidade de até 93 etiquetas de endereço por minuto com texto preto a 300dpi, além disso, realiza impressões de etiquetas pré-dimensionadas, fáceis de destacar, além de fitas em papel e em filme de comprimento contínuo da linha de fitas DK.<br>Especificações do Hardware: Tipo de Fita: DK<br>Modo de Operação: Apenas conectada ao PC<br>Cortador: Automático<br>Velocidade de Impressão (etiquetas por minuto): Imprime até 93 etiquetas de endereçamento padrão por minuto com texto em preto a 300 dpi ,<br>Rolos de Etiqueta: Pré Cortado e Contínuo, Largura Máx. da Etiqueta: 62 mm, Largura Máx. da Impressão: 59 mm, Comprimento Máx. da Etiqueta: 1 m, Resolução (dpi): Até 300 x 600<br>Impressão em Preto /Vermelho usando a fita DK-2251: Sim, Interface: USB. Similar ou superior a BROTHER QL-800 QL800. | UND | 2 | Serão utilizados no depósito de gêneros materiais e equipamentos do setor aprovisionamento da Sede. |
| 25 | Filtro Central de Água potável, estrutura em aço inoxidável, equipado com válvula automática programável para retro lavagem, com capacidade mínima de 1000L/H, filtragem realizada por um processo natural, sem utilização de energia elétrica, gaseificação ou reagentes químicos.<br>Similar ou superior o Filtro Central De Água Fusati Atlântico 1500l/h Completo.   | UND | 2 | serão utilizados para contemplar os cassinos do rancho e demais c...                                |

## 16. Declaração de Viabilidade

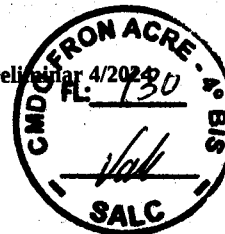
Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista a disponibilização dos créditos e as reais necessidades do setor de aprovisionamento levantadas pela equipe do setor, a equipe declara a viabilidade da contratação.

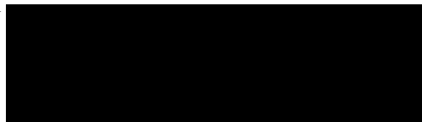
## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Equipe de apoio

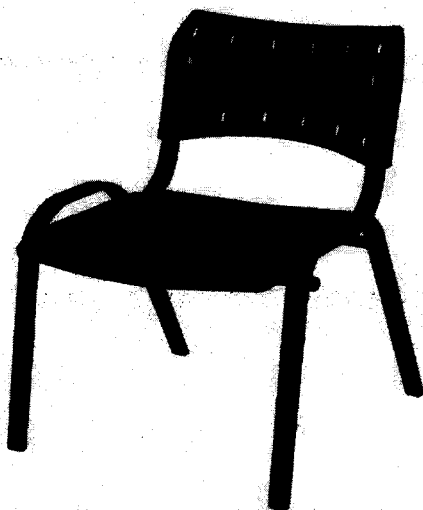
Despacho: Despacho: Com fundamento legal no inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024/19, APROVO o presente ETP, bem como AUTORIZO a realização de procedimento licitatório para a contratação do objeto demandado



**JULIO JACKSON ALVES DA CRUZ**  
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4° BIS

ANEXO II  
IMAGENS ILUSTRATIVAS DOS ITENS

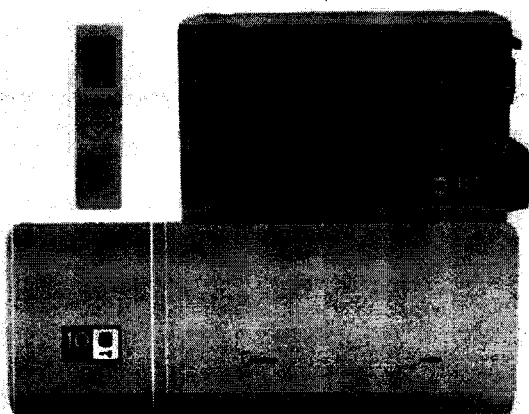
ITEM 01



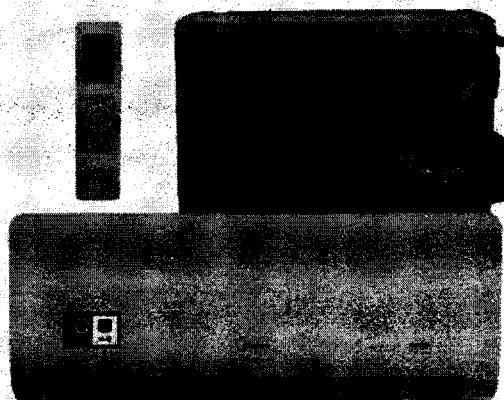
ITEM 02



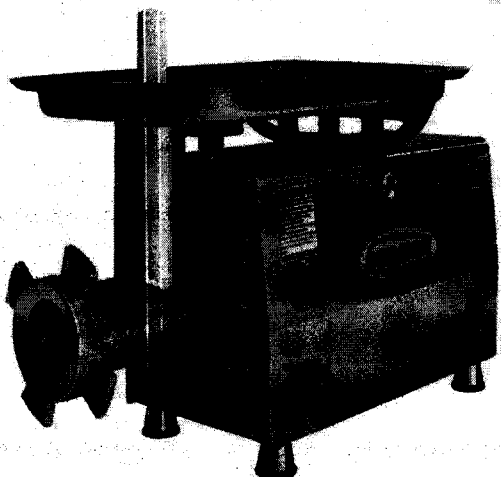
ITEM 03



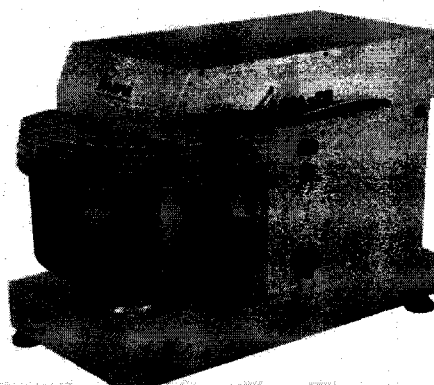
ITEM 04



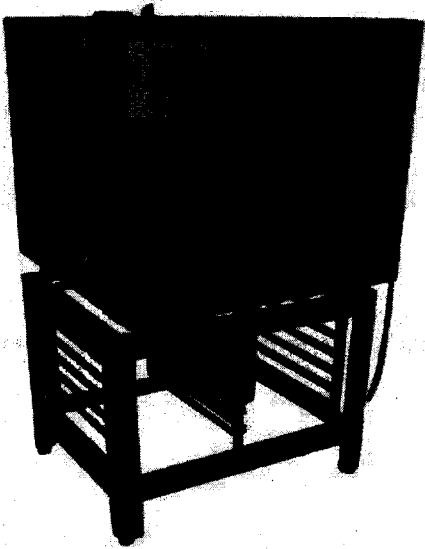
ITEM 05



ITEM 06



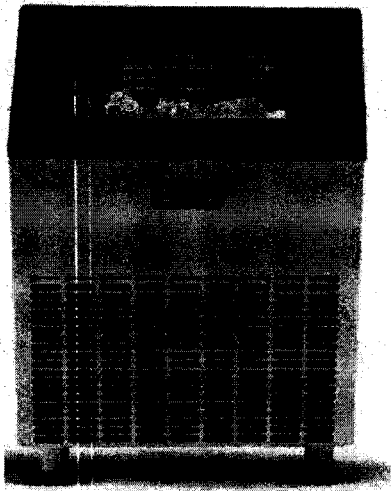
ITEM 07



ITEM 08



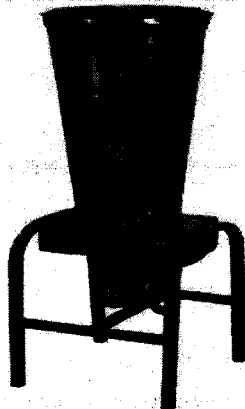
ITEM 09



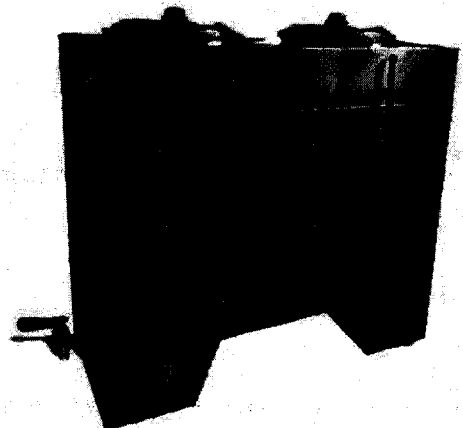
ITEM 10



ITEM 11

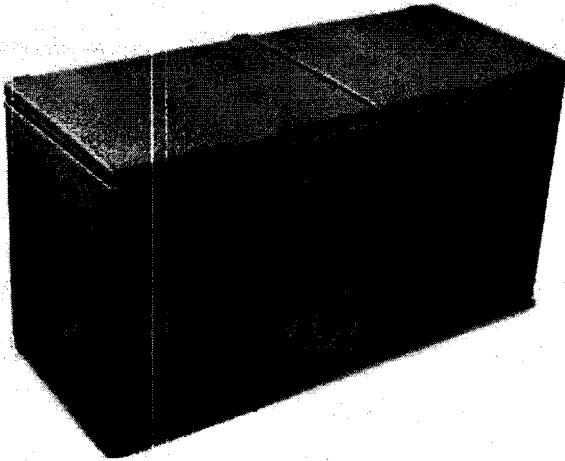


ITEM 12

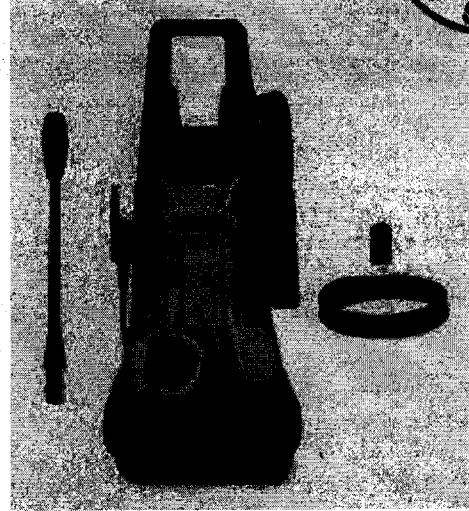


CMDO FROM ACRE - 4° BIS  
FL: 133  
SALC

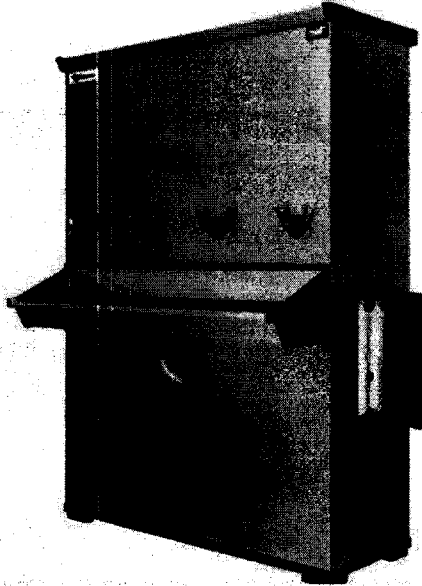
ITEM 13



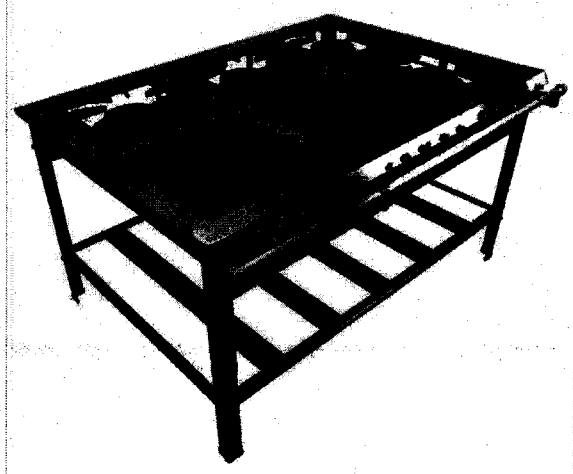
ITEM 14



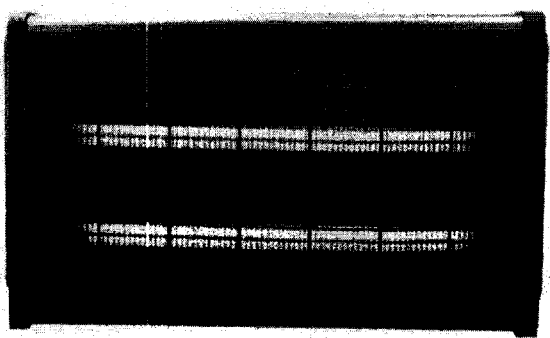
ITEM 15



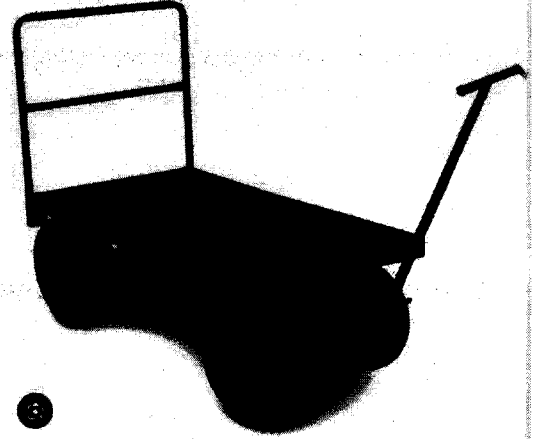
ITEM 16



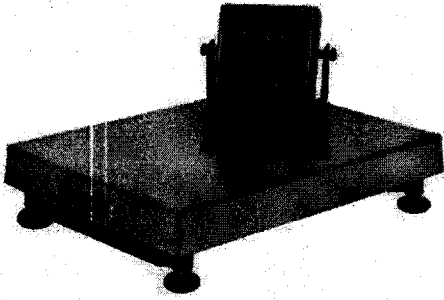
ITEM 17



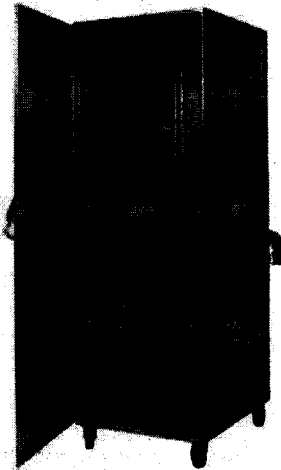
ITEM 18



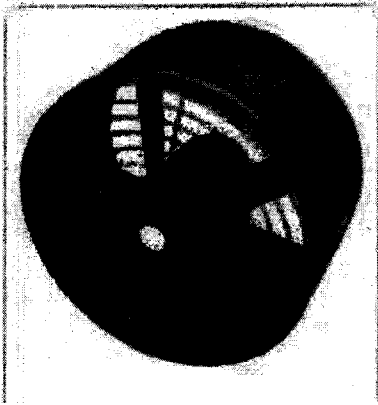
ITEM 19



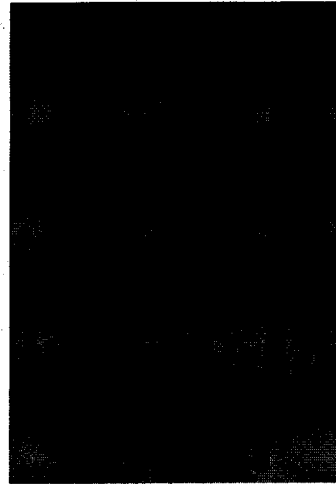
ITEM 20



ITEM 21



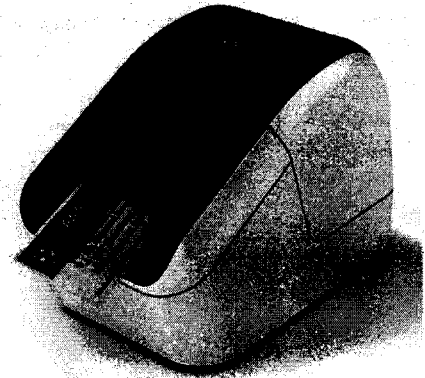
ITEM 22



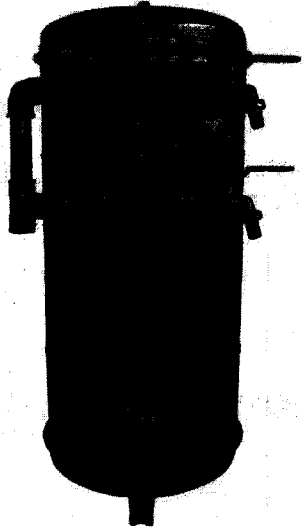
ITEM 23

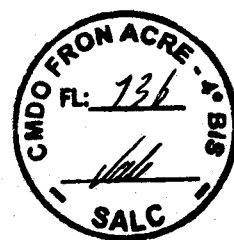


ITEM 24



ITEM 25





MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA  
(4ª Companhia de Fronteira/1956)  
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

ANEXO III

**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº --- PE 90005/2024**  
(Processo Administrativo n.º (65323.001620/2024-44))

O Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva, com sede no Estado do Acre, na cidade de Rio Branco, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 09.655.599/0001-76, neste ato representado pelo Senhor Major JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ - ordenador de despesas, Conforme Publicado em BI nº 223 de 28 de novembro de 2023, do Cmdo Fron AC/4º BIS, inscrito no CPF nº [REDACTED], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 90005/2024**, publicada no DOU Publicado em: ..... de processo administrativo n.º 65323.001620/2024-44. RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **aquisição de material permanente para o Setor de Aprovisionamento**, especificados nos itens 01 a 189 do Termo de Referência, **anexo I do edital de Licitação nº 90005/2024**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) |               |                              |                               |         |                   |                     |          |                            |
|---|---------------|------------------------------|-------------------------------|---------|-------------------|---------------------|----------|----------------------------|
| Item do TR  | Especificação | Marca (se exigida no edital) | Modelo (se exigido no edital) | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade e Mínima | Valor Un | Prazo garantia ou validade |
|   |               |                              |                               |         |                   |                     |          |                            |
|   |               |                              |                               |         |                   |                     |          |                            |

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será o **Comando de Fronteira Acre / 4º Batalhão de Infantaria de Selva.**

3.2. **Não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.**



#### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cinquenta por cento dos quantitativos dos itens** do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das **adesões** não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

#### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

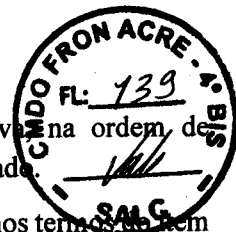
5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica



facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

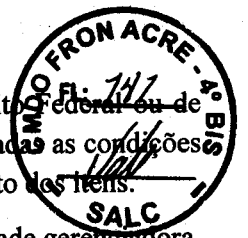
8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.



8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## 9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual

caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).



10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

### 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL**.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada **em 02 (duas) vias** de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio Branco – AC, ..... de ..... de 2024.

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

**JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ – Maj**  
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4º BIS  
CPF: [REDACTED]

Representante da contratada  
CPF:

#### Anexo

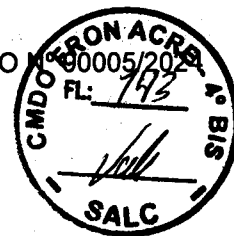
#### Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) |               |                              |                               |         |                   |                     |          |                            |
|---|---------------|------------------------------|-------------------------------|---------|-------------------|---------------------|----------|----------------------------|
| Item do TR  | Especificação | Marca (se exigida no edital) | Modelo (se exigido no edital) | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade e Mínima | Valor Un | Prazo garantia ou validade |
|   |               |                              |                               |         |                   |                     |          |                            |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

| Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) |               |                              |                               |         |                   |                     |          |                            |
|---|---------------|------------------------------|-------------------------------|---------|-------------------|---------------------|----------|----------------------------|
| Item do TR  | Especificação | Marca (se exigida no edital) | Modelo (se exigido no edital) | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade e Mínima | Valor Un | Prazo garantia ou validade |
|   |               |                              |                               |         |                   |                     |          |                            |



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA  
(4ª Companhia de Fronteira/1956)  
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)**

**ANEXO IV**

**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

**COMPRA**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)

..... E  
.....

A União por intermédio do **Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva** com sede na **Rua Colômbia, sem número, Bairro Bosque, CEP 69.900-679, na cidade de Rio Branco-Ac, inscrito no CNPJ sob o nº 09.655.599/0001-76**, neste ato representado pelo Senhor **JULIO JACKSON ALVES DA CRUZ** ordenador de despesas, Conforme Publicado em BI nº 223 de 28 de novembro de 2023, portador do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **65323.001620/2024-44** e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. 90005/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

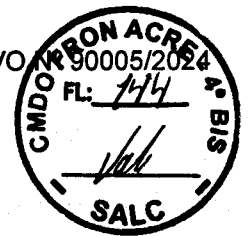
1.1. O objeto do presente instrumento é a **aquisição de material permanente para o Setor de Aproveitamento**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) |               |                              |                               |         |                   |                     |          |                            |
|---|---------------|------------------------------|-------------------------------|---------|-------------------|---------------------|----------|----------------------------|
| Item do TR  | Especificação | Marca (se exigida no edital) | Modelo (se exigido no edital) | Unidade | Quantidade Máxima | Quantidade e Mínima | Valor Un | Prazo garantia ou validade |
|   |               |                              |                               |         |                   |                     |          |                            |
|   |               |                              |                               |         |                   |                     |          |                            |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;



1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do(a) ....., na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....),

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

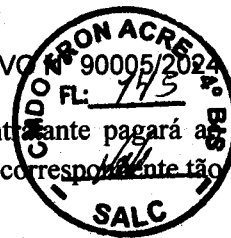
6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

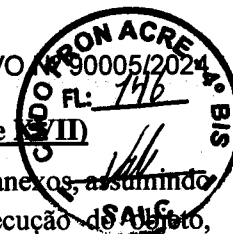
7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



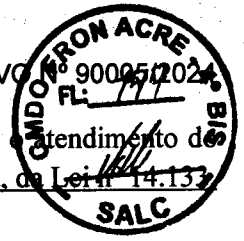
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente ao logotipo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de **30 dias úteis**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **10 dias úteis**.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo



complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133 de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

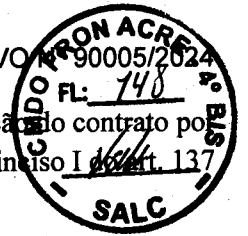
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **iv. Multa:**

1. Moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte) dias**;
2. Moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **20% (vinte por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.



i. O atraso superior a **30 (trinta) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

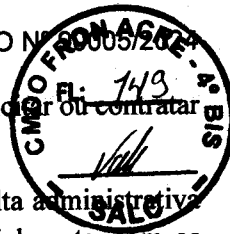
11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

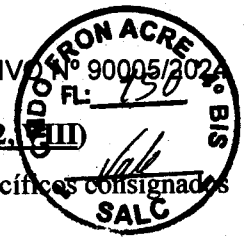
12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, III)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 13.1.1. Gestão/Unidade:
- 13.1.2. Fonte de Recursos:
- 13.1.3. Programa de Trabalho:
- 13.1.4. Elemento de Despesa:
- 13.1.5. Plano Interno:
- 13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

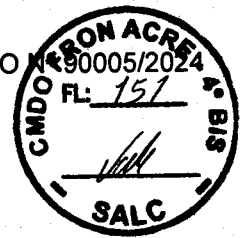
**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o Foro da **Seção Judiciária do Estado do Acre** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Rio Branco - AC, ..... de ..... de 2024.



CONTRATANTE

**JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ – Maj**  
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4º BIS  
CPF [REDACTED]

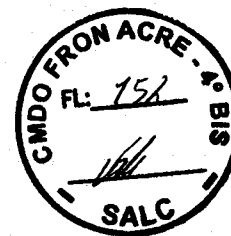
CONTRATADA

Representante da contratada  
CPF:

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

ANEXO V



MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

**REF: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90005/2024**

Sr Pregoeiro,

1. Seguindo os ditames editalícios, apresento a V. Sa a nossa Proposta de Preços por item consoante ao Termo de Referência, objeto do Pregão acima referenciado:

| ITEM                     | ESPECIFICAÇÃO | Marca/Modelo | UND  | QUANT | PREÇO UNIT R\$ | VLR TTLR\$ |
|--------------------------|---------------|--------------|------|-------|----------------|------------|
| ....                     | ....          | ....         | .... | ....  | ....           | ....       |
| ....                     | ....          | ....         | .... | ....  | ....           | ....       |
| <b>VALOR TOTAL ( Σ )</b> |               |              |      |       |                |            |

2. Declaramos que a validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias** a contar da data de sua entrega.

3. Declaramos expressamente que, no(s) preço(s) acima ofertado(s), estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

4. Prazo de entrega do material conforme item **5.1** do Termo de Referência.

5. Preço fixo com validade de **12 (doze) meses**.

5. Informamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_\_, Agência \_\_\_\_\_, e o nosso telefone para contato é \_\_\_\_\_, fax \_\_\_\_\_ e e-mail \_\_\_\_\_.

Atenciosamente,

Cidade - UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

**DIRETOR, PROPRIETÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**

**CPF Nº:**

**IDT Nº:**

**\*FAZER A PROPOSTA DE ACORDO COM ESTE MODELO EM PAPEL  
PERSONALIZADOS DA EMPRESA\***



ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL  
(PAPEL TIMBRADO)**

\_\_\_\_\_ (nome empresarial da licitante), inscrita no CNPJ/MF  
sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na  
\_\_\_\_\_ (endereço  
completo), por intermédio de seu representante legal, o(a)  
Sr(a) \_\_\_\_\_ infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade  
nº \_\_\_\_\_ e do CPF/MF nº \_\_\_\_\_, para os fins  
de habilitação no Pregão Eletrônico SRP nº 90005/2024 do Comando de Fronteira Acre/4ºBIS,  
DECLARA expressamente que:

Atende os critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com o guia nacional de contratações sustentáveis 6ª edição, atualizado em setembro de 2023, aprovado pela câmara nacional de sustentabilidade e pela consultoria-geral da união.

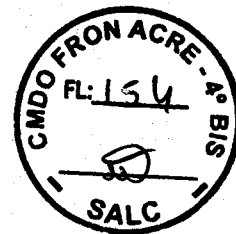
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2024.

\_\_\_\_\_  
**REPRESENTANTE LEGAL**



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA  
(4ª Companhia de Fronteira/1956)  
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)



**LISTA DE VERIFICAÇÃO - COMPRAS**

Processo: 65323.001620/2024-44  
Pregão Eletrônico: 90005/2024

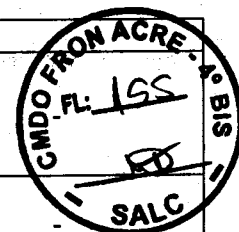
Em conformidade com o art. 18 da Portaria CGU nº 3/2019 e recomendações do Tribunal de Contas da União. CERTIFICO que as minutas que integram o presente processo foram extraídas do sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União, no endereço <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos> e que conferi que se trata dos modelos atualizados ali disponíveis e que a instrução processual foi devidamente cotejada com as listas de verificação (checklists) disponíveis do mesmo sítio acima apontado.

DECLARO que as alterações realizadas nos modelos do Edital, Termo de Referência e Ata, disponibilizados pela Advocacia-Geral da União e atualizados em maio de 2023, para COMPRAS (pregão eletrônico SRP), foram conduzidas conforme orientações da AGU e estão **destacadas nas minutas**.

DECLARO ainda que quaisquer alterações procedidas de maneira diferente das mencionadas, que importaram em alteração das minutas padronizadas, foram devidamente justificadas, conforme previsto no Termo de Cooperação.

| VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES  | Atende plenamente a exigência? | Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI) |
|--|--------------------------------|--|
| Houve abertura de processo administrativo?   | Sim                            | Fl. 1  |
| Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?   | Sim                            | Fl. 66   |
| A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?  | Sim                            | Fl. 57   |
| Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções?   | Sim                            | -  |
| Consta documento de formalização de demanda?   | Sim                            | Fl. 3  |
| Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual?   | Sim                            | Fl. 59   |
| Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?   | Sim                            | -  |
| Há Estudo Técnico Preliminar?  | Sim                            | Fl. 445  |
| O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação? | Sim                            | Fl. 44 a 55  |
| Há Análise de Riscos?  | Sim                            | Fl. 42 e 43  |
| Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?   | Não se aplica                  | -  |
| Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto?   | Não se aplica                  | -  |
| Há termo de referência?  | Sim                            | Fl. 100  |
| Foi certificada a utilização do Sistema TR Digital ou o atendimento  | Não se aplica                  |  |

|  |               |        |
|--|---------------|--------|
| das regras e procedimentos da IN ME 81/2022?   |               |        |
| Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da Advocacia-Geral União, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização?   | Sim           |        |
| Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?   | Sim           |        |
| Foi certificado que o TR está alinhado com o Plano de Contratações Anual e com o Plano Diretor de Logística Sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração?   | Sim           | -      |
| O TR contempla definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução, requisitos da contratação, modelo de execução, modelo de gestão, critérios de medição e de pagamento, forma de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação e, não se tratando de registro de preços, adequação orçamentária?  | Sim           | -      |
| Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica, elas foram justificadas no processo?  | Não se aplica | -      |
| Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica, elas são específicas e objetivas?  | Não se aplica | -      |
| Caso o TR contemple exigências de qualificação técnica ou econômica e o objeto licitatório refira-se a contratações para: a) entrega imediata; b) contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral, ou; c) contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$324.122,46 (valor atualizado anualmente), houve justificativa para não dispensá-las? | Não se aplica | -      |
| Ao final da elaboração do TR, houve avaliação quanto à necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011?  | Não se aplica | -      |
| Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral da União, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização?   | Sim           | -      |
| Os autos estão instruídos com o edital da licitação?   | Sim           | Fl. 84 |
| Caso seja adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável consta do edital da licitação?   | Não se aplica | -      |
| Foi utilizado modelo padronizado de edital ou justificada sua não utilização?  | Sim           | Fl. 84 |
| Caso o objeto contemple itens com valores inferiores a R\$80.000,00, eles foram destinados às ME/EPPs e entidades equiparadas ou foi justificada a não exclusividade?  | Sim           | Fl. 86 |
| Foi mantida no edital cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado?  | Não se aplica | -      |
| Caso tenha sido vedada a participação de cooperativas, consta justificativa nos autos?   | Não se aplica | -      |
| Caso tenha sido vedada a participação de consórcios, consta justificativa nos autos?   | Não se aplica | -      |



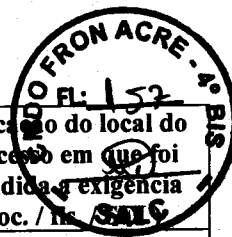
| <b>VERIFICAÇÃO RELATIVA À PESQUISA DE PREÇOS E ÀS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA COMPRAS E SERVIÇOS EM GERAL</b>   | <b>Atende plenamente a exigência?</b> | <b>Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI)</b> |
|---|---------------------------------------|---|
| Consta orçamento estimado com as composições detalhadas dos preços utilizados para sua formação?  | Sim                                   | Fl. 12  |
| Foi certificado que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto? | Sim                                   | Fl. 41  |
| Foi certificado que o estimado preço foi obtido com base em pelo  | Sim                                   | Fl. 41  |





|   |               |  |
|---|---------------|--|
| menos três preços ou houve justificativa pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente para a hipótese excepcional em que não for respeitado referido número mínimo?  |               |  |
| Caso o preço tenha sido obtido unicamente com base nos sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, foi certificado que o valor estimado não é superior à mediana do item nos sistemas consultados?   | Sim           |  |
| A pesquisa de preços contém, no mínimo, I - descrição do objeto a ser contratado; II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento; III - caracterização das fontes consultadas; IV - série de preços coletados; V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado; VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexecutáveis ou excessivamente elevados, se aplicável; VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º da IN Seges 65/2021? | Sim           |  |
| Foi certificado que foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Pannel de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, ou justificada a impossibilidade de utilização dessas fontes?   | Sim           |  |
| Caso a pesquisa tenha se baseado em contratações similares feitas pela Administração Pública e já concluídas, a conclusão ocorreu em prazo inferior a 1 (um) ano à data da pesquisa de preços ou houve a devida justificativa para a utilização excepcional de preços de contratação concluída há mais de um ano?   | Não se aplica |  |
| Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, na hipótese em que ela for cabível, foi observado o número mínimo de consulta a três fornecedores ou foram instruídos os autos com as devidas justificativas?  | Não se aplica |  |
| Nos casos de utilização de pesquisa direta com fornecedores, foi certificada a observância de os orçamentos obtidos serem datados no máximo com 6 meses de antecedência da data prevista para divulgação do edital ou certificado que haverá a devida atualização caso ultrapassado esse prazo?   | Não se aplica |  |
| Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que o prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação?  | Não se aplica |  |
| Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que os orçamentos contêm: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato; d) data de emissão; e e) nome completo e identificação do responsável?   | Não se aplica |  |
| Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, foi certificado que a consulta conteve informação das características da contratação contidas no art. 4º da IN Seges 65/2021, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado?   | Não se aplica |  |
| Caso realizada pesquisa direta com fornecedores, consta dos autos a relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação feita?   | Não se aplica |  |
| Consta dos autos a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação?   | Não se aplica |  |
| Tratando-se de atividade de custeio, foi certificada a observância do art. 3º do Decreto 10.193/19?   | Não se aplica |  |
| Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira?  | Não se aplica |  |

| <b>VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA <u>AQUISICÕES</u></b>   | <b>Atende plenamente a exigência?</b> | <b>Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / nº / SIALC)</b> |
|--|---------------------------------------|---|
| Se o objeto a ser contratado for bem de consumo, foi certificado que não se enquadra como bem de luxo?   | Não se aplica                         | -   |
| Foi certificado que a aquisição e pagamento observarão condições semelhantes às do setor privado ou houve justificativa para não observância dessas condições?                   | Não se aplica                         | -   |
| Há justificativa para não utilização de sistema de registro de preços?   | Não se aplica                         | -   |
| Foi certificado que a determinação do quantitativo a ser adquirido considerou a estimativa de consumo e utilização prováveis, com base em técnica adequada?                      | Não se aplica                         | -   |
| Há manifestação sobre o atendimento do princípio da padronização?  | Não se aplica                         | -   |
| Há manifestação sobre o atendimento do princípio do parcelamento?  | Não se aplica                         | -   |
| Caso o objeto contemple item de aquisição de bens de natureza divisível, com valor superior a R\$80.000,00, foi prevista a cota reservada ou justificada sua não previsão?       | Não se aplica                         | -   |
| No caso da cota reservada, a divisão do quantitativo destinado à cota procurou observar o limite percentual de até 25% do total, independentemente do valor da cota?             | Não se aplica                         | -   |
| Há manifestação sobre a compatibilidade da despesa estimada com a prevista nas leis orçamentárias?   | Não se aplica                         | -   |
| Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização?  | Não se aplica                         | -   |
| Caso haja indicação de marca ou modelo, consta justificativa para a indicação?   | Não se aplica                         | -   |
| Havendo vedação de determinada marca ou produto, foi indicada a existência de processo administrativo em que esteja comprovado que não atendem às necessidades da Administração? | Não se aplica                         | -   |
| Há certificação no ETP ou nos autos de que a opção pela aquisição é mais vantajosa do que eventuais alternativas, como a locação de bens?  | Não se aplica                         | -   |



Rio Branco-AC, 12 de março de 2024



**ALEXANDRO GRANDO** – S Ten  
Adjunto da Seção de Aquisição, Licitações e Contratos



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA  
(4ª Companhia de Fronteira/1956)  
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)**

**ATESTADO DE ADEQUAÇÃO DO PARECER REFERENCIAL**

Pregão Eletrônico: 90005/2024

NUP: 65323.001620/2024-44

Objeto: Aquisição de material permanente para o setor de provisionamento.

Atesto que o presente processo adequa-se à manifestação jurídica referencial correspondente aos **PARECER REFERENCIAL nº 00007/2023/NUCJUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU**, *anexo ao processo*, cujas recomendações restaram plenamente atendidas no caso concreto, e a instrução dos autos está regular, de acordo com o que está consignado na lista de verificação juntada aos autos.

Fica, assim, dispensada a remessa dos autos para exame individualizado pela Procuradoria Federal, nos termos da Portaria PGF/AGU nº 262, de 05/05/2017 e Orientação Normativa nº 55, da Advocacia Geral da União.

Rio Branco-AC, 12 de março de 2024.



**JULIO JACKSON ALVES DA CRUZ – Maj**  
Ordenador de Despesas do C Fron AC/4º BIS



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE AQUISIÇÕES  
NÚCLEO JURÍDICO  
**PARECER REFERENCIAL n. 00007/2023/NUC.JUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU**

NUP: 00688.000917/2020-84

INTERESSADOS: CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL EM AQUISIÇÕES  
(E-CJU/AQUISIÇÕES)

ASSUNTOS: LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIO

EMENTA: MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL – MJR. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES. AQUISIÇÕES COM REGISTRO DE PREÇOS CUJOS VALORES SEJAM IGUAIS OU INFERIORES A R\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL REAIS).

I – Manifestação Jurídica Referencial elaborada com fundamento na Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014 e Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022;

II - Relativização do envio obrigatório para controle prévio de legalidade. Aplicação da prerrogativa definida pelo § 5º do artigo 53 da Lei n. 14.133/2021;

III - Órgão de destino da MJR: Todas as unidades assessoradas pela e-CJU/Aquisições;

IV - Dispensa de análise individualizada pela e-CJU/Aquisições para casos idênticos e recorrentes, desde que o órgão assessorado ateste nos autos que a manifestação referencial se amolda à situação concreta, salvo caso de dúvida jurídica suscitada pelo órgão;

V – Não aplicável às aquisições de: medicamentos; bens que compõem a solução de tecnologia da informação e comunicação; aeronaves e armamentos;

VI - Processo administrativo nº 00688.000917/2020-84;

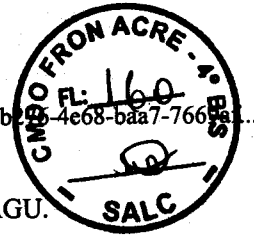
VII - Validade: 12 (doze) meses, a partir de sua aprovação.

## 1. DO RELATÓRIO

1. Trata-se de manifestação jurídica referencial destinada a orientar os órgãos assessorados pela e-CJU/Aquisições em procedimentos licitatórios que adotem o critério menor preço ou maior desconto, de valores iguais ou inferiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

2. Como sabido, foi exarado anteriormente o Parecer Referencial n. 00004/2022/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, aprovado pelo Despacho n. 00096/2022/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, que determinou a dispensabilidade do envio de processos licitatórios com valores iguais ou inferiores a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), envolvendo os editais na modalidade pregão eletrônico, para apreciação desta e-CJU/Aquisições.

3. Tendo em vista o iminente fim da vigência da Lei nº 8.666/93, a majoração do valor do atual parecer referencial causada pelo cenário inflacionário, bem como as demais questões relacionadas à ressabida carência de Advogados da União nos quadros da E-CJU Aquisições, o Coordenador deste órgão consultivo, através do Despacho n. 00005/2023/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, solicitou uma nova emissão de Manifestação Jurídica Referencial, considerando como limite o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), o que foi realizado, conforme Parecer Referencial n. 00003/2023/COORD/ECJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU e Parecer Referencial n. 00004/2023/COORD/ECJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, ambos subscritos pelo ilustre Advogado da União, Dr. Ronny Charles Lopes



de Torres, os quais foram aprovados pelo Despacho n. 00024/2023/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU.

4. Em seguida, devido à necessidade de pequenas adaptações nas manifestações jurídicas referenciais elaboradas pelo ilustre Advogado acima referido, e considerando o seu afastamento das atividades institucionais para a elaboração de tese de Doutorado em Direito, os autos foram distribuídos a esta subscritora.

5. Conforme já ressaltado pelo Dr. Ronny, essa nova manifestação referencial solicitada pelo Ilmo Coordenador da E-CJU Aquisições, Dr. Fernando Baltar Neto, é medida pertinente e necessária que visa permitir a dispensa do envio de processos licitatórios (com ou sem registro de preços) com valores iguais ou inferiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), evitando que o excesso de demandas com baixa complexidade, enviadas apenas pela necessidade de cumprimento do rito burocrático, prejudique a análise de processos relevantes ou processos nos quais efetivamente o órgão assessorado necessita de apoio jurídico, o que acabaria ensejando prejuízo à eficiência da atuação deste órgão consultivo e da própria Administração.

6. Nessa senda, é importante destacar que, por considerarmos que as aquisições de medicamentos, de bens que compõem a solução de tecnologia da informação e comunicação, de aeronaves e de armamentos enquadram-se em demandas estratégicas e de maior complexidade, ficam afastadas e, portanto, não autorizadas a serem levadas à efeito com base nesta manifestação jurídica referencial – MJR.

7. Além disso, conforme dialogado com o Ilmo. Dr. Fernando Baltar Neto, para evitar divergências, optamos pela elaboração de dois pareceres referenciais distintos, sendo um relacionado ao pregão sem adoção do procedimento auxiliar denominado Sistema de Registro de Preços e o outro para o pregão eletrônico com a adoção do Sistema de Registro de Preços.

8. Conforme foi salientado no âmbito do Parecer Referencial n. 00004/2022/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES /CGU/AGU, a definição de uma alçada que permita a relativização do envio obrigatório, mediante a aprovação de um parecer referencial, não impedirá que eventuais dúvidas existentes no processo ou no edital sejam enviadas para análise da Consultoria Jurídica. Pelo contrário, ela permite que processos repetitivos, de menor valor ou baixa complexidade, deixem de sobrecarregar o corpo jurídico do órgão da AGU, em detrimento de consultas e processos mais relevantes.

9. Assim, mesmo para processos abaixo do valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), existindo dúvida jurídica a ser solucionada, poderá o órgão assessorado formulá-la à e-CJU/Aquisições, que terá seus membros disponíveis para atender esta nobre função típica da Advocacia Pública.

10. Diante disso, segue parecer referencial relacionado às licitações de até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), envolvendo os editais na modalidade pregão eletrônico, com adoção do instrumento auxiliar Sistema de Registro de Preços, de acordo com as regras previstas na Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto federal nº 11.462/2023, confeccionado (ajustado) a partir da manifestação já produzida pelo Dr. Ronny Charles.

11. A presente manifestação objetiva tornar dispensável o envio obrigatório desses processos licitatórios para apreciação desta e-CJU/Aquisições, exceto aos concernentes aos objetos elencados no parágrafo 6º deste opinativo, os quais devem ser obrigatoriamente encaminhados à análise jurídica prévia.

12. É o sucinto relato.

## 2. DA ANÁLISE JURÍDICA

### 2.1. Do cabimento de manifestação jurídica referencial

13. A manifestação referencial permite que uma única análise jurídica possa ser adotada para os demais



processos similares. Com isso, busca-se otimizar a atuação do parecerista; evita-se a repetição desnecessária de pareceres com o mesmo conteúdo jurídico, prestigiando a eficiência administrativa, que envolve o dever de que sejam otimizados os meios disponíveis ao administrador público para obtenção dos resultados pretendidos com ação administrativa.

14. Conforme indicado no Parecer referencial n. 00016/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, pode-se dizer que a manifestação jurídica referencial consiste em parecer jurídico genérico, vocacionado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado, tratando-se de ato enunciativo perfeitamente afinado com o princípio da eficiência.

15. Em linha similar, com base no Parecer Referencial nº 00011/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, pode-se concluir que:

- A manifestação jurídica referencial uniformiza a atuação do órgão jurídico relativamente às consultas repetitivas;
- A adoção de manifestação jurídica referencial torna desnecessária a análise individualizada de processos que versem sobre matéria que já tenha sido objeto de análise em abstrato, sendo certo que as orientações jurídicas veiculadas através do parecer referencial aplicar-se-ão a todo e qualquer processo com idêntica matéria.
- A elaboração de manifestação jurídica referencial depende da confluência de dois requisitos objetivos, a saber: i) a ocorrência de embaraço à atividade consultiva em razão da tramitação de elevado número de processos administrativos versando sobre matéria repetitiva e ii) a singeleza da atividade desempenhada pelo órgão jurídico, que se restringe a verificar o atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos;
- A dispensa do envio de processos ao órgão jurídico para exame individualizado fica condicionada ao pronunciamento expresso, pela área técnica interessada, no sentido de que o caso concreto se amolda aos termos da manifestação jurídica referencial já elaborada sobre a questão.

16. Esse procedimento já era identificado, na prática, antes mesmo da aprovação da Orientação Normativa AGU nº 55/2014, que representou um avanço por sedimentar a possibilidade de adoção deste instrumento de maximização da eficiência na atuação do órgão consultivo.

"I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos." (Orientação Normativa AGU nº 55, de 25 de abril de 2014).

17. Vale frisar, a iniciativa de realizar pareceres referenciais foi objeto de análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que acertadamente compreendeu a pertinência da medida, conforme verificado no Informativo TCU nº 218/2014:

"É possível a utilização, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes" (Acórdão 2674/2014-Plenário | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO).

18. Recentemente, a Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2022, passou a disciplinar a



manifestação jurídica referencial, reproduzindo, em seu artigo 3º, §2º, os requisitos objetivos autorizadores de ditas manifestações que já estavam prescritos na Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, na elaboração

"Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

(...)

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado."

19. Com efeito, em atendimento aos requisitos supra, esta Consultoria atesta que o volume de processos em matérias idênticas e repetidas, as quais possibilitam uma análise jurídica padronizada e restrita à verificação das exigências legais a partir de uma simples conferência de documentos, tem impactado a atuação deste órgão consultivo, em desprestígio ao princípio da razoável duração do processo, e, ocasionalmente, à segurança jurídica. Isso porque a multiplicidade do tipo de demanda ora examinada, acaba repercutindo negativamente na atuação jurídica, na medida em que os advogados poderiam se dedicar ao estudo e aprofundamento de matérias mais complexas e relevantes, as quais, de fato, exigem uma análise jurídica mais detida e aprofundada.

20. Deste modo, conforme provocado pelo diligente Coordenador da e-CJU/Aquisições, inicialmente através do Despacho nº 00078/2022/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, a manifestação jurídica referencial tem por objetivo a racionalização dos trabalhos desenvolvidos pela e-CJU/Aquisições, em razão do excessivo volume de trabalho e do cenário de escassez de pessoal, atestado, inclusive, pela Corregedoria Geral da União:

No último Relatório de Correição Ordinária nº 020/2022, finalizado no último dia 10 de agosto do corrente ano e aprovado pelo Exmo. Advogado-Geral da União, foi sugerido no item 109 que esta unidade consultiva avaliasse a "... necessidade e a conveniência na edição de outras manifestações jurídicas referenciais, de acordo com os requisitos previstos na ON nº 55/2014 e na Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 2022, como medida de racionalização dos trabalhos ali desenvolvidos, tendo em conta, especialmente, o excessivo volume de trabalho verificado no momento da correição." (destacamos)

21. Assim, levando em consideração o número de Advogados da União e a adequada distribuição das demandas, é medida precípua de gestão do órgão consultivo definir alçada para a relativização da obrigatoriedade de envio dos processos ao órgão consultivo para aquelas licitações com estimativa de custo igual ou inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

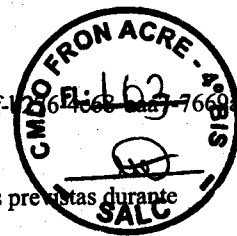
22. É notório que no dia 1º abril de 2021 foi aprovada a Lei nº 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos, que em seu artigo 193 prevê expressamente a revogação da Lei n. 8.666/93, da Lei n. 10.520/2002 (Pregão), e dos arts. 1º a 47-A da Lei n. 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas), após decorridos 2 (dois) anos da sua publicação oficial, prazo que foi ampliado com a aprovação da Medida Provisória 1167, de 31 de março de 2023, que alterou a redação original do artigo, permitindo a continuidade do regime antigo até 30 de dezembro de 2023:

"Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, desde que: (Redação dada pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023)

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023; e (Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023)

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou no ato autorizativo da contratação direta. (Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023)

§ 1º Na hipótese do caput, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no



inciso II do **caput** do art. 193, o respectivo contrato será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência. (Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023)

§ 2º É vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no inciso II do **caput** do art. 193. (Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023)

(...)

Art. 193. Revogam-se:

I - os arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na data de publicação desta Lei;

II - em 30 de dezembro de 2023: (Redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 2023)

a) a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; (Redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 2023)

b) a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; e (Redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 2023)

c) os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. (Redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 2023)"

23. Como ressaltado, a Lei nº 14.133/2021 possui um conteúdo deveras analítico, com quase 200 artigos, mesclando a antiga plataforma da Lei nº 8.666, de 1993 com regras advindas de outras plataformas legais (como a Lei nº 10.520/2002 e a Lei nº 12.462/2011) e infralegais (como Decretos e instruções normativas federais), além de diversas disposições inspiradas em Acórdãos do TCU e mesmo Orientações Normativas da AGU.

24. Embora fosse recomendável um aprofundado debate acerca das melhores práticas globais para licitar e contratar com eficiência, com o estabelecimento de procedimentos flexíveis e adaptáveis às inovações, no geral, a redação finalizada no Senado é extensa, manteve a maior parte do Projeto enviado pela Câmara dos Deputados, com mais de 180 artigos e, segundo parte da doutrina, foi na contramão de uma simplificação do sistema de compras nacional (NÓBREGA, Marcos. JURUBEBA, Diego Franco de Araújo. Assimetrias de informação na nova Lei de licitação e o problema da seleção adversa. R. bras. de Dir. Público – RBDP | Belo Horizonte, ano 18, n. 69, p. 9-32, abr./jun. 2020).

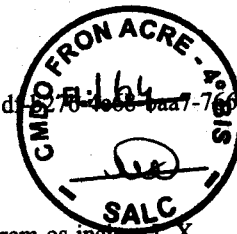
25. Nada obstante as razões justificadoras desta crítica, inegável que a Lei nº 14.133/2021 trouxe diversos avanços. Verdade seja dita, não seria fácil uma transformação abrupta de modelo; talvez sequer desejável, diante do quadro de imaturidade institucional em muitas organizações públicas. Talvez por isso, muito provavelmente, o Congresso Nacional foi induzido a legislar “olhando para trás” e não para frente, ao conceber o modelo legal de contratações públicas.

26. Embora tenha produzido um texto extenso e extremamente procedimental, o legislador teve a inteligência de permitir certa margem de discricionariedade na modelagem da licitação (o que rivaliza com o formato de modalidades estáticas) e incluir “ferramentas” e disposições há muito reclamadas no ambiente licitatório. Sob essa perspectiva, o diploma normativo representa, sem dúvida, avanços em relação ao regime geral de licitações da Lei nº 8.666, de 1993.

27. Fato é que a mudança da plataforma legal, com a revogação das legislações anteriores, notadamente a Lei n. 8.666/93 e a Lei n. 10.520/2002 (Pregão), produzirá um grande aumento das dúvidas jurídicas e a necessidade de dar maior atenção na uniformização de temas relevantes e nas respostas a consultas específicas dos órgãos assessorados.

28. Obviamente, processos relacionados à nova legislação exigirão maior atenção para enfrentamento dos dilemas postos à análise jurídica, o que pode ser prejudicado pelo excesso de demandas enviadas.

29. Necessário ainda levar em conta o cenário inflacionário, para a definição, bem como a evasão de membros da E-CJU. Nesta senda, o Ilmo Coordenador da e-CJU Aquisições concluiu pela pertinência de pugnar por uma alçada que relativize a obrigatoriedade de envio de processos licitatórios com valores iguais ou inferiores a R\$ 500.000,00 para apreciação desta e-CJU/Aquisições, devendo tal situação ser tratada por meio de Manifestação Jurídica Referencial,



conforme indica a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, da Advocacia- Geral da União:

"O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

- Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação;

- Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/AS MG/CGU/AGU/2014"

30. Importa destacar que a Lei nº 14.133/2021, expressamente, prevê regra de relativização da análise jurídica do processo licitatório pelo órgão de assessoramento jurídico.

"Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

[...]

§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico."

31. Essa relativização configura uma solução para que os órgãos de assessoramento possam superar o gargalo burocrático e defasado do processo de contratação pública, admitindo que a análise jurídica seja dispensável nas hipóteses definidas previamente pela autoridade jurídica máxima competente, através, por exemplo, da utilização de pareceres referenciais. Ato como esses serão necessários para resguardar eficiência do órgão jurídico, o qual, pelos incentivos criados pela Nova Lei, terá que ampliar sua atuação na área de consultoria jurídica propriamente dita e na representação judicial e extrajudicial.

32. Sem dúvida alguma, a utilização de pareceres referenciais é uma medida natural ao desenvolvimento tecnológico, à racionalização das ações administrativas e ao aperfeiçoamento da boa gestão do órgão de Advocacia Pública, apresentando-se, no caso, em perfeita harmonia com os requisitos elencados nos normativos que regem a matéria.

## 2.2. Da pertinência-relevância da definição de uma alçada para o envio obrigatório de processos para aprovação pela e-CJU/Aquisições

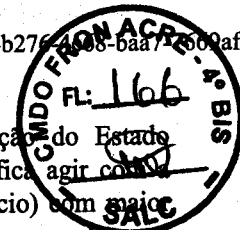
33. Os desafios da Advocacia Pública consultiva na área de licitações têm sido cada vez mais ampliados, por diversos fatores, entre eles: a crescente complexidade das contratações públicas, a ampliação demasiada de novas normatizações incidentes sob o tema e o rigor dos órgãos de controle na análise dos respectivos processos.

34. Se antes a tarefa do parecerista resumia-se a uma burocrática aprovação de minutas, decorrente de um deslocamento do órgão jurídico para uma função atípica de controle, cada vez mais se exige do parecerista o exercício de um controle prévio de legalidade, complexamente conjugado com as funções típicas de consultoria e assessoramento



propriamente ditas.

35. Para o exercício dessas funções, notadamente na análise de processos de licitação enviado na fase preparatória (interna), exige-se que o parecerista faça um exame minucioso e sistemático de todo o processo (como em uma espécie de auditoria), confronte os atos praticados com a legislação e centenas (quicá milhares) de normativos e decisões jurisprudenciais pertinentes, além de, lastreado em sua experiência e conhecimento jurídico, opinar com sugestões de aprimoramento do processo, materializando tudo isso em um Parecer.
36. É um tipo de atividade intelectual que, quando premida pela urgência, tende a ter seu resultado final prejudicado.
37. Ademais, é um tipo de atividade intelectual que envolve alto custo transaccional, motivo pelo qual sua realização para processos de baixa complexidade ou de baixa monta financeira, apresenta-se como dispendiosa e ineficiente, notadamente quando, como é cediço, através de elogiosa atitude que vem sendo feita a mais de uma década pela Consultoria-Geral da União, com destacada importância nos dias atuais, os editais e anexos adotados nas licitações são confeccionados com base em minutas padronizadas previamente ofertadas pela AGU, havendo pouca margem para mudança das regras editalícias.
38. Nessa linha, o envio obrigatório (meramente burocrático) de processos de licitação para análise de órgão da Advocacia-Geral da União, atenta contra o princípio constitucional da eficiência, sobrecarregando a pouca mão de obra disponível e prejudicando a atenta análise de processos mais relevantes. Diante deste quadro real, a boa gestão e a própria imposição de uma atuação eficiente exigem que seja adotada solução para satisfazer, minimizar ou atenuar essa demanda pública de forma mais eficiente possível.
39. Bom lembrar que o princípio da eficiência foi inserido no texto constitucional pela EC nº 19/98, passando a expressamente vincular e nortear a Administração Pública. Tal princípio exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional e é um evidente vetor necessário para o atendimento ao interesse público.
40. O atendimento ao interesse público impõe que os agentes públicos competentes exerçam suas atribuições com olhos voltados para uma atuação eficiente. Numa democracia, como ensina Pedro Costa Gonçalves, essa busca pelo atendimento ao interesse público, impõe que a missão da Administração Pública deve ser desenvolvida "em conformidade com programas e com opções do legislador democrático", resultando na realização do interesse público por "um mandato legítimo de servir a coletividade". Assim, amplia o célebre autor lusitano, atender ao interesse público "surge como um valor ou bem jurídico que o Direito Administrativo tem de proteger, exigindo, antes do mais, que a Administração se oriente sempre pelo serviço ao interesse da coletividade" (GONÇALVES, Pedro Costa. Manual de Direito Administrativo Vol. 1. Coimbra: Edições Almedina, 2019. p. 105).
41. Não há que se falar em interesse público sem que o princípio da eficiência, aliado a princípio constitucional expressamente aplicável à Administração Pública, seja ponderado pelo agente público no âmbito de sua atuação administrativa.
42. O princípio da eficiência reúne dois aspectos relativos ao modo de (a) atuação do agente público e (b) organização, estruturação e disciplina da Administração Pública, ambos tendo como objetivo o melhor desempenho para o alcance dos melhores resultados (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. JUNIOR, Wallace Paiva Martins. Tratado de Direito Administrativo: Teoria Geral e Princípios do Direito Administrativo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 485).
43. Assim, a estruturação da atividade administrativa deve ser concebida e realizada de maneira eficiente. É obrigação do agente público competente regular os ritos, procedimentos e rotinas aplicáveis a sua atuação, de forma a propiciar uma atuação célere e racional, fugindo às comodidades de uma exagerada burocracia. Como bem explica Juliano



Heinen, na esfera administrativa, a eficiência pressupõe racionalização de recursos, sendo "obrigação do Estado comprometer-se legalmente com metas e resultados eficientes". Conforme o autor, "Ser eficiente significa agir com ausência de desperdício do dinheiro público, e também com economia (procurar o melhor custo-benefício) com produtividade e com presteza. Tem por meta estabelecer o funcionamento dos órgãos públicos com rendimento funcional." (HEINEN, Juliano. Curso de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodivm, 2020. p 235-244)

44. Di Pietro e Martins Júnior citam Marino Pazzaglini Filho ao observar que o agente público tem o dever de agir com eficácia real ou concreta, significando a boa administração "produtividade, profissionalismo e adequação técnica do exercício funcional à satisfação do interesse público". Os autores lembram as palavras de Hely Lopes Meirelles, ao associar eficiência à presteza, perfeição e rendimento, "exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros". Por fim, citam Odete Medauar, ao realçar na eficiência o dever de agir, "de modo rápido e preciso, para produzir resultados que satisfaçam as necessidades da população". Eficiência contrapõe-se a lentidão, a descaso, a negligência, a omissão - características habituais da Administração Pública brasileira, com raras exceções." (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. JUNIOR, Wallace Paiva Martins. Tratado de Direito Administrativo: Teoria Geral e Princípios do Direito Administrativo. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 484/485).

45. Na mesma linha, Gustavo Scatolino e João Trindade ressaltam que, atualmente, "já não se exige que o agente público atue apenas de acordo com a lei; espera-se mais do gestor público. Além de cumprir a lei, deve também, agir com moralidade e, sobretudo, com eficiência, possibilitando a obtenção dos melhores resultados com a melhor relação custo-benefício". Nessa linha, como bem ressaltam os autores, atender à eficiência impõe "o exame de relação custo-benefício. É a necessidade de planejamento, contorno das necessidades e indicação das mais adequadas soluções, na busca da satisfação do interesse público. É a utilização mais adequada dos recursos públicos". (SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodivm, 2015. p. 67/68).

46. Assim, entendemos que a tramitação meramente burocrática de processos de valor reduzido e de menor complexidade atenta contra o princípio constitucional da eficiência e prejudica a análise de processos mais relevantes, devendo, por respeito à sociedade e à eficiência que ela impôs à Administração como mandamento constitucional, ser adotada solução que satisfaça, minimize ou atenuie essa demanda pública de forma mais eficiente possível.

47. Em sua clássica obra, Pedro Costa Gonçalves pontua que "a boa administração indica uma ação administrativa conveniente e oportuna; além de conforme à lei e ao direito, a ação da Administração deverá ser correta (racional), pelo que os seus agentes devem agir como "bons administradores", pautando as suas ações segundo critérios de otimização das respectivas condutas." (GONÇALVES, Pedro Costa. Manual de Direito Administrativo Vol. 1. Coimbra: Edições Almedina, 2019. p. 106).

48. Indubitavelmente, a definição de uma alçada que determine a não obrigatoriedade do envio de processos para análise/aprovação configura medida que prestigia a eficiência administrativa.

49. A própria AGU, atuando em vanguarda, como exposto anteriormente, já admite a aprovação de pareceres referenciais, conforme sedimentado pela Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, da Advocacia-Geral da União.

50. Outrossim, através da aprovação do Parecer referencial n. 00004/2022/COORD/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU pelo Advogado Geral da União, esta mesma AGU já admitiu a relativização da obrigatoriedade para processos regidos pela Lei nº 10.520/2002 e pela Lei nº 14.133/2021, até o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), como já feito por diversas outras organizações públicas (TCU, PGE/PE, PGE-BA, entre outros), como bem explicado no referido Parecer referencial, que adotaram corretas medidas de gestão administrativa, afastando o viés burocrático da atuação do órgão consultivo em uma função atípica de controle.

51. Nessa linha, convém reiterar que a própria Lei nº 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos



Administrativos (NLLCA), trouxe regra expressa admitindo que a autoridade jurídica máxima do órgão de Advocacia Pública possa dispensar a obrigatoriedade da análise jurídica. Vale transcrever novamente o dispositivo:

"Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;  
II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

**§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico." (Grifo nosso)**

52. Trata-se de uma competência administrativa já implícita, desde outrora adotada pela AGU através de Pareceres referenciais, por exemplo, mas que passa a ser expressamente citada pelo legislador, na Lei nº 14.133/2021.

53. A doutrina tem compreendido a norma jurídica extraída do dispositivo como uma possibilidade para que o órgão de assessoramento jurídico possa gerenciar adequadamente os recursos humanos disponíveis:

"Não são raras as vezes que a contratação de bens ou serviços pela Administração Pública envolve baixos valores ou a pouca complexidade do objeto a ser contratado. Também, em diversas oportunidades, em função de objetos bastante simples e corriqueiros, são adotadas minutas de editais e instrumentos de contratos, convênios ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

(...)

Destarte, nesses casos, com o intuito de reduzir a rotina administrativa e economizar os recursos públicos, é justificável e recomendável a dispensa da apreciação jurídica.

Da mesma forma, nas hipóteses de entrega imediata de um bem.

Nesse viés, este §5º registra a dispensa de análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, a qual deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico" (BITTENCOURT, Sidney. *Nova Lei de Licitações passo a passo: comentando, artigo por artigo, a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Belo Horizonte: Fórum, 2021. p. 402.)

"Na mesma toada, o art. 53, § 5º da NLLCA afirma ser dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar,



dentre outros, "a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, com envio ou ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico".

De uma vez por todas: eventual atuação com padronização, adoção de enunciados e sistematicidade do procedimento contribuirá sobremaneira para que não ocorra uma eventual lentidão ou paralisação no exercício dos papéis dos órgãos de assessoramento jurídico, principalmente o papel de assessoramento aos demais agentes públicos envolvidos na contratação (item 4.3) em razão da sua importância e das múltiplas possibilidades de utilização" (PEDRA, Anderson Sant'Ana. TORRES, Ronny Charles Lopes de. *Temas Controversos da Nova Lei de Licitações e Contratos / Coordenadores Matheus Carvalho, Bruno Belém e Ronny Charles. São Paulo: Editora JusPodvium, 2021. p. 314-316.*)

54. Por conseguinte, indubitável que em relação ao assessoramento jurídico realizado pela Advocacia Geral da União, em princípio, é do Advogado-Geral da União, autoridade maior este relevante órgão de Advocacia de Estado.

55. Nesta linha entende também Rafael Sérgio Oliveira:

"A atribuição de definir as hipóteses em que o parecer prévio é dispensável é do chefe máximo da instituição jurídica a que cabe fazer o assessoramento do órgão ou entidade contratante. Com isso, é do Advogado-Geral da União, em nível federal, do Procurador-Geral do Estado, nos estados, e do Procurador-Geral do Município (ou equivalente), nos municípios. No caso de o assessoramento de um órgão contratante não ser atribuição de uma dessas instituições da Advocacia Pública, como é o caso dos tribunais, que geralmente contam com assessoria jurídica própria, cabe à autoridade máxima da unidade jurídica encarregada da consultoria fixar essas hipóteses." (OLIVEIRA, Rafael Sérgio Lima de. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 / Coordenado por Cristina Fortini, Rafael Sérgio Lima de Oliveira e Tatiana Camarão. Belo Horizonte: Fórum, 2022. p. 540-541.*)

56. A AGU, através do Advogado-Geral da União, inclusive, de maneira diligente e atenta aos desafios reais do órgão, já usou esta prerrogativa indicada pela NLLCA, ao aprovar a Orientação Normativa nº 69, que tratou da não obrigatoriedade de envio dos processos envolvendo contratações diretas de pequeno valor:

"Ementa: não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, e § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação. aplica-se o mesmo entendimento às contratações diretas fundadas no art. 74, da Lei nº 14.133, de 2021, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos I e II do art. 75, da Lei nº 14.133, de 2021."

Referência: art. 5º, art. 53, §§ 3º, 4º e 5º, art. 72, inciso III, e art. 95, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Parecer nº 00009/2021/CNLCA/CGU/AGU; Despacho nº 475/2021/DECOR/CGU/AGU, Despacho nº 598/2021/GAB/CGU/AGU.

57. Tal atitude foi necessária, sob pena de gerar-se uma paralisação do órgão consultivo para analisar demandas de baixo valor, em detrimento de demandas que realmente exigiriam uma atuação dedicada dos membros do consultivo jurídico da AGU.

58. Da mesma forma, diante do enorme aumento da demanda da e-CJU/Aquisições, a boa gestão orienta pela definição de uma alçada de afastamento do envio meramente burocrático e obrigatório de processo envolvendo novas licitações.

59. Bom reiterar que o afastamento do envio obrigatório não impede que, diante de uma dúvida jurídica,



possa o órgão assessorado formular consulta para que o órgão de Advocacia de Estado exerça sua função de consultoria e assessoramento.

60. Em outras palavras, a definição de uma alçada de obrigatoriedade não prejudica a realização de consultas em relação às dúvidas jurídicas acerca de interpretação normativa ou elucidação de situação fática ainda não uniformizada.

61. Também é relevante reforçar que esta manifestação não alcança as demandas aqui classificadas como estratégicas e de maior complexidade (aquisições de medicamentos, de bens que compõem a solução de tecnologia da informação e comunicação, de aeronaves e de armamentos), as quais devem ser submetidas à prévia análise jurídica, independentemente da alçada aqui fixada.

62. Por fim, confiante de que será deferida a pretensão de melhoria da gestão dos processos, com a criação da referida alçada mínima para envio obrigatório, passaremos à análise referencial, a ser utilizada como parâmetro de conformidade pelos órgãos assessorados.

### 3. DA ANÁLISE REFERENCIAL

#### 3.1. Finalidade e abrangência do parecer jurídico

63. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir à autoridade assessorada no controle interno, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

"Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

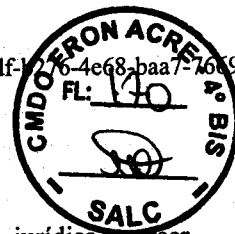
§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

- I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
- II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica."

64. Nossa função é apenas apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para resguardar a autoridade assessorada, e a quem competir avaliar uma dimensão real do risco e a necessidade de adotar ou não uma precaução recomendada.

65. Importante ressaltar que o exame dos atos processuais se restringe aos seus aspectos legais, excluídos aqueles da natureza técnica. Em relação a estes, aplica-se os requisitos imprescindíveis para sua adequação às exigências da administração, observando os requisitos legais impostos (conforme Enunciado nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU, "A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento").

66. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão



assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

67. Por outro lado, vale esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de avaliação jurídica exercer auditorias quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, neste caso, a cada um deles observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

68. Por fim, ressaltamos que nossas orientações jurídicas não possuem caráter vinculativo, podendo a autoridade assessorada, dentro da margem de discricionária que é conferida pela lei, adotar ou não as ponderações feitas pela Consultoria Jurídica. Contudo, o seguimento do processo sem a observância dos apontamentos jurídicos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

### 3.2 Regularidade da autuação do processo e avaliação de conformidade legal

69. O art. 19 da Lei nº 14.133, de 2021, prevê que os órgãos competentes da Administração devem instituir mecanismos e ferramentas voltadas ao gerenciamento de atividades de administração de materiais, obras e serviços, conforme abaixo transcrito:

"Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

I - instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços;

II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

III - instituir sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e vídeo;

IV - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

V - promover a adoção gradativa de tecnologias e processos integrados que permitam a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia."

70. É preciso que a fase de planejamento da contratação esteja alinhada às iniciativas mais atualizadas dos órgãos que detêm competências regulamentares.

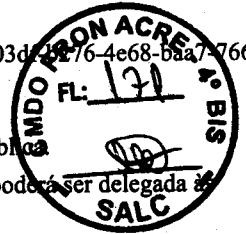
71. Nesse sentido, um instrumento importante para auxiliar a checagem desse alinhamento é a lista de verificação elaborada pela Advocacia-Geral da União, disponível no endereço <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/listas-de-verificacao> (acesso em 29/06/2023).

### 3.3 Limites e instâncias de governança

72. No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, estabeleceu limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.

73. Em relação aos contratos administrativos, para atividades de custeio em geral, o artigo 3º do referido Decreto define algumas regras que precisam ser respeitadas, notadamente em relação à competência para a celebração de novos contratos de aquisição:

"Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de



Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República

§ 1º Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o caput poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º:

I - titulares de cargos de natureza especial;

II - dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado; e III - dirigentes máximos das entidades vinculadas.

§ 2º Para os contratos com valor inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º.

§ 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação."

74. A Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, estabelece normas complementares para o cumprimento do Decreto nº 10.193, de 2019, incumbindo ao órgão contratante ficar atento à eventual diploma que venha a estabelecer determinações complementares ao Decreto nº 10.193, de 2019, devendo-se observar os preceitos dos atos normativos regulamentares ainda vigentes.

75. Uma vez que foge às atribuições deste órgão de assessoramento jurídico investigar ou auditar eventual existência de delegação de competência, a autoridade assistida deve se certificar sobre a natureza da atividade a ser contratada – se constitui ou não atividade de custeio –, adotando as providências necessárias, se for o caso, para aferir se a autoridade indicada na minuta possui competência para a representar a União na celebração do contrato a ser firmado.

### 3.4. Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade

76. As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei n. 14.133, de 2021, c/c art. 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010).

77. No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante o fornecimento e o recolhimento dos produtos, bem como a incidência de normas especiais de comercialização ou de licenciamento de atividades (ex.: registro no Cadastro Técnico Federal - CTF), que são requisitos previstos na legislação de regência ou em leis especiais (ex.: arts. 66 e 67, IV, da Lei n. 14.133, de 2021).

78. São aspectos indispensáveis do planejamento da contratação a abordagem econômica, social, ambiental e cultural das ações de sustentabilidade. O órgão assessorado deve: a) avaliar se há incidência de critérios de sustentabilidade no caso concreto; b) indicar as dimensões dessa incidência; e c) definir condições para sua aplicação. É de fundamental importância consultar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU, no qual podem ser extraídos subsídios orientadores das ações de sustentabilidade. Referido Guia está disponível no endereço <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/licitacoes-sustentaveis> (acesso em 29/06/2023).

79. Na escolha de produtos, nos termos do inciso XI do art. 7º da Lei n. 12.305, de 2010, deve-se priorizar: produtos que podem gerar menos perdas; ser recicláveis; ser mais duráveis; que possuam menos substâncias tóxicas ou prejudiciais à saúde; e que consumam menos recursos naturais na sua produção.

80. Na especificação técnica do objeto a ser adquirido, recomendamos, como subsídio, a utilização do Catálogo de Materiais Sustentáveis do Ministério da Economia. O CATMAT Sustentável permite identificar itens de



materiais sustentáveis que poderão ser adquiridos em substituição a itens similares.

81. Acresça-se que é obrigação do gestor público a consulta e a inserção nas minutas correspondentes das previsões legais constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, o qual já foi citado como exemplo de boa prática administrativa pelo Tribunal de Contas da União, conforme acórdão 1056/2017-Plenário.

82. Registre-se que há possibilidade, mediante motivação administrativa constante do processo administrativo, de serem inseridos outros requisitos de sustentabilidade além dos legalmente, desde que observados os demais princípios licitatórios.

83. Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições:

- a) definir os critérios sustentáveis objetivamente, e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial
- b) verificar se os critérios sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;
- c) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

84. Cabe ao órgão assessorado a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos bens a serem adquiridos e serviços a serem contratados. Se a Administração entender que a contratação não se sujeita aos critérios de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

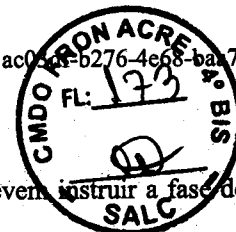
85. Neste sentido, o PARECER 01/2021/CNS/CGU/AGU, aprovado pela Consultoria-Geral da União (DESPACHO n. 00525/2021/GAB/CGU/AGU):

- I. Os órgãos e entidades que compõem a administração pública são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos;
- II. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas deverá ser justificada pelo gestor competente nos autos do processo administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e/ou direito;
- III. Recomenda-se aos agentes da administração pública federal encarregados de realizar contratações públicas, que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União."

86. Estabelecidas estas orientações introdutórias, imprescindíveis para compreensão da amplitude do tema, segue-se detalhamento no tocante às providências em relação ao desenvolvimento sustentável no Estudo Técnico Preliminar; na descrição da necessidade da contratação; no levantamento de mercado e a consideração da vantajosidade, na definição do objeto, Plano Diretor de Logística Sustentável e em relação ao Termo de Referência.

### 3.5. Planejamento da contratação

87. A Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu que fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no caput do art. 18.



88. O artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, conforme abaixo transcrito:

"Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

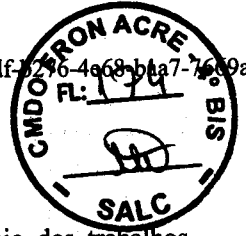
XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei."

(grifou-se)

89. Referido dispositivo é complementado por seu parágrafo primeiro, que dispõe sobre os elementos do Estudo Técnico Preliminar. De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa.

90. Neste sentido, ressalte-se que a identificação da necessidade administrativa deve considerar também o desenvolvimento nacional sustentável, que é princípio e objetivo das licitações (artigo 5º e artigo 11, IV, da Lei nº 14.133, de 2021), conforme detalhamentos abaixo. Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender referida necessidade, que inclusive podem se diferenciar do pedido inicial. Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico.

91. Alguns dos elementos serão abaixo examinados.



### 3.5.1. Documento de Formalização da Demanda

92. O Documento de Formalização da Demanda é procedimento obrigatório para o início dos trabalhos pertinentes ao início da fase interna da licitação.

93. Dessa forma, tem-se que os documentos que instruem o processo devem atender aos requisitos próprios para a oficialização da demanda.

### 3.5.2. Estudos Técnicos Preliminares - ETP

94. De acordo com o inciso XX, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, estudo técnico preliminar é o "*documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação*".

95. O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

96. O artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta os elementos que devem ser considerados na elaboração do ETP:

"Art. 18 [...]

(...)

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

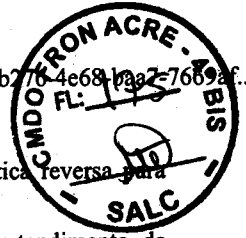
VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos



requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina."

97. É certo que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, acima, conforme expressamente exigido pelo §2º da referida norma. Quando não contemplar os demais elementos previstos no art. 18, §1º, deverá a Administração apresentar as devidas justificativas. No tocante ao inciso XII, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU apresenta diversas orientações jurídicas, a serem consultadas e observadas sempre que incidentes ao caso concreto.

98. Além das exigências da Lei n. 14.133, de 2022, deve a Administração observar as regras constantes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

99. Conclui-se que o estudo preliminar da Contratação aborda os aspectos essenciais para a licitação, razoavelmente apresentando os requisitos necessários ao atendimento da demanda, versando, ainda, sobre a natureza do contrato e sua duração, além de apresentar as possíveis práticas de sustentabilidade. O Estudo também identifica qual a solução mais apropriada para suprir a necessidade administrativa e discorre sobre as providências preliminares à contratação.

100. Convém alertar que a Administração deve evitar a inclusão de requisitos desnecessários, mantendo as exigências de contratação em nível que permita a satisfação plena do interesse público secundário, de um lado, e a maior possibilidade de competição (ampla participação), de outro.

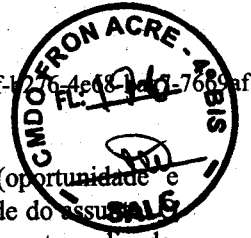
#### **Descrição da Necessidade da contratação**

101. A identificação da necessidade da contratação é o primeiro aspecto a ser abordado em um estudo técnico preliminar, justamente para permitir a reflexão sobre os motivos pelos quais determinada contratação foi solicitada, investigando assim qual a necessidade final a ser atendida, que pode inclusive ser distinta a depender da finalidade do órgão ou entidade, ainda que o objeto indicado pelo setor requisitante seja o mesmo.

102. Essa investigação inicial é expressamente demandada no art. 18, I e §1º, I da NLLC, já reproduzidos no presente parecer. Trata-se de etapa fundamental do processo, por meio da qual o problema colocado para a Administração pode vir a ser compreendido sob outra perspectiva e assim contribuir para que outras soluções se mostrem propícias a atender a demanda, quando se passar à fase de levantamento de mercado, tratada mais à frente. A clareza da necessidade administrativa é a base para possíveis inovações.

103. Também por meio dela é possível fazer uma reflexão para extrair quais os requisitos essenciais sem os quais a necessidade não seria atendida. Trata-se de requisitos da própria necessidade, portanto, e não de eventuais soluções a serem adotadas, até porque, nessa primeira etapa, ainda não se sabe quais as soluções disponíveis. Nesse sentido, o art. 18, §1º da Lei n. 14.133, de 2022, que estabelece os elementos do ETP, prevê os requisitos da contratação no seu inciso III, enquanto o levantamento de mercado (quando se buscam as soluções disponíveis) somente no inciso V.

104. Além disso, a descrição da necessidade de contratação deve conter manifestação acerca da essencialidade e interesse público da contratação, para os fins do previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540/2015, a ser interpretado em consonância com a Lei n. 14.133, de 2022, devendo portanto ser avaliado o interesse público também na perspectiva de se haverá impacto ambiental negativo decorrente da contratação e se há opções que atendam ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (artigo 11, I, Lei n. 14.133, de 2021)



105. Feito esse registro, é certo que não cabe ao órgão jurídico adentrar ao mérito (oportunidade e conveniência) das razões do Administrador, principalmente nesse contexto em que prevalece a tecnicidade do assunto. papel do órgão jurídico é recomendar que essa reflexão sobre a necessidade administrativa seja efetivamente realizada, orientando o órgão assistido a registrá-la nos autos, caso não o tenha sido, ou então a aperfeiçoá-la, na hipótese de ela se revelar insuficiente ou desarrazoada.

### Levantamento de Mercado

106. Uma vez identificada a necessidade administrativa, o próximo passo é buscar soluções que tenham o potencial de atendê-la. Não se trata, portanto, de realizar estimativa de preços, e sim estudar as práticas do mercado e de outros órgãos e entidades públicas, a fim de verificar se existe alguma outra solução para atender a necessidade administrativa ou então novas metodologias de execução/contratação que gerem ganhos de produtividade ou economia para a Administração.

107. O artigo 9º, III, “a” à “d” da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 indica algumas opções para realizar essa busca e o art. 12 estabelece que “os órgãos e entidades deverão pesquisar, no Sistema ETP Digital, os ETP de outras unidades, como forma de identificar soluções semelhantes que possam se adequar à demanda da Administração.”.

108. Já o art. 44 da Lei nº 14.133, de 2021, determina que a Administração promova a avaliação dos custos e benefícios das opções de compra e locação de bens, quando ambas as soluções foram viáveis, de modo a indicar a alternativa que se revelou mais vantajosa no caso concreto. Neste ponto, ressalte-se que a vantajosidade deve considerar o ciclo de vida do objeto, nos termos dos artigos 11, I e 18, VIII, da mesma lei.

109. Assim, essa prospecção e avaliação deverá ser realizada, ainda que leve à conclusão de que as metodologias já tradicionalmente empregadas em contratações anteriores são as mais aptas à satisfação da necessidade administrativa. Seja qual for a solução adotada, sua escolha deve ser expressamente motivada nos autos.

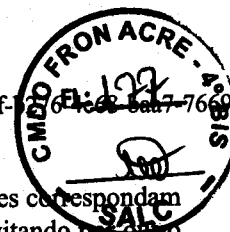
### Definição do Objeto

110. Uma vez investigada a necessidade administrativa que origina o pedido de contratação e depois de encontrada a solução mais adequada para atendê-la, a Administração passará então a se diferenciar dos particulares em geral porque deverá então descrever referida solução, convertendo-a no objeto licitatório. A finalidade principal desta etapa é propiciar que a própria Administração incremente seus conhecimentos sobre o objeto, distinguindo suas características principais, para então, por meio da descrição, possibilitar que todos os fornecedores da solução escolhida venham a saber do interesse administrativo em uma futura contratação.

111. Bem por isso, o aumento do nível de detalhamento da especificação do objeto influi inversamente no universo de fornecedores aptos a atender à demanda, reduzindo-o. Consequentemente, a caracterização excessivamente pormenorizada poderá conduzir a um único ou nenhum fornecedor, ao passo que a especificação por demais genérica ou singela poderá ampliar as opções no mercado, porém para objeto cujas características não atendam plenamente às necessidades efetivas da Administração, frustrando a finalidade da contratação.

112. De acordo com o art. 18, caput, da Lei n. 14.133, de 2021, a fase de planejamento deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, sendo certo que a definição do objeto, modelo de execução e gestão do contrato devem levar em consideração cada um desses aspectos.

113. No que tange às considerações técnicas, a especificação do objeto deve considerar as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos do art. 1º da Lei nº 4.150, de 1962.



114. Portanto, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais ao bem, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração, evitando por outro lado, detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

115. Por fim, deve a Administração indicar se o objeto que será contratado está contemplado no catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022.

### **Demais aspectos ligados à definição do Objeto**

#### ***Quantitativos Estimados***

116. Uma vez definido o objeto licitatório, a Administração deve estimar, de forma clara e precisa, o quantitativo demandado para o atendimento da necessidade administrativa por meio daquela solução escolhida. Evidentemente, a própria escolha da solução pode ter sido influenciada por esse dimensionamento, mas naquele momento os cálculos podem ter sido efetuados de maneira aproximada, apenas para subsidiar a decisão entre as opções disponíveis.

117. Nessa etapa, entretanto, a definição do aspecto quantitativo demanda pormenorização, com a demonstração dos cálculos pelos quais se chegou à estimativa de quantidades. Isso é especialmente importante de ser registrado nos autos por ser um ponto objetivo, de maior verificação e consequentes questionamentos, que se tornam mais difíceis de responder à medida que o tempo transcorre, quando a memória e a documentação correspondente podem estar menos acessíveis.

118. Assim, deve-se evitar ao máximo estimativas genéricas, sem respaldo em elementos técnicos que evidenciem a exata correlação entre a quantidade estimada e a demanda. A adoção do Sistema de Registro de Preços, embora possível nas situações em que há dificuldade para a definição prévia do quantitativo previsto, não legitima a indicação de quantidades irreais e sem qualquer respaldo com a realidade do órgão. Bom frisar que o artigo 82 da Lei nº 14.133/2021 e o artigo 15 do Decreto federal nº 11.462/2023 destacam a necessidade, via de regra, de indicação da quantidade máxima (de cada item) a ser contratada.

119. Outrossim, o art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021, dispõe que o planejamento de compras deve considerar a expectativa de consumo anual, devendo tal regra ser observada no caso concreto, admitindo-se o fornecimento contínuo, conforme inciso III do citado dispositivo.

120. Por fim, convém observar que a adoção de orçamento sigiloso não conduz ao sigilo dos quantitativos. Pelo contrário, permanece ampla a divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

121. Assim sendo, deve constar do processo a documentação que contenha os requisitos necessários à definição dos quantitativos que serão licitados, com a utilização de parâmetros de estimativa e inclusão de memórias de cálculo que deem suporte aos quantitativos. Deve-se ressaltar que não compete a esta Consultoria adentrar em questões técnicas, mas apenas verificar se há suporte documental coerente com aquele que é exigido pela legislação para a fase interna da licitação.

#### ***Parcelamento do objeto da contratação***

122. Via de regra, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021:



"Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

V - atendimento aos princípios:

- a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
- b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;
- c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

(...)" (grifou-se)

123. Ocorre que o parcelamento deve ser adotado levando-se em consideração alguns critérios objetivos, descritos no §2º do dispositivo citado:

"§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

- I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;
- II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e
- III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado."

124. Por outro lado, há situações em que a lei expressamente restringe a possibilidade de parcelamento do objeto, conforme situações descritas no mesmo art. 40, em seu parágrafo terceiro:

"§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

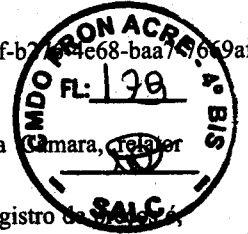
- I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;
- II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;
- III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo."

125. Como critério conceitual, o artigo 87 do Código Civil preceitua: "Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam".

126. Em vista disso, e de uma forma geral, as licitações em que o objeto é disposto em um item apenas, ou em que os vários objetos são dispostos em vários itens, com disputa e adjudicação independentes entre si, tendem a observar o princípio do parcelamento, desde que cada um dos objetos dos itens seja considerado indivisível, o que deve ser esclarecido pelo órgão.

127. Em relação à aglutinação de itens em grupo, o TCU tem apresentação diversas orientações restritivas:

- A licitação por lote, com a adjudicação pelo menor preço global, sem comprovação de eventual óbice de ordem técnica ou econômica que inviabilize o parcelamento do objeto em itens, caracteriza restrição à competitividade do certame, em vista do disposto nos art. 15, inciso IV, e 23, § 1º, da Lei 8.666/93 (TCU. Acórdão 1913/2013-Plenário, relator Ministro José Múcio Monteiro).
- Em licitação para registro de preços, é irregular a adoção de adjudicação por menor preço global por grupo/lote, concomitantemente com disputa por itens, sem que estejam demonstradas as razões pelas quais tal critério, conjuntamente com os que presidiram a formação dos grupos, é o que conduzirá à contratação mais vantajosa, comparativamente ao critério usualmente requerido de



adjudicação por menor preço por item (TCU. Acórdão 4205/2014-Primeira Câmara, relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira).

- A adoção de critério de adjudicação pelo menor preço global por lote em registro de preços, em regra, incompatível com a aquisição futura por itens, tendo em vista que alguns itens podem ser ofertados pelo vencedor do lote a preços superiores aos propostos por outros competidores (TCU. Acórdão 2695/2013-Plenário, relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.).

128. A preocupação externada pelo TCU decorre da constatação de que a adjudicação por grupo, seguida de posteriores adjudicações ou contratações de itens isolados, por vezes gera a situação em que o item posteriormente contratado, junto ao licitante vencedor, apresenta valores superiores aos ofertados pelos demais licitantes. Tal situação se agrava quando, justamente, os itens do grupo nos quais o licitante vencedor havia apresentado preços menores (o que gerou seu menor preço para o grupo e, conseqüente, vitória no certame) não são os efetivamente provocados para a contratação *just in time*, seja pelo órgão gerenciador, por participantes ou não participantes.

129. Em sua Jurisprudência, o TCU acabou firmando o entendimento de que, notadamente nas licitações para registro de preços, a modelagem de aquisição por preço global de grupo de itens, embora medida excepcional, pode ser utilizada quando a Administração pretende contratar a totalidade dos itens do grupo, admitindo-se a aquisição futura de itens isoladamente, “quando o preço unitário ofertado pelo vencedor do grupo for o menor lance válido na disputa relativa ao item” (TCU. Acórdão 1347/2018 Plenário, Consulta, Relator Ministro Bruno Dantas).

130. De qualquer forma, a decisão sobre a aglutinação ou não, de itens, envolve contornos técnicos específicos. É possível que o órgão contratante identifique a necessidade de reunião e tome essa decisão, de forma justificada (no termo de referência ou mesmo em outra peça processual), fundamentando-a em ponderações econômicas e gerenciais, como ganhos de economia de escala ou mesmo gerenciamento contratual.

131. Se por um lado, a divisão em itens (fracionamento) é sugerida, como forma de ampliação da competitividade, por outro lado, a aglutinação é possível e até recomendável, caso justificado que, entre outros motivos, o fracionamento (divisão em itens) não amplia efetivamente a competitividade, prejudica o objeto da contratação (gerando prejuízo técnico, econômico ou de gestão) ou impede eventual economia de escala (TORRES, ronny Charles Lopes de. Leis de licitações públicas comentadas. 14ª edição. São Paulo: Jus Podivm, 2023. p. 266).

132. A Lei nº 14.133/2021 definiu que, no âmbito do Sistema de Registro de Preços, o critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a “inviabilidade” de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica. Tal inviabilidade não significa impossibilidade absoluta, devendo ser compreendida de acordo com as regras definidas pelo artigo 40 da Lei nº 14.133/2021.

133. De qualquer forma, na hipótese de justificada aglutinação de itens em um mesmo grupo, conforme definem os artigos 12 e 13 do Decreto federal nº 11.462/2023:

- o o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será indicado no edital; e
- o a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

134. Repise-se, a decisão sobre a aglutinação ou não de itens envolve contornos técnicos específicos. É possível que o órgão contratante identifique a estrita necessidade de reunião e tome essa decisão, de forma justificada (no termo de referência ou mesmo em outra peça processual), fundamentando-a em ponderações econômicas e gerenciais, como ganhos de economia de escala ou mesmo gerenciamento contratual, de acordo com os limites definidos pelo legislador.

**Instrumentos de governança - PCA, PLS e outros**



135. De acordo como do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual.

"Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias."

136. É preciso compreender que o PCA constitui instrumento de governança descrito na Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito de toda a Administração Pública federal. Por elucidativo, segue transcrição do art. 6º, que elenca os instrumentos de governança em contratações públicas:

"Art. 6º São instrumentos de governança nas contratações públicas, dentre outros:

I - Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS;

II - Plano de Contratações Anual;

III - Política de gestão de estoques;

IV - Política de compras compartilhadas;

V - Gestão por competências;

VI - Política de interação com o mercado;

VII - Gestão de riscos e controle preventivo;

VIII - Diretrizes para a gestão dos contratos; e

IX - Definição de estrutura da área de contratações públicas.

Parágrafo único. Os instrumentos de governança de que trata este artigo devem estar alinhados entre si."

137. É certo que o administrador público deve demonstrar que a contratação pretendida está alinhada aos instrumentos e às diretrizes definidas no normativo acima citado.

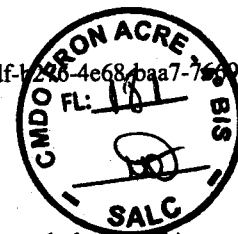
138. Sem prejuízo da orientação acima, convém tecer algumas considerações sobre os instrumentos de governança abaixo indicados.

#### - Plano de Contratações Anual – PCA

139. O Decreto nº 10.947, de 2022, regulamentou o Plano de Contratações Anual – PCA, assim como instituiu o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações, tendo imposto aos órgãos e as entidades a obrigatoriedade de elaboração, até a primeira quinzena de maio de cada exercício, de planos de contratações anual, os quais conterão todas as contratações que pretendem realizar no exercício subsequente.

140. É certo que o PCA deve ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e deverá ser observado na realização de licitações e na execução dos contratos, conforme artigo 12, §1º, da Lei nº 14.133, de 2022.

141. Convém lembrar que, de acordo com o artigo 17 do Decreto nº 10.947, de 2022, incumbe ao setor de contratações a verificação de que a demanda está contemplada no plano de contratações, devendo tal informação constar de forma expressa na fase de planejamento, o que deve ser feito no Estudo Técnico Preliminar, conforme expressamente



prevê o art. 18, §1º, inciso II.

142. Assim sendo, faz-se necessário que o órgão registre se a demanda está devidamente contemplada no PCA do órgão.

#### **- Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS e definição de critérios de sustentabilidade nas aquisições**

143. Como visto, o Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS se caracteriza como instrumento de governança, vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

144. As dimensões a serem consideradas são: econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo. Nesse sentido, cumpre ressaltar que o órgão assessorado deve: a) avaliar se há incidência de critérios e práticas de sustentabilidade no caso concreto; b) indicar a(s) dimensão(ões) dessa incidência; e c) definir condições para sua aplicação (artigo 11, parágrafo único, Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022). Sobre as diversas dimensões, há subsídios orientadores no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível no site da AGU.

145. Na escolha de produtos sustentáveis, segundo os termos do inciso XI do artigo 7º da Lei nº 12.305, de 2010, deve-se priorizar: produtos que podem gerar menos perdas; ser recicláveis; ser mais duráveis; que possuam menos substâncias tóxicas ou prejudiciais à saúde; e que gastem menos energia na sua produção.

146. Na especificação técnica do objeto a ser adquirido, recomendamos, como subsídio, a utilização do Catálogo de Materiais Sustentáveis do Ministério da Economia. O CATMAT permite identificar itens de materiais sustentáveis que poderão ser adquiridos em substituição a itens similares

147. Acresça-se que é obrigação do gestor público a consulta e a inserção nas minutas correspondentes das previsões legais constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

148. Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável previsto no artigo 5º, "caput", da Lei nº 14.133, de 2021, deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições:

- a) definir os critérios e práticas sustentáveis objetivamente, e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial combinado com o artigo 11, parágrafo único, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 2022;
- b) verificar se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame; e,
- c) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável (obrigatório nos casos de pregão eletrônico e boa prática nos demais casos).

149. Cabe ao órgão assessorado a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos bens a serem adquiridos. Se a Administração entender que os bens objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

#### **3.5.3. Análise de riscos**



150. O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que o planejamento da contratação deve contemplar a análise dos riscos.

151. No Portal de Compras do Governo Federal consta tópico especialmente dedicado à Identificação e Avaliação de Riscos, que oferece orientações elaboradas base nas premissas estabelecidas pela Lei nº 14.133, de 2021. É certo que tais recomendações devem ser incorporadas no planejamento desta contratação.

152. Além disso, a Administração deve se atentar para a possibilidade de inserir no contrato tópico destinado a Matriz de Riscos, o que deve ser feito com base em avaliação concreta, com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação. Em caso de dúvidas, esta unidade jurídica poderá ser consultada.

### 3.5.4. Orçamento Estimado e Pesquisa de Preços

153. O orçamento estimado da contratação é tratado no artigo 23 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que, para compras, devem ser observados os parâmetros previstos em seu §1º:

"Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

(...)"

154. Além das regras legais, também devem ser observadas as normas da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, que estabelece o dever de materialização da pesquisa de preços em documento que contemple, no mínimo, as exigências do artigo 3º da referida norma:

"Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterà, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser contratado;

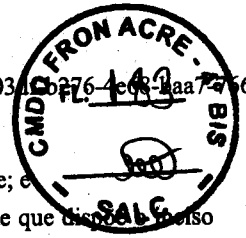
II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

III - caracterização das fontes consultadas;

IV - série de preços coletados;

V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;



VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e  
VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 5º."

155. Referida IN, em seu artigo 5º, define os parâmetros a serem utilizados na estimativa de custos, de forma bastante similar ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021. Acrescenta, no entanto, no §1º do artigo 5º que devem ser priorizados os parâmetros dos incisos I e II, painel para consulta de preços do PNCP e contratações similares, respectivamente, devendo ser apresentada justificativa nos autos em caso de impossibilidade de adoção destes.

156. Assim, o primeiro ponto a ser destacado é a necessidade jurídica dessa priorização, a ser justificada nos autos quando não observada.

157. Um segundo ponto refere-se ao limite temporal estabelecido para os parâmetros utilizados na pesquisa de preços, voltados a evitar que os valores pesquisados já estejam desatualizados, conforme descrito nos incisos do artigo 5º da Instrução Normativa nº 65, de 2021, cabendo repetir a pesquisa de preços sempre que ultrapassado o ali prazo previsto.

158. Por fim, impende ressaltar a previsão do art. 6º, § 4º, da IN nº 65, de 2021, que deve ser observada pelo consulente no sentido de que "*Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados*".

159. Com intuito de verificar o custo da contratação e obtenção de valor de referência para o certame, o órgão deverá realizar pesquisa de preços, anexando aos autos as pesquisas que permitem a avaliação do custo médio e as variações entre diversos fornecedores.

160. Vale registrar a recomendação para que a Administração elabore mapa de cotação dos preços pesquisados, a fim de facilitar a realização de um juízo crítico sobre os preços que vão ser utilizados para estimar o valor total licitado.

### **Orçamento Sigiloso**

161. A Administração pode optar pela realização de licitação com preservação das informações do orçamento estimado, o que se admite desde que justificadamente, conforme estabelece o art. 24, da Lei nº 14.133, de 2021:

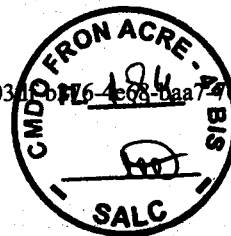
"Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: (...)"

162. De acordo com o art. 18, §1º, inciso VI, o ETP deve tratar da estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, caso a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

163. Desse modo, o planejamento da contratação deve contemplar a análise de conveniência e oportunidade sobre a adoção ou não do orçamento sigiloso.

164. Convém ressaltar que, em caso de adoção do critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável deve constar obrigatoriamente do edital da licitação, ou seja, não é possível adoção de orçamento sigiloso (cf. art. 24, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).

165. Como norte, nos parece plausível recomendar que a escolha recaia sobre a opção que tenha maior aptidão para a obtenção da melhor proposta. Qualquer que seja a opção do Gestor, deverá ser devidamente motivada nos autos.



### 3.6. Termo de Referência

166. O Termo de Referência deve contemplar as exigências do artigo 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2022:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
  - b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
  - c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
  - d) requisitos da contratação;
  - e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
  - f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
  - g) critérios de medição e de pagamento;
  - h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
  - i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
  - j) adequação orçamentária;
- (...)"

167. Especificamente em relação a compras, também devem ser observadas as exigências do art. 40, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

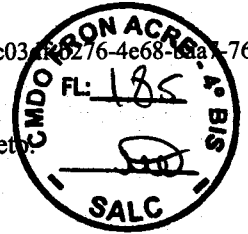
"Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações:

- I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;
  - II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;
  - III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.
- (...)"

168. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.



169. A Administração deve cuidar para que suas exigências sejam atendidas no caso concreto.

**Utilização ou não de minuta padronizada de TR.**

170. A padronização de modelos de documentos da fase interna da licitação constitui medida de eficiência e celeridade administrativa que encontra previsão no art. 19, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021:

"Art. 19. Os órgãos da Administração com competências regulamentares relativas às atividades de administração de materiais, de obras e serviços e de licitações e contratos deverão:

I - instituir instrumentos que permitam, preferencialmente, a centralização dos procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços;

II - criar catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

III - instituir sistema informatizado de acompanhamento de obras, inclusive com recursos de imagem e vídeo;

IV - instituir, com auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, modelos de minutas de editais, de termos de referência, de contratos padronizados e de outros documentos, admitida a adoção das minutas do Poder Executivo federal por todos os entes federativos;

V - promover a adoção gradativa de tecnologias e processos integrados que permitam a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de obras e serviços de engenharia."

(grifou-se)

171. Tal postulado foi registrado na quarta edição do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU, conforme Enunciado BPC nº 06:

"A atuação consultiva na análise de processos de contratação pública deve fomentar a utilização das listas de verificação documental (check lists), do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e das minutas de editais, contratos, convênios e congêneres, disponibilizadas nos sítios eletrônicos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

No intuito de padronização nacional, incumbe aos Órgãos Consultivos recomendar a utilização das minutas disponibilizadas pelos Órgãos de Direção Superior da AGU, cujas atualizações devem ser informadas aos assessorados.

Convém ainda que os Órgãos Consultivos se articulem com os assessorados, de modo a que edições de texto por estes produzidas em concreto a partir das minutas-padrão sejam destacadas, visando a agilizar o exame jurídico posterior pela instância consultiva da AGU" (grifou-se).

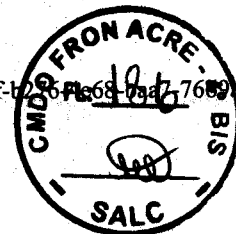
172. Para que os objetivos de celeridade, eficiência e segurança sejam alcançados, é preciso que a Administração aponte claramente:

- o Se houve utilização de modelos padronizados;
- o Qual modelo foi adotado; e
- o Quais foram as modificações ou adaptações eventualmente efetuadas no modelo.

173. Assim, cumpre destacar que se recomenda aos órgãos a adoção dos modelos elaborados nacionalmente pela AGU.

**Da natureza comum do objeto da licitação**

174. Compete à administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum, haja vista que a licitação por pregão somente é obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de



menor preço ou o de maior desconto, conforme consta do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133, de 2021.

175. A definição de bens e serviços comuns pode ser extraída diretamente da Lei nº 14.133, de 2021, que apresenta tal conceito nos seguintes termos:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

(...)"

176. Sobre a necessidade de a Administração declarar a natureza do objeto da contratação, a Orientação Normativa nº 54, de 2014, da Advocacia-Geral da União, dispõe:

"Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável."

177. Embora referida Orientação Normativa tenha sido editada à luz da Lei nº 8.666, de 1993, tem-se que o entendimento jurídico nela consubstanciado é compatível com a Lei nº 14.133, de 2021, motivo pelo qual merece ser observado.

178. Assim, deverá a Administração declarar expressamente a natureza comum do objeto da licitação, para fins de adoção da modalidade pregão.

### **Informação sobre o Regime de Fornecimento**

179. Os documentos de planejamento da contratação devem tratar do regime de fornecimento de bens, observados os potenciais de economia de escala, cujos impactos podem afetar a decisão sobre o parcelamento ou não do objeto, que será abordado mais adiante.

### **Aquisição de bem de consumo que se enquadra como bem de luxo**

180. De acordo com o art. 20 da Lei nº 14.133, de 2021, não é admitida a aquisição de artigos de luxo, tendo os §§ 1º e 2º tratado da necessidade de regulamentação do tema:

"Art. 20. Os itens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, vedada a aquisição de artigos de luxo.

§ 1º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário definirão em regulamento os limites para o enquadramento dos bens de consumo nas categorias comum e luxo.

§ 2º A partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da promulgação desta Lei, novas compras de bens de consumo só poderão ser efetivadas com a edição, pela autoridade competente, do regulamento a que se refere o § 1º deste artigo.

§ 3º (VETADO)."

181. No âmbito da administração pública federal, o tema foi regulamentado pelo Decreto nº 10.818, de 2021, tendo seu art. 5º reforçado a vedação de aquisição de bens de consumo enquadrados como bens de luxo, sendo admitidas



as exceções contidas em seu art. 4º:

"Art. 4º Não será enquadrado como bem de luxo aquele que, mesmo considerado na definição do inciso I do caput do art. 2º:

I - for adquirido a preço equivalente ou inferior ao preço do bem de qualidade comum de mesma natureza; ou

II - tenha as características superiores justificadas em face da estrita atividade do órgão ou da entidade."

182. No caso concreto, a Administração deve indicar se pretende promover a aquisição de bem de consumo de luxo, devendo apresentar para tal suficiente justificativa que demonstre a incidência do permissivo do art. 4º do Decreto nº 10.818, de 2021.

### Indicação de marca ou modelo

183. Quanto à eventual indicação de marca ou modelo, cabe salientar que a lei admite tal possibilidade de forma excepcional, por representar restrição à ampla competitividade do certame.

184. O artigo 41 da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta as hipóteses em que será possível a indicação de marca ou modelo:

"Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;

c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;"

185. Ocorre que a indicação de marca/modelo não basta para a exclusão das demais opções do mercado, sendo certa a possibilidade de realização, pelo interessado, de prova de qualidade de produto similar, conforme disciplinado no artigo 42 da Lei nº 14.133, de 2021:

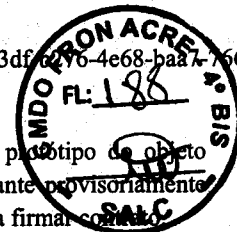
"Art. 42. A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios:

I - comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;

II - declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto;

III - certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

§ 1º O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, certificação de qualidade do produto por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).



§ 2º A Administração poderá, nos termos do edital de licitação, oferecer protótipo do objeto pretendido e exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras do licitante provisoriamente vencedor, para atender a diligência ou, após o julgamento, como condição para firmar contrato.

§ 3º No interesse da Administração, as amostras a que se refere o § 2º deste artigo poderão ser examinadas por instituição com reputação ético-profissional na especialidade do objeto, previamente indicada no edital."

186. Ainda sobre indicação de marca, também deve ser considerada a vedação do artigo 40, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021, que, ao tratar do parcelamento, destaca sua inadequação quando o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

187. Por outro lado, nada impede que a Administração efetive a indicação de marca/modelo, quando for necessária como parâmetro ou referência para as especificações qualitativas do objeto, para facilitação de sua identificação, sendo conveniente, neste caso, vir acompanhada das expressões "equivalente, similar ou de melhor qualidade".

188. De tudo o que foi apresentado, fica a constatação de que a marca não poderá ser indicada como o objeto da contratação em si. Ou seja, o administrador não poderá externar sua preferência por contratação de certa marca, a seu talante, sem a correspondente motivação técnica objetiva e fundamentada. Portanto, a referência à marca deve ser consequência das características específicas do objeto, e não seu pressuposto, sob pena de indevida restrição da licitação e quebra da isonomia dos licitantes.

#### **Vedação de marca ou produto**

189. O art. 41, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, contempla a possibilidade de a Administração vedar a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual.

190. Dessa forma, o órgão que inserir no Termo de Referência a vedação à contratação de marca ou produto, deverá justificar suficientemente tal restrição no processo.

#### **Condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado**

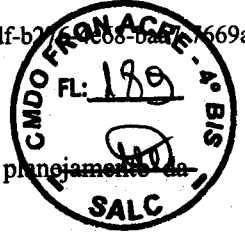
191. De acordo com o art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, na fase de planejamento da contratação a Administração deve cuidar para que o planejamento de compras considere condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado, devendo tal cautela ser demonstrada ou certificada nos documentos de planejamento.

#### **Condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento**

192. O art. 18, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, exige que a fase de planejamento da contratação contemple as condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento, sendo certo que sua definição envolve algum juízo de conveniência e oportunidade a ser realizado pelo administrador.

#### **Modalidade, critério de julgamento e modo de disputa**

193. Com base na exigência do art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, é possível concluir que a fase de planejamento deve abordar as razões que conduzem a definição de elementos aptos a conduzir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto.



194. Desse modo, com base na premissa de busca pela proposta mais vantajosa, deve o planejamento da contratação conter informações sobre:

- o modalidade de licitação;
- o critério de julgamento;
- o modo de disputa; e
- o adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros.

#### **Objetividade das exigências de qualificação técnica**

195. Enquanto a habilitação profissional procura investigar se o licitante tem experiência anterior na execução de parcela relevante do objeto, a habilitação operacional visa verificar se o licitante reúne condições de executar o objeto na dimensão que ele (o objeto) possui.

196. A exigência de qualificação técnica-profissional é mais comum em obras e serviços de engenharia, mas não é vedada nos demais objetos. Caso se entenda indispensável à garantia do adimplemento das obrigações (conforme art. 37, XXI, da Constituição Federal), então será necessário especificar de forma clara e expressa de qual parcela do objeto será exigida comprovação de experiência anterior, e por meio de qual profissional(is), para permitir o julgamento objetivo quanto ao atendimento da exigência na fase de habilitação do certame. O requisito legal a ser observado é que esta parcela claramente especificada represente ao menos 4% do valor estimado da contratação, conforme art. 67, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

197. Já a comprovação da qualificação técnica-operacional costuma ser exigida na generalidade dos casos, e afere a capacidade de gestão do licitante de executar o objeto licitatório. Por isso é indispensável indicar quantitativos mínimos a serem comprovados, até o limite de 50% do quantitativo previsto, conforme art. 67, §2º da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Exigências de Qualificação nas hipóteses legais de dispensa, sem justificativa**

198. O artigo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, preceitua que “o processo de licitação pública... somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

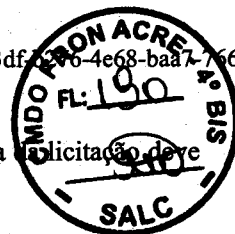
199. O art. 70, III, da Lei nº 14.133/2021, por sua vez, dispõe que as exigências de habilitação poderão ser dispensadas, “total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).” (Referidos valores são atualizados anualmente por Decreto, conforme art. 182 da mesma Lei).

200. A combinação da disposição constitucional com a disposição legal resulta que as exigências de qualificação técnica e econômica nas situações retratadas no art. 70, III, deve ser excepcional e justificada.

#### **Da avaliação sobre a necessidade de qualificar o TR como documento classificado (Lei de Acesso à Informação)**

201. De acordo com o art. 10 da Instrução Normativa SEGES/Me nº 81, de 25 de novembro de 2022, ao final da elaboração do TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o que deve ser observado no caso concreto.

#### **Adequação orçamentária**



202. Conforme se extrai do caput do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se também com as leis orçamentárias.

203. Contudo, tratando-se de licitação para Registro de Preços, é aplicável a Orientação Normativa AGU n. 20/2009, nos seguintes termos: "Na licitação para registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato". Portanto, o órgão deverá zelar pelo seu cumprimento e promover a indicação em momento anterior à celebração do contrato ou retirada do respectivo termo substitutivo.

204. No mesmo sentido, o Decreto federal nº 11.462/2023, definiu, em seu artigo 17, que "a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil".

### 3.7. Do uso do Sistema de Registro de Preços

205. Em relação à adoção do Sistema de Registro de Preços, necessário sempre pontuar que ele é um procedimento auxiliar permitido pela Lei, que facilita a atuação da Administração em relação a futuras prestações de serviços e aquisição gradual de bens. Utilizando esse procedimento, pode-se abrir um certame licitatório em que o vencedor terá seus preços registrados no instrumento auxiliar denominado Ata de Registro de Preços, para que posteriores necessidades de contratação sejam dirigidas diretamente a ele, de acordo com os preços e condições definidas.

206. Sidney Bittencourt lembra que o SRP se baseia no conceito do sistema *just in time*, segundo o qual a compra ou contratação deve ser efetivada apenas quando ocorrer a necessidade, gerando, para a Administração, uma redução nos gastos de armazenagem e estoque (BITTENCOURT, Sidney. Contratando sem licitação. São Paulo: Almedina, 2016. P. 198).

207. De acordo com o Decreto federal nº 11.462/2023, o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado em diversas hipóteses, tendo o normativo indicando elenco exemplificativo:

"Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

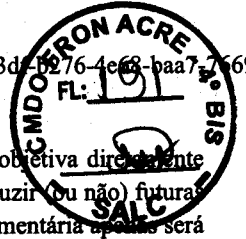
Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado."

208. O Sistema de registro de Preços possui algumas características específicas, consolidadas ao longo dos anos e mantidas pela nova Legislação:

a) Desnecessidade de prévia dotação orçamentária. Na licitação para registro de preços é



dispensada prévia dotação orçamentária. Isso é admitido porque o SRP não objetiva diretamente uma contratação. Seu objetivo é o registro formal de preços, o qual pode produzir (ou não) futuras contratações. Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária apenas será necessária para a formalização do contrato ou instrumento equivalente.

b) **Facultatividade da contratação.** Uma vez registrados os preços, o respectivo fornecedor não detém direito à contratação (adjudicação compulsória), pois a concretização do contrato é facultativa. Em outras palavras, a existência de preços registrados não obriga a administração pública a firmar os contratos que deles poderão advir. Nesta feita, o órgão gerenciador ou os órgãos participantes podem, mesmo durante a validade da ata, realizar licitação específica, objetivando a contratação de bens ou serviços semelhantes aos que foram registrados.

c) **Adoção facultativa.** A adoção do SRP não deve ser tida como regra obrigatória, embora possa ser providencial nas situações em que há necessidade de contratações frequentes, efetivações segmentadas (fracionamento) da contratação, conveniência administrativa na reunião de pretensões contratuais de diversos órgãos licitantes ou certa imprecisão na estimativa do quantitativo a ser demandado.

d) **Utilização para atendimento de diversas pretensões contratuais.** O SRP permite que uma única licitação reúna pretensões contratuais de diversos órgãos/entes públicos. Na sistemática admitida pelo SRP, tais órgãos/entes reúnem suas pretensões contratuais para a realização de um único certame, que será conduzido pelo "órgão gerenciador". Essa reunião produz a obtenção de melhores propostas, uma vez que a ampliação do objeto da licitação, pela reunião de várias pretensões contratuais, permite ganhos em economia de escala; ademais, a reunião de várias pretensões contratuais em um único certame diminui os custos burocráticos na realização da licitação. Conforme será visto adiante, o SRP admite ainda que um órgão que não tenha sido incluído na origem do procedimento (órgão não participante), possa aderir à ata de registro de preços. É o chamado órgão aderente ("carona"), que será analisado mais à frente.

e) **Ata de registro de preços.** O certame para registro de preços produz um documento vinculativo, de natureza obrigacional, denominado Ata de registro de preços, que estabelece compromisso relacionado à futura contratação. Nesse documento são registrados os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

209. Diante dessas características, é importante delimitar que o Sistema de Registro de Preços é um procedimento auxiliar que atua conjugado ao procedimento licitatório para gerar um instrumento auxiliar (ata de registro de preços), que gera obrigações, sobretudo de fornecimento, as quais podem lastrear futuras contratações, tendo ela prazo de vigência de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, com possibilidade de prorrogação por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

210. Na licitação para registro de preços será adotado o critério de julgamento de *menor preço* ou de *maior desconto* sobre o preço estimado ou a tabela de preços praticada no mercado.

### **Das competências do gerenciador e participantes**

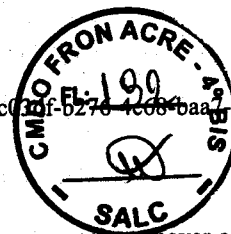
211. De acordo com o art. 7º do Decreto nº 11.462/2023, compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

I – realizar procedimento público de intenção de registro de preços – IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

II – aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

a) os quantitativos considerados ínfimos;

b) a inclusão de novos itens; e



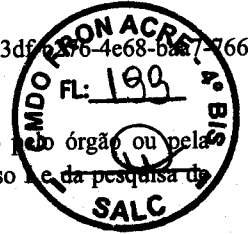
- c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;
- III** – consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;
- IV** – realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e pelas entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;
- V** – promover, na hipótese de compra nacional, a divulgação do programa ou projeto federal, a pesquisa de mercado e a consolidação da demanda dos órgãos e das entidades da Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios beneficiados;
- VI** – confirmar, junto aos órgãos ou às entidades participantes, a sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao termo de referência ou projeto básico, caso o órgão ou a entidade gerenciadora entenda pertinente;
- VII** – promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;
- VIII** – remanejar os quantitativos da ata, observado o disposto no art. 30;
- IX** – gerenciar a ata de registro de preços;
- X** – conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;
- XI** – deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;
- XII** – verificar, pelas informações a que se refere a alínea “a” do inciso I do caput do art. 8º, se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto no art. 3º e indeferir os pedidos que não o atendam;
- XIII** – aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta e registrá-las no SICAF;
- XIV** – aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las no SICAF; e
- XV** – aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 2º do art. 31, nos termos do disposto no § 3º do art. 31.

212. Ressalta-se que os procedimentos de que tratam os incisos I a VI indicados acima serão efetivados anteriormente à elaboração do edital, do aviso ou do instrumento de contratação direta.

213. Ademais, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos ou às entidades participantes para a execução das atividades de que tratam os incisos IV e VII do caput.

214. Noutra linha, de acordo com o art. 8º do Decreto nº 11.462/2023, compete ao órgão ou à entidade participante, que será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços:

- I** – registrar no SRP digital sua intenção de participar do registro de preços, acompanhada:
- das especificações do item ou do termo de referência ou projeto básico adequado ao registro de preços do qual pretende participar;
  - da estimativa de consumo; e
  - do local de entrega;
- II** – garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;



- III – solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, acompanhada das informações a que se refere o inciso I e da pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;
- IV – manifestar, junto ao órgão ou à entidade gerenciadora, por meio da IRP, sua concordância com o objeto, anteriormente à realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;
- V – auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, as atividades previstas nos incisos IV e VII do caput do art. 7º;
- VI – tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- VII – assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;
- VIII – zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
- IX – aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora e registrá-las no SICAF; e
- X – prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

215. Na construção do processo para uma licitação que adote o Sistema de Registro de Preços, essas competências devem ser devidamente preservadas, para uma instrução escoreta da licitação.

### **Intenção de Registro de Preços**

216. Segundo o artigo 86 da Lei nº 14.133/2021, o órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

217. O procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP facilita a divulgação dos procedimentos licitatórios iniciados com a utilização do SRP, ainda na fase interna, para que os órgãos e entidades interessados possam ter conhecimento da futura licitação, unindo sua pretensão contratual ao certame gestado e tornando-se um órgão participante.

218. Nos termos do Decreto federal nº 11.462/2023, para fins de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

219. O procedimento de Intenção de Registro de Preços poderá ser dispensado quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante.

220. Ademais, a Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, consultarão as IRPs em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação.

### **Da utilização da ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes**



221. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, municipal e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- o apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
- o demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e
- o consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

222. A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor. Assim, após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até *noventa dias*, observado o prazo de vigência da ata.

223. O prazo previsto acima poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

224. Ademais disso, as adesões deverão respeitar os limites explícitos e implícitos definidos no Decreto federal nº 11.462/2023, o que deve ser acompanhado pelo órgão gerenciador.

### **3.8. Minuta de Edital**

225. O artigo 25 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de edital, tendo seu §1º expressamente autorizado a utilização de minutas padronizadas, nas situações em que o objeto assim permitir.

226. É preciso lembrar que o art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133, de 2021, exige que a fase preparatória seja instruída com motivação circunstanciada das condições do edital, tais como:

- o justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto
- o justificativa de exigências de qualificação econômico-financeira;
- o justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço; e
- o justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio.

### **Da utilização ou não de minuta padronizada de Edital**

227. Conforme já tratado neste parecer, a padronização de modelos de documentos da fase interna da licitação constitui medida de eficiência e celeridade administrativa que encontra previsão no art. 19, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

228. Tal postulado foi registrado também na quarta edição do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU, conforme Enunciado BPC nº 06.

229. Para que os objetivos de celeridade, eficiência e segurança sejam alcançados, é preciso que a Administração aponte claramente:

- o Se houve utilização de modelos padronizados;



- Qual modelo foi adotado; e
- Quais foram as modificações ou adaptações eventualmente efetuadas no modelo.

### **Da restrição a participação de interessados no certame**

230. O art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, veda expressamente que o agente público admita, preveja, inclua ou tolere qualquer tipo de restrição que comprometa ou frustre o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas e consórcios.

231. Também é vedado o estabelecimento de preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes ou, ainda, a inclusão de regras que sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato.

232. O agente público também não poderá estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional, conforme previsão do inciso II do art. 9º.

233. Especificamente em relação a consórcios, a Lei nº 14.133, de 2021, expressamente apresenta os requisitos necessários para sua participação em licitações:

"Art. 15. Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção.

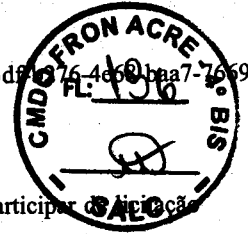
§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput deste artigo.

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.

§ 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato."

234. No que se refere a cooperativas, a Lei nº 14.133, de 2021, expressamente apresenta os requisitos necessários para sua participação em licitações:



"Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da licitação quando:

- I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
- II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação."

235. Diante do exposto, qualquer vedação a participação de interessados na licitação, inclusive cooperativas e consórcios, deverá ser justificada no processo.

#### **Da participação de ME, EPP e Cooperativas**

236. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, foi previsto tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno nas contratações públicas de bens, serviços e obras, sendo certo que o entendimento aqui apresentado é aplicável também a cooperativas equiparadas.

#### ***Licitação Exclusiva***

237. O art. 6º do referido Decreto estabelece que, nos itens ou lotes de licitação cujo valor esteja abaixo de R\$ 80.000,00, a participação no processo licitatório deve ser exclusivamente destinada às microempresas e empresas de pequeno porte.

238. No mesmo sentido a Orientação Normativa AGU nº 47/2014:

"Em licitação dividida em itens ou lotes/grupos, deverá ser adotada a participação exclusiva de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007) em relação aos itens ou lotes/grupos cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), desde que não haja a subsunção a quaisquer das situações previstas pelo art. 9º do Decreto nº 6.204, de 2007."

239. A Orientação Normativa AGU nº 10/2009, por sua vez, esclarece a forma de aferição do valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) como sendo a referente ao período de um ano da contratação.

#### ***Cota reservada***

240. Conforme previsão do art. 48, inciso III, da Lei Complementar 123, de 2006, e do art. 8º do Decreto nº 8.538, de 2015, na aquisição de bem de natureza divisível, quando os itens ou lotes de licitação possuírem valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá ser reservada cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

241. Em relação às cotas exclusivas, identificam-se alguns requisitos que condicionam seu uso:



I - Em primeiro, a adoção da cota de 25% apenas será aplicável em certames para aquisição de bens, não sendo admitida tal restrição competitiva em licitações para contratação de serviços ou obras; e

II - Em segundo, esses bens devem possuir natureza divisível. Esta divisibilidade está relacionada ao item, e não à pretensão contratual como um todo. Assim, a cota exclusiva apenas pode ser utilizada caso fosse possível a cisão do item, sem prejuízo à licitação.

242. De acordo com o Decreto federal nº 8.538/2015, § 2º de seu artigo 8º, o edital deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada (até 25), esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado. O § 3º prevê, ainda, que se a mesma empresa vencer a cota reservada (25%) e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo menor preço. Obviamente, o cumprimento dessas regras regulamentares apenas é possível quando a cota principal e a cota reservada se relacionam ao mesmo objeto (ou item).

243. Convém mencionar que a Advocacia-Geral da União, recentemente, uniformizou a aplicação de cota destinada a microempresas e empresas de pequeno porte em licitações, fixando o entendimento de que, na aplicação das cotas reservadas de até 25%, o montante destinado à contratação dessas empresas pode ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), já que o dispositivo legal não determina um valor máximo (inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/06), assim como o faz nas licitações destinadas exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte (inciso I). Tal entendimento consta do DESPACHO n. 00098/2021/DECOR/CGU/AGU, de 17 de março de 2021, aprovado pelo DESPACHO n. 00115/2021/GAB/CGU/AGU, de 17 de março de 2021, e aprovado pelo Advogado-Geral da União pelo DESPACHO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO Nº 071, de 17 de março de 2021 (seq. 24 a 27 do NUP 25000.193248/2018-73).

244. Deve-se ter em mente também o teor da seguinte "Orientação aos gestores para aplicação do Decreto nº 8.538/2015", publicada em 10/08/2020, no sítio eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal (disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/7-orientacao-aos-gestores-para-aplicacao-do-decreto-no-8-538-2015>). Acesso em: 30/06/2023), cuja consulta desde logo se recomenda.

#### ***Do afastamento da licitação exclusiva e cota reservada***

245. A adoção de certame exclusivo para ME/EPP (e equiparados) ou mesmo as cotas de 25% podem ser afastadas. A própria LC 123/2006 estipulou situações que justificam a não adoção, nesses certames, de competitividade restrita.

"Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

I - (Revogado); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Produção de efeito)

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)"

246. No mesmo sentido, o art. 10 do Decreto nº 8.538, de 2015, estabelece que os tratamentos diferenciados



devem ser afastados quando incidente alguma das situações previstas em seu art. 10, o que requer a devida justificativa.  
Dispõe referido artigo:

"Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública OU representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou

IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios."

(grifou-se)

247. Dessa forma, o órgão pode optar por NÃO adotar as regras de licitações diferenciadas, o que está acobertado pelas supracitadas alterações da LC 123/2006, sendo legítima a opção adotada.

248. Nada obstante, é fundamental que a opção pela não adoção das regras de licitações diferenciadas seja devidamente justificada nos autos.

#### ***Tratamento diferenciado a ME e EPP de natureza facultativa***

249. Há, ainda, previsão facultativa de estabelecimento, nos instrumentos convocatórios:

I - de exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015;

II - de prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido nos termos do art. 9º, II, do Decreto nº 8.538, de 2015.

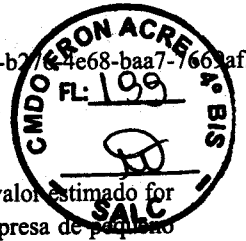
#### ***Previsões da Lei n. 14.133, de 2021 sobre tratamento diferenciado a ME e EPP***

250. Inicialmente, convém registrar que a Lei nº 14.133, de 2021, inovou ao tratar do tratamento diferenciado a ser conferido a ME, EPP e Cooperativas equiparadas. Por elucidativo, segue transcrição do art. 4º da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

"Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como



empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo."

251. Desse modo, para além da observância às regras dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e do Decreto nº 8.538, de 2015, é preciso estar claro que o tratamento diferenciado de que tratam tais normas não serão aplicados em relação a licitações que envolvam:

I - item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; e

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, quando o valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

252. Adicionalmente, devem ser observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 3º, acima transcritos, que tratam dos critérios para aferição dos limites de valor estabelecidos no § 1º.

### **Margens de preferência**

253. De acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá estabelecer margens de preferência, conforme premissas indicadas em seu art. 26:

"Art. 26. No processo de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:

I - bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras;

II - bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.

§ 1º A margem de preferência de que trata o caput deste artigo:

I - será definida em decisão fundamentada do Poder Executivo federal, no caso do inciso I do caput deste artigo;

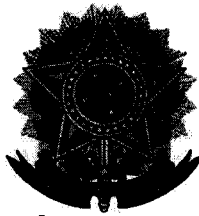
II - poderá ser de até 10% (dez por cento) sobre o preço dos bens e serviços que não se enquadrem no disposto nos incisos I ou II do caput deste artigo;

III - poderá ser estendida a bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), desde que haja reciprocidade com o País prevista em acordo internacional aprovado pelo Congresso Nacional e ratificado pelo Presidente da República.

§ 2º Para os bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, definidos conforme regulamento do Poder Executivo federal, a margem de preferência a que se refere o caput deste artigo poderá ser de até 20% (vinte por cento)."

254. Convém observar que o art. 27 estabelece a obrigatoriedade de divulgação, em sítio eletrônico oficial, a cada exercício financeiro, da relação de empresas favorecidas em decorrência da aplicação de margens de preferência, com indicação do volume de recursos destinados a cada uma delas.

### **Cláusula com índice de reajustamento de preços, com data-base vinculada à data do orçamento estimado**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS  
(4ª Companhia de Fronteira/1956)  
(Batalhão Plácido de Castro)**

**TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME**

**VOLUME I**

Ao terceiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, procedemos ao encerramento do VOLUME I, do **Pregão Eletrônico nº 90005/2024**, NUP 65323.001620/2024-44 que se inicia na folha 01 e se encerra na folha 200, do que para constar lavrei o presente termo.

Rio Branco-AC, 03 de abril de 2024



**PÂMELA PARCIANELLO DOS SANTOS – 2º Ten**  
Chefe da Seção de Aquisição Licitações e Contratos